

Conferência I

*A percepção e seu desenvolvimento na infância**¹

O tema da nossa conferência de hoje é o problema da percepção na psicologia infantil. Naturalmente vocês sabem que nenhum capítulo da psicologia atual tem se renovado de forma tão radical nos últimos quinze ou vinte anos como aquele dedicado ao problema da percepção. Sabem também que neste capítulo, mais que em outro qualquer, ocorreu um enfrentamento entre os representantes da velha e da nova psicologia. Em nenhum outro campo, a corrente estrutural² contrapôs tão contundentemente novas concepções e seus novos métodos experimentais aos da velha corrente associacionista, como no da teoria da percepção. Por isso, se agora falamos sobre o conteúdo real concreto, sobre a riqueza do material experimental, podemos dizer que o capítulo da percepção foi desenvolvido de forma tão completa como talvez nenhum outro da psicologia experimental. Embora provavelmente conheçam a essência desta mudança, farei um breve resumo.

Para a psicologia associacionista, que parte da lei da associação das idéias como lei geral fundamental de conexão entre elementos isolados da vida psíquica, a função central, que serviu de modelo para construir e interpretar todas as outras fun-

.....

* “Vospriyatie y yego razvitie v detskom vozraste.”

ções, foi a memória. Disto decorreu que na psicologia associacionista a percepção fosse interpretada como o conjunto associativo de sensações. Supunha-se que a percepção se compusesse da soma de sensações isoladas mediante a associação destas entre si, seguindo a mesma lei segundo a qual idéias ou lembranças isoladas associadas, unidas entre si, criam o harmonioso quadro da memória. Era a partir deste fator que se explicava a fonte da coerência na percepção.

Como é que em vez de percebermos pontos díspares, ou seja, dispersos, percebemos uma figura inteira que delimita a superfície de um corpo? Como percebemos os significados destes corpos? Assim formulavam a pergunta na escola associacionista e respondiam que, na percepção, a harmonia surge do mesmo modo como aparece na memória. Os elementos isolados se unem, se acoplam, se associam uns aos outros e surge, por conseguinte, uma percepção única, coerente, integral. Como se sabe, esta teoria pressupõe que o correlato fisiológico de uma percepção visual coerente e integral seja um quadro similar, representado pela soma dos distintos pontos equivalentes, díspares, da retina. Supunha-se que cada um dos pontos do objeto, que se encontra diante dos olhos, desperta a correspondente excitação num ponto distinto da retina, e todas essas excitações, ao se somarem dentro do sistema nervoso central, criam um complexo de excitações, correlato deste objeto.

A inconsistência de semelhante teoria da percepção serviu de ponto de partida para rejeitar a teoria associacionista. Inicialmente, a psicologia associacionista não foi atacada em seus fundamentos, ou seja, a doutrina da memória. De fato, este é o ponto mais fraco do ataque “estrutural” contra a psicologia associacionista. Na verdade, a psicologia estrutural atacou experimentalmente o ponto de vista associativo, e se dedicou a demonstrar o nascimento estrutural integral da vida psíquica das pessoas no âmbito da percepção. Como se sabe, este ponto de vista consiste em que a percepção do conjunto

precede a de partes isoladas e que o conjunto coerente de quaisquer objetos, coisas ou processos, que ocorrem diante de nossos olhos ou ouvidos, constitui, na percepção, a soma de sensações isoladas, díspares, dispersas e de seu substrato fisiológico, e não é simplesmente um grupo de excitações isoladas associadas. Como se sabe, ao defender a exatidão da nova interpretação em comparação com a velha, numa série de brilhantes demonstrações experimentais, a teoria estrutural descobriu fatos, procedentes de diferentes etapas do desenvolvimento, que só podiam ser adequadamente interpretados à luz de uma teoria nova, a estrutural. A idéia que lhe serve de base é de que a vida psíquica não está constituída por sensações ou idéias isoladas, que se associam umas às outras, mas por formações integrais isoladas, que foram denominadas estruturas, ou imagens, ou gestalts. Este princípio também foi mantido em outra esfera da vida psíquica, na qual os representantes da psicologia estrutural procuravam mostrar que as formações integrais da vida psíquica surgem como tais. Tudo isso foi exposto com grande clareza numa série de pesquisas experimentais.

Vejamos o experimento de Köhler com galinhas. Este experimento demonstrou que a galinha percebe um par de cores não como uma simples união associativa, mas como a relação entre essas cores, ou seja, que a percepção de todo um campo luminoso precede a percepção de partes isoladas e determina estas partes. As cores que integram o campo luminoso podem variar e, no entanto, a lei geral da percepção do campo permanece a mesma. Estes experimentos foram transpostos dos animais inferiores aos macacos antropóides, e realizados também com crianças, com certas modificações. As observações evidenciaram que nossa percepção surge como um processo integral. As partes isoladas podem variar, mas o caráter da percepção persiste. E, inversamente: a estrutura que dá lugar à percepção integral pode mudar, mas, ao fazê-lo, origina-se uma percepção integral distinta.

Em seus experimentos com aranhas, Volkelt demonstrou de maneira ainda mais integral, embora com menor precisão experimental, o que acabamos de dizer. Neles, Volkelt mostra que a aranha, que reage de forma correta e adequada diante de uma mosca que cai na teia quando a situação se mantém em sua totalidade, perde essa faculdade quando a mosca foi arrancada da teia e colocada no ninho da aranha.

Recordarei um dos experimentos posteriores de Gottschald³, que mostrou a uma criança, objeto da experiência, várias centenas de partes soltas de uma figura complexa e conseguiu que esta as conhecesse a fundo; contudo, se esta mesma figura que lhe fora mostrada centenas de vezes lhe fosse apresentada em outra combinação, e se esse conjunto fosse novo para a criança, esta não reconhecia a velha figura na nova percepção estrutural. Não enumerarei outra série de experimentos. Direi apenas que avançaram muito, por um lado na zoopsicologia e, por outro, na psicologia infantil. Experiências semelhantes foram realizadas com pessoas adultas e tornaram evidente que o caráter de nossa percepção é integral e não atomístico.

Esta tese é tão conhecida que não é necessário deter-se nela. No entanto, a discussão entre estas correntes nos interessa por um outro aspecto. O que cada uma delas nos oferece para compreender o desenvolvimento na infância, e como na nova teoria estrutural da percepção se formula a questão relativa às mudanças e ao desenvolvimento da percepção na infância?

Na teoria associacionista da percepção, a doutrina do desenvolvimento da percepção infantil é completamente análoga à teoria geral do desenvolvimento mental. Segundo este ponto de vista, o fator chave da vida psíquica está dado desde o princípio, desde o nascimento, e consiste na faculdade de associar, de unir tudo o que se sente de forma simultânea ou numa sequência próxima. Não obstante, o ma-

terial que se une, que se solda mediante esses nexos associativos, é extraordinariamente pequeno na criança. Do ponto de vista da psicologia associacionista, o desenvolvimento psíquico consiste, em primeiro lugar, na constante acumulação desses materiais, e em decorrência disso se formam na criança cada vez mais nexos, progressivamente mais amplos e mais ricos, entre objetos isolados. De modo parecido se desenvolve e se organiza sua percepção: de sensações isoladas, a criança passa a perceber grupos de sensações relacionadas entre si, depois objetos isolados relacionados entre si e, finalmente, uma situação global. Sabe-se que, do ponto de vista da psicologia associacionista tradicional, nos primeiros momentos do desenvolvimento, a percepção da criança se caracterizava, conforme expressão de Köhler, por um caos, uma dança selvagem de sensações díspares.

Durante meus anos de estudo na universidade, a percepção da criança era considerada da seguinte maneira: a criança é capaz de perceber o sabor – amargo, azedo –; o calor e o frio; pouco depois de nascer, percebe os sons, a luz. Mas tudo isso são sensações dispersas. Posto que um certo grupo de sensações, pertencentes aos mesmos objetos, se repetem com grande frequência em determinada combinação, a criança começa a percebê-las de forma complexa, ou seja, por meio de uma captação imediata. Graças a isso, surge a percepção, no sentido estrito da palavra.

Embora alguns pesquisadores concordassem em que as sensações isoladas estão presentes desde o começo, diferiam na hora de considerar em que mês do primeiro ano de vida surge e se desenvolve a percepção complexa. Os representantes mais extremistas diziam que no quarto mês podemos constatar na criança a percepção como um processo integral coerente. Outros postergavam o aparecimento da percepção para o sétimo ou oitavo mês de vida.

Do ponto de vista da psicologia estrutural, essa concepção sobre o desenvolvimento da percepção infantil é tão in-

fundada quanto a própria idéia de deduzir o complexo conjunto psíquico da vida mental da soma de elementos isolados. A psicologia estrutural valoriza particularmente os dados obtidos nas primeiras fases do desenvolvimento, que demonstram que a percepção é integral desde o início do desenvolvimento.

Em seu trabalho *A percepção humana*, Köhler procura mostrar que a percepção humana é regida basicamente pelas mesmas leis que a do animal. Mas estas leis encontram sua expressão mais sutil, mais exata, mais estruturada, na percepção do homem, que constitui, segundo o ponto de vista de Köhler, uma espécie de percepção melhorada do animal.

No que diz respeito à percepção infantil, a psicologia estrutural foi parar num beco sem saída. Nos experimentos de Volkelt, a psicologia estrutural indicou que o caráter estrutural da percepção pode ser demonstrado nas fases iniciais do desenvolvimento infantil, no primeiro mês de vida da criança, sem dúvida. O caráter estrutural da percepção é primário, surge nos primeiros momentos e não em consequência de um longo desenvolvimento. Em que consiste então o processo de desenvolvimento da percepção infantil, se o traço mais importante da percepção, sua estruturalidade, seu caráter integral, está igualmente presente tanto no começo do desenvolvimento quanto na pessoa adulta, isto é, no fim do mesmo?

Evidentemente, a psicologia estrutural manifestou aqui um dos aspectos mais frágeis de sua investigação empírica e teórica. Em nenhum outro âmbito expôs mais seu ponto fraco do que na doutrina da percepção. Conhecemos várias tentativas de construir a teoria do desenvolvimento psíquico infantil partindo do ponto de vista estrutural. Mas, por mais estranho que pareça, nestas tentativas de construir a teoria do desenvolvimento psíquico infantil, é na teoria estrutural que menos se conseguiu estruturar o tema da percepção infantil. A renúncia, por princípio, a considerar a percepção da criança durante o processo de desenvolvimento relaciona-se, em certa medida, com as concepções metodológicas desta teoria

que, como se sabe, atribuem um caráter metafísico ao conceito de estrutura.

Como resultado dessas concepções, dispomos de dois trabalhos publicados posteriormente ao de Gottschald. O primeiro, de Koffka, sobre o problema filogenético, nega a possibilidade de que a natureza da diferença entre a percepção da criança e do adulto possa ser esclarecida. No segundo, de Volkelt, que se baseia num experimento com crianças de pouca idade, afirma-se que as propriedades da percepção caracterizam a estrutura integral primitiva em diferentes fases do desenvolvimento. Volkelt, utilizando a expressão de Goethe, declara-a eternamente infantil, ou seja, uma categoria eterna, invariável, que se conserva durante o processo de evolução posterior do homem.

Para mostrar que caminhos seguiram os pesquisadores, procurando contornar o beco sem saída em que se encontravam ou retornar várias vezes a esses problemas para evitá-lo, hei de me deter no problema da percepção infantil, no problema da natureza ortoscópica da infância. Este problema é antigo; de início, formularam-no e tentaram resolvê-lo uma série de psicofisiólogos, concretamente Helmholtz⁴, que lhe dedica bastante espaço numa de suas pesquisas. Depois foi abandonado e somente nas últimas duas décadas tornou a ressurgir. A essência do mesmo consiste em que a percepção do homem adulto atual distingue-se por uma série de particularidades psíquicas, que nos parecem inexplicáveis e incompreensíveis.

Quais são essas propriedades tão extraordinariamente importantes de nossa percepção que, ao se perderem, fazem com que esta se torne patológica? Nossa percepção se caracteriza antes de qualquer coisa pelo fato de que, para onde quer que dirijamos nossos olhos, percebemos um quadro mais ou menos constante, ordenado, coerente. Se decompuermos este problema em momentos isolados, deveremos nomeá-los, segundo uma ordem determinada, tal como foram surgindo na psicologia experimental.

O primeiro problema é o da constância da percepção da magnitude do objeto. Como se sabe, se tenho diante dos meus olhos dois objetos de mesmo comprimento (dois lápis de mesmo comprimento), na retina aparecerão duas imagens de mesmo comprimento. Se o que tenho diante dos olhos é um lápis cinco vezes maior que outro, na retina obter-se-á o mesmo. Ao que tudo indica, em dependência direta dessa excitação encontra-se o fato de que eu perceba um lápis mais comprido em comparação com outro. Se continuo o experimento e afasto o lápis maior a uma distância cinco vezes superior, a imagem se reduzirá cinco vezes e, na retina, haverá duas imagens de mesmo tamanho. Surge então a pergunta: como se explica o fato psicológico de que o lápis que coloquei a uma distância cinco vezes maior do que antes não me pareça ter se reduzido em cinco vezes? Por que continuo a vê-lo de longe do mesmo tamanho, o que me permite, apesar da semelhança da imagem na retina, ver esse lápis situado mais distante, mas maior do que o lápis pequeno?

Como explicar que, estando mais longe, o objeto conserva o tamanho, apesar de ter aumentado sua distância do olho e, o que é mais extraordinário, apesar de o objeto ter, de fato, tendência a parecer menor a uma distância maior? Por que, a uma enorme distância, os barcos parecem pequenos pontos? É conhecido o experimento que consiste no seguinte: se um objeto é mantido muito perto do olho e depois afastado muito rapidamente, ele vai desaparecendo a olhos vistos e se torna menor. Como explicar que os objetos têm tendência a diminuir à medida que os afastamos do olho, e mesmo assim conservam relativamente seu tamanho? O problema se torna ainda mais interessante se lembrarmos que tem uma enorme importância biológica. Por um lado, a percepção não cumpriria sua função biológica se não tivesse esse caráter ortoscópico, se alterasse o tamanho do objeto à medida que nos afastássemos dele. Para o animal que teme uma fera, esta deverá lhe parecer cem vezes menor se estiver a cem passos dele.

Por outro lado, se a percepção não tivesse essa tendência, biologicamente não poderia surgir a sensação de proximidade ou afastamento do objeto.

Por conseguinte, é fácil compreender quão complicado é o mecanismo biológico que consiste em, por um lado, o objeto conservar constantemente seu tamanho e, por outro, perdê-lo à medida que se afasta da vista.

Tomemos a constância da percepção da cor. Hering⁵ mostrou que ao meio-dia um pedaço de giz reflete dez vezes mais raios brancos do que um pedaço análogo ao crepúsculo. No entanto, no crepúsculo o giz é branco e o carvão é negro. Quanto às outras cores, as pesquisas mostraram que estas também conservam uma relativa constância, apesar de que, em função da iluminação, da quantidade real de raios de luz que incidem, da cor da própria iluminação, muda de fato a qualidade da excitação imediata.

O mesmo que ocorre com a constância do tamanho e da cor surge em relação à constância da forma. Uma bolsa que está diante dos meus olhos me parece uma bolsa com uma determinada forma, apesar de estar olhando para ela de cima para baixo. Mas, como diz Helmholtz, os professores de pintura têm muito trabalho em mostrar a seus alunos que, em essência, não vêem a mesa na sua totalidade, mas apenas uma seção.

A constância da percepção do tamanho, da forma, da cor, poderia ser ampliada com toda uma série de outros momentos. Na sua totalidade, isto constitui o que se costuma denominar problema da percepção ortoscópica. *Ortoscópico* (por analogia com *ortográfico*) significa que vemos os objetos corretamente. Apesar da dependência das condições de percepção, vemos o objeto do tamanho, da forma e da cor que tem. Graças à ortoscopia, torna-se possível a percepção de traços estáveis do objeto, que não dependam de circunstâncias casuais, do ângulo de visão, dos movimentos que realiza. Em outras palavras, o quadro estável, mais ou menos estável e inde-

pendente de observações subjetivas e casuais, torna-se possível graças à percepção ortoscópica.

O interesse por este problema cresce porque alguns fenômenos análogos à percepção revelam outras propriedades psíquicas; em particular, vocês provavelmente conhecem o fato, há muito estabelecido e que se converteu em objeto de uma série de estudos experimentais, que consiste em que as chamadas imagens consecutivas se comportam em relação à percepção ortoscópica de forma totalmente diferente da verdadeira percepção. Se colocarmos um quadrado vermelho sobre um fundo cinza e depois o retirarmos desse fundo, veremos o quadrado colorido de uma tonalidade complementar. Esse experimento nos mostra o que seria nossa percepção se carecesse de ortoscopia. O quadrado crescerá se eu começar a afastar a tela. Se a aproximar em duas vezes o quadrado diminuirá em duas vezes. A percepção de seu tamanho, sua posição ou movimento estão na dependência do movimento, do ângulo de visão, de todos os momentos dos quais é independente nossa percepção real. Considero que este problema do aparecimento da percepção ordenada, estável, pode expressar a série de perguntas que se formulam na questão do desenvolvimento da percepção e que indicam o caminho que segue a evolução da percepção infantil, onde as escolas associacionista e estrutural fecharam a porta para os pesquisadores.

Como se explica, na realidade, a série de fatos a que acabo de me referir? Para explicar este problema, o próprio Helmholtz já se mostrava partidário do ponto de vista de que a percepção ortoscópica não é primária, mas surge durante o desenvolvimento. Deteve-se em numerosos fatos, em vários momentos, frágeis mas demonstrativos, em particular em lembranças de sua tenra infância, quando, ao passar pelo campanário, tomava as pessoas que ali se encontravam por indivíduos muito pequenos. Descreve as observações realizadas em outras crianças e chega à conclusão de que a percepção ortoscópica não existe desde o princípio. Um de seus discípulos

expôs a idéia de que somente o quadro estável adquirido paulatinamente por meio da percepção pode refletir uma propriedade permanente de um objeto, e que é mais ou menos nisso que consiste o conteúdo principal do desenvolvimento da percepção infantil.

Helmholtz procurou explicar este fato por meio de um raciocínio inconsciente. Supunha que o lápis afastado a uma distância dez vezes maior é, na verdade, percebido por nós como um lápis que diminuiu dez vezes, mas aqui se acrescentaria à percepção um certo raciocínio inconsciente: o experimento anterior me sugere que vi esta coisa de perto e que ela se afastou de minha vista, ou seja, que à percepção existente se acrescenta uma correção introduzida por um raciocínio inconsciente.

Esta explicação provocou riso numa série de pesquisadores, e cabe reconhecer que, do ponto de vista da sensação imediata, Helmholtz coloca a questão ingenuamente. Na verdade, na percepção real não percebo o lápis como tendo diminuído, embora saiba conscientemente que foi afastado cinco vezes. Uma simples observação mostra que, do ponto de vista da sensação imediata, a explicação dada por Helmholtz é inconsistente. No entanto, a idéia, ou melhor, a orientação dada por ele é correta, como mostra uma série de investigações experimentais. Esta orientação consiste em não considerar o caráter ortoscópico da percepção como algo dado desde o princípio, mas em considerá-lo, em primeiro lugar, como produto do desenvolvimento. Em segundo lugar, é preciso saber compreender: a constância da percepção nasce não da variação da composição e das propriedades internas da própria percepção, mas do fato de esta começar a atuar no sistema de outras funções.

A referência de Helmholtz ao raciocínio inconsciente é uma hipótese infeliz, que breou as pesquisas durante muitos anos. Não obstante, os pesquisadores atuais mostram que a ortoscopia, em particular a percepção visual, surge de uma excitação

presente realmente complexa e de outra excitação que se funde com aquela e atua simultaneamente. Podemos nos permitir tais disquisições. Já lhes disse que, segundo a hipótese de Helmholtz, o lápis que foi afastado cinco vezes do olho deve parecer cinco vezes menor. Se não tivéssemos diante de nós um lápis, mas uma imagem sucessiva, e o próprio objeto tivesse sido retirado, ao se afastar cinco vezes a tela, a imagem desse lápis aumentaria cinco vezes, segundo a lei de Emmert. No entanto, ao se afastar a tela dos olhos, o tamanho do objeto não deveria variar. Portanto, devo perceber o objeto e sua imagem retiniana como mutuamente compensados. À medida que se afasta da tela, a imagem aumenta cinco vezes e o objeto se reduz cinco vezes, mas, se este objeto tivesse se fundido com a imagem sucessiva, evidentemente a excitação presente seria invariável.

Inicialmente, as buscas experimentais orientaram-se nesse sentido: não seria possível criar uma fusão entre a percepção presente e a imagem sucessiva para que ambas fossem simultâneas? Os experimentos resolveram logo esta tarefa. Na tarefa experimental pede-se à pessoa que coloque na tela um quadrado vermelho qualquer – não o de papel, mas sua imagem luminosa. Depois esta é afastada e aparece outra complementar de cor verde. Na sequência, de forma imperceptível para a pessoa submetida ao teste, se faz coincidir com a imagem o quadrado verde real. A pessoa não se apercebe disto. O experimentador separa a tela e a lei de Emmert se altera.

Junto com esses experimentos, levou-se a cabo uma tentativa muito brilhante, extraordinariamente audaz, de conseguir experimentalmente a constância da imagem, de obter as condições mediante as quais esta aumentasse não em proporção à distância, desviando-se da lei de Emmert. Se esta hipótese fosse correta não haveria como explicar por que um objeto parece menor a uma distância maior. O fato deveria se produzir de modo que, ao afastar rapidamente (instantaneamente) o objeto do olho, eu não me desse conta de sua diminuição.

Tal constância total da percepção seria biologicamente tão prejudicial quanto a variabilidade. Se vivêssemos num mundo de objetos em constante variação, a estabilidade absoluta da percepção significaria que não poderíamos dar-nos conta da distância que separa o objeto de nós. Experimentos posteriores, levados a cabo na escola de Marburg, mostraram que a percepção inicial que serve para explicar este fato da percepção não é constituída pela imagem sucessiva, mas pela denominada imagem eidética. Uma investigação independente deste problema mostrou que a imagem eidética que vemos na tela depois de ter sido retirado o objeto não responde à lei de Emmert. À medida que o objeto se afasta do olho, cresce não proporcionalmente, mas com uma lentidão muito maior.

As pesquisas realizadas segundo o método descrito, isto é, nas quais se testava a fusão da imagem luminosa real com a eidética, demonstraram que essa fusão produz um efeito experimental muito parecido com o real. Neste caso, o erro foi de um sobre dez, ou seja, o valor calculado teoricamente e o obtido de forma experimental divergiram apenas em um sobre cinco.

Antes de fazer um resumo teórico e extrair conclusões sobre o problema que examinei, seria conveniente nos determos em dois problemas concretos relacionados a ele, que, junto com o primeiro, nos permitiriam chegar com mais facilidade e fundamento a certas deduções teóricas.

O primeiro deles é o problema da atribuição de sentido na percepção. Partindo da percepção desenvolvida do homem adulto, voltarmos a nos deter num problema análogo ao que acabo de desenvolver.

Uma das características particulares da percepção do homem adulto é que nossas percepções são estáveis, ortoscópicas; a outra é que nossas percepções têm sentido. Demonstrou-se experimentalmente que não podemos criar condições que separem funcionalmente nossa percepção da atribuição de sentido do objeto percebido. Tenho agora diante de mim um

bloco de anotações; o fato não se desenrola como imaginavam os psicólogos da escola associacionista, que supunham que eu percebo algo branco, quadrangular, e que, associativamente, relaciono com essa percepção o conhecimento da finalidade desse objeto, ou seja, a compreensão de que se trata de um bloco de anotações. A interpretação da coisa, a denominação do objeto, se dá junto com sua percepção e, como mostram pesquisas específicas, a própria percepção de aspectos objetivos isolados desse objeto depende do sentido, do significado que acompanha a percepção.

É provável que vocês saibam que os experimentos iniciados por Rorschach⁶ foram levados adiante por uma série de pesquisadores e que, ultimamente, o jovem Bleuler os apresentou de forma sistemática e determinada. Estes pesquisadores mostraram que o problema, proposto por Binet⁷, da denominada percepção sem sentido da mancha de tinta constitui, na verdade, um profundo problema que nos conduz experimentalmente ao problema da atribuição de sentido de nossas percepções. Por que não vejo uma forma, um peso, uma magnitude determinada, mas ao mesmo tempo sei que tenho diante de mim uma cadeira ou uma mesa? Binet propôs o seguinte experimento: aplicar um simples borrão numa folha de papel, depois dobrá-la em dois, de modo que em ambos os lados se formasse uma mancha simétrica sem sentido e de configuração totalmente casual. Era surpreendente, dizia Binet, que todas as vezes surgisse uma mancha parecida com algo e que as crianças com quem realizou as primeiras experiências quase nunca percebessem essa mancha de tinta sem nenhum sentido, mas sempre como um cachorro, uma nuvem, uma vaca.

Rorschach criou uma série sistemática semelhante de figuras coloridas simétricas sem sentido, que mostrava às crianças submetidas aos testes. Como se sabe, seus experimentos demonstraram que só em estado demencial, particularmente

durante os ataques de epilepsia, a mancha pode ser percebida como algo totalmente desprovido de sentido. Foi nestes casos precisamente que escutamos das crianças submetidas ao teste que se trata simplesmente de uma mancha. Em estado normal, vemos uma lâmpada, um lago, uma nuvem, etc. A nossa atribuição de sentido muda, mas a tendência a ver a mancha com sentido sempre se mantém.

Esta tendência a dar sentido a qualquer percepção foi utilizada experimentalmente por Bühler como meio para analisar o sentido de nossa percepção desenvolvida. Demonstrou que na mesma medida em que a percepção em estado desenvolvido é uma percepção estável, permanente, ela é significativa ou categorial.

Vejo agora diante de mim não uma série de formas exteriores, isoladas, de um objeto, mas um objeto, que percebo diretamente como tal, com todo o seu sentido e significado. Vejo uma lâmpada, uma mesa, gente, uma porta. Em todos esses casos, segundo expressão de Bühler, minha percepção é parte integrante de meu pensamento visual. Simultaneamente com o que vejo, me é dada a ordenação categorial da situação visual que constitui agora o objeto da percepção.

Outras pesquisas, próximas desta corrente, mostraram que na esfera das denominadas ilusões existe toda uma série de percepções que surgem graças, precisamente, à tendência de atribuição de sentido e, o que é mais importante, que tão complexa atribuição de sentido surge na percepção imediata e às vezes dá lugar a ilusões.

A título de exemplo, pode-se citar a ilusão de Charpent. Se nos propusermos determinar simultânea e sucessivamente o peso de dois cilindros de mesmo peso, forma e aspecto, embora um deles seja maior, sempre nos parecerá que o menor dos dois objetos é mais pesado. Mesmo que os dois cilindros sejam pesados na nossa frente e vocês se convençam de que seu peso é o mesmo, quando pegam cada um na mão não

conseguem se desfazer dessa impressão. Como se sabe, propuseram-se muitas explicações para esta ilusão de Charpant, mas somente uma série de pesquisas levadas a cabo dentro do plano dos problemas que lhes apresentei revelou que este erro procede, em essência, de que a percepção que parece errônea é, na verdade, em certo sentido uma percepção correta. Como indicou um dos pesquisadores desta ilusão, quando avaliamos diretamente um objeto pequeno como mais pesado, nossa avaliação é correta do ponto de vista de seu peso relativo, ou melhor, de sua densidade, da relação entre seu peso e seu volume: porque esse objeto é na verdade “mais pesado”, precisamente porque substituímos a percepção direta do peso pela percepção conscientemente condicionada do peso em relação ao volume. É precisamente por isso que se deforma a percepção direta. Mas basta fecharmos os olhos para que percebamos ambos os objetos como de mesmo peso. No entanto, o mais interessante na pesquisa da ilusão consiste em que, apesar de todas as pessoas adultas perceberem sempre o cilindro menor como mais pesado e ao fecharem os olhos perceberem os dois como de mesmo peso, os cegos de nascença também padecem da ilusão de Charpant, ou seja, os cegos que no momento do experimento não vêem os cilindros, mas os apalpam, percebem o menor deles como mais pesado. É evidente que se trata de uma percepção com sentido, em que a sensação direta de peso é comparada com o volume do objeto.

Para justificar algumas conclusões teóricas posteriores, não posso deixar de dizer mais algumas palavras sobre esta ilusão. Os experimentos demonstraram que as crianças surdas-mudas, apesar de verem, não estão sujeitas à ilusão de Charpant. Pesquisas sucessivas evidenciaram que esta ilusão tem um valor diagnóstico importantíssimo. Trata-se do denominado *sintoma de Demor*⁸, que consiste em que nas crianças muito deficientes a ilusão de Charpant não se produz, sua percepção permanece sem sentido e para elas o cilindro menor não parece mais pesado. Por isso, se ao tratar de uma criança

de nove ou dez anos queremos distinguir, em termos diagnósticos, o maior ou menor grau de deficiência, a ausência ou presença do sintoma de Demor constitui um critério extraordinariamente importante. Seguindo esse caminho e comprovando os dados de Demor, Claparède expôs a idéia de que as ilusões podem constituir um excelente sintoma do desenvolvimento da percepção infantil, e as pesquisas evidenciaram que nas crianças normais, aproximadamente até a idade de cinco anos, a ilusão de Charpant não produz efeito: o cilindro pequeno não lhes parece mais pesado.

Por conseguinte, conclui-se que o fenômeno observado por Charpant surge durante o desenvolvimento, que nas crianças muito deficientes não surge em absoluto e tampouco se manifesta na maioria das crianças surdas-mudas, mas sim nos cegos, e que pode servir de critério diagnóstico seguro (segundo Demor) para diferenciar a oligofrenia profunda da forma suave de deficiência mental.

Formulando brevemente a que conduziu o experimento nesse campo, posso dizer que estabeleceu duas teses, semelhantes às que examinamos quando falávamos do problema da percepção ortoscópica.

Os experimentos mostraram, por um lado, que a atribuição de sentido é propriedade da percepção do adulto e não da criança, que surge num determinado grau, que é produto do desenvolvimento e que não está dada desde o princípio. Por outro lado, evidenciaram que, assim como a estabilidade e a constância de nossa percepção procedem do fato de que a própria percepção se funde estreitamente com a imagem eidética, produz-se aqui, de forma análoga, uma fusão direta entre os processos do pensamento visual e os da percepção, de modo que uma função é inseparável da outra. Uma função age dentro da outra como parte integrante dela. Ambas dão lugar a uma estreita colaboração, que só pode ser dividida experimentalmente, de modo que somente o experimento psicológico permite obter uma percepção carente de sentido, isto é,

separar o processo da percepção com sentido do da percepção direta.

O terceiro problema da percepção relaciona-se com o que acabamos de assinalar; é o problema da autêntica percepção categorial. Uma pesquisa típica neste campo, iniciada há algum tempo, é a percepção de desenhos. Aos olhos dos pesquisadores anteriores, representava a chave para compreender como, em geral, se desenvolve a percepção infantil com sentido. O desenho representa sempre uma parte da realidade. Escolhendo os desenhos, mostrando-os a crianças de diferentes idades e atentando para as mudanças que surgem na percepção dos desenhos, pode-se generalizar, com a ajuda do método estatístico, dezenas de milhares de dados acumulados. Obtemos, deste modo, a possibilidade de avaliar as fases que a criança percorre regularmente em sua percepção da realidade.

Diferentes autores determinaram e descreveram de forma distinta estas fases. Um mesmo pesquisador, Stern, classificou as fases, em diferentes momentos, de forma distinta. Não obstante, como mostra o material real, a maioria dos autores concordam que, se as diferenças da percepção infantil são avaliadas segundo os desenhos, a percepção atravessa quatro fases principais. No princípio, trata-se da percepção de objetos isolados: é o estágio dos objetos; depois, a criança começa a nomear os objetos e a indicar os atos que se realizam com esses objetos: é o estágio da ação; em seguida, começa a assinalar os traços do objeto que percebe, o que constitui o estágio das qualidades ou traços; e, finalmente, começa a descrever o desenho como um conjunto, partindo do que representa dentro da totalidade das partes. Com base nesses experimentos, uma série de pesquisadores (sobretudo Stern, na Alemanha, e Blonski na União Soviética) supõem que com isso temos a possibilidade de apreciar as principais etapas do desenvolvimento da percepção com sentido na criança. No início, diz Blonski, a criança percebe o desenho, o mundo, como um conjunto determinado de objetos, depois começa a percebê-lo

como um conjunto de objetos que agem e se movem, em seguida, começa a enriquecer com qualidades ou propriedades este conjunto de objetos que agem, e finalmente chega a perceber um determinado quadro global, que é, para nós, análogo à situação geral real, com sentido, à percepção da realidade em sua globalidade. O valor da pesquisa está em que se vê confirmada de fato em todos os experimentos semelhantes, e os experimentos de Blonski, realizados em nosso laboratório, o demonstraram no mesmo grau que os de Stern, Newman, Rollof, Múkhova e outros pesquisadores em diferentes países.

Há quinze anos, tal situação era considerada imutável e pertencia ao grupo das denominadas leis principais da percepção infantil; mas, durante aquele período, a psicologia experimental tinha realizado um trabalho tão destrutivo que da inamovibilidade desse princípio quase nada restava.

Na verdade, do ponto de vista do que sabemos sobre a percepção, é difícil admitir que a percepção da criança começa pela percepção de objetos isolados, à qual se incorporam ações e posteriormente traços, e acabe percebendo o conjunto. Porque, baseando-nos em dados experimentais, sabemos que já nas primeiras fases do desenvolvimento a estruturação e a integridade são próprias da percepção, que a percepção do conjunto é primária com respeito às partes. Portanto, estes dados estão em inadmissível contradição com o que sabemos sobre a estrutura da própria percepção. Do ponto de vista atomista da psicologia associacionista, é natural supor que a criança vá das partes ao todo, que acrescente a estas partes ações, e que, no fim das contas, comece a perceber uma situação integral; do ponto de vista da psicologia estrutural carece de sentido (é um absurdo) o fato de que, ao que parece, a criança parta também da percepção das partes, e que, somando-as, chegue a perceber o conjunto, já que sabemos que o caminho do desenvolvimento da percepção é o contrário. A psicologia estrutural demonstrou que todas as observações diárias nos levam à convicção de que a criança pequena não se limita a perceber

objetos isolados, mas percebe uma situação global, quer se trate de uma situação de jogo ou de alimentação. Em todos os casos, a percepção da criança pequena, para não falar da criança de mais idade, é determinada por situações globais. De fato, como seria difícil se somente por volta dos dez ou doze anos a criança tivesse a possibilidade de perceber situações globais com sentido. É difícil imaginar, na realidade, a que isso conduziria no desenvolvimento psíquico da criança. Não vamos nos referir a experimentos que mostram que a percepção de movimentos e atos pertence com frequência a uma percepção muito mais precoce do que a de objetos.

As considerações feitas puseram na ordem do dia a comprovação experimental desta lei e levaram à necessidade de resolver duas questões. Em primeiro lugar, se esta lei reflete de modo equivocado a sucessão de fases no desenvolvimento da percepção infantil, como de fato deve ser concebida esta questão? Em segundo lugar, se esta lei reflete de modo equivocado as fases, por que um material tão abundante confirma que as crianças de pouca idade descrevem desenhos, destacando somente objetos, e que quando são mais velhas destacam ações, traços, etc.?

As tentativas de resolver experimentalmente esta questão começaram em diferentes países e seguiram distintos caminhos. As pesquisas mais interessantes foram realizadas por Piaget e Eliasberg. As deste último mostraram que a criança de pouca idade não percebe objetos isolados, mas que sua percepção está cheia de nexos não diferenciados. As de Piaget evidenciaram que a percepção das crianças de pouca idade é sincrética, isto é, abarca como um todo único grupos não diferenciados de objetos relacionados globalmente entre si. Ou seja, o ponto de partida indicado por Stern é falso. Outros pesquisadores mostraram também que a sucessão de fases não resiste à crítica.

Não basta refutar o ponto de vista de Stern, é preciso demonstrar por que a criança segue na descrição dos desenhos o

caminho oposto ao caminho real de desenvolvimento de suas outras percepções. Em poucas palavras, coloca-se o seguinte problema: como explicar o fato de que a criança passa, na percepção, do todo às partes e que na dos desenhos o faça das partes ao todo? Stern procura explicá-lo dizendo que a lei do desenvolvimento estrutural da percepção do todo até as partes é válida para a percepção imediata e que a sucessão que descrevemos o é para a percepção com sentido, isto é, para a percepção combinada com o pensamento visual. Mas no experimento de Eliasberg trata-se de um material carente de sentido, que foi substituído depois por outro com sentido, e em ambos os casos obteve-se o mesmo resultado. Eliasberg conseguiu mostrar que quanto mais sentido tem o material mais são contraditos os resultados que caberia esperar dos dados de Stern.

Durante o Congresso Psicotécnico Internacional, realizado em Moscou, tivemos a oportunidade de escutar o informe de Eliasberg sobre suas novas pesquisas e sua discussão com Stern. As explicações deste último foram claramente infelizes. As pesquisas experimentais demonstraram que a questão se resolve de um modo mais simples e ao mesmo tempo mais complicado do que imaginava Stern. De fato, uma simples observação mostra que, embora tal sucessão de fases (fase do objeto, da ação, da qualidade, das relações) não sirva para descrever o processo de desenvolvimento da percepção infantil, ela coincide, em contrapartida, por completo com as fases de desenvolvimento da linguagem infantil.

A criança sempre começa pronunciando palavras isoladas; no princípio do desenvolvimento, estas palavras são substantivos; depois, aos substantivos são incorporados verbos, surgindo as chamadas orações de dois termos. No terceiro período, aparecem os adjetivos e finalmente, quando a criança já adquiriu uma determinada reserva de frases, surge o relato com a descrição de desenhos. Ou seja, esta sequência de fases não se refere a uma sucessão no desenvolvimento da percepção, mas a uma sucessão de fases no desenvolvimento da linguagem.

Este fato, por si só, é especialmente demonstrativo e interessante quando o analisamos experimentalmente. Para simplificar, permito-me deixar um pouco de lado a modéstia e remeter a nossos experimentos (já publicados), mediante os quais procuramos resolver este problema e que mostraram como nossos argumentos são convincentes. Se pedirmos a uma criança que conte o que está desenhando, obteremos, de fato, a sucessão de fases observadas por todos os pesquisadores. Se pedirmos a uma criança da mesma idade ou a essa mesma criança que realize o jogo representado no desenho (desde que seja capaz de compreendê-lo), ela nunca brincará com os objetos isolados desenhados nele. Digamos que, se o desenho representa um homem levando um urso por uma corrente, mostrando-o e, em volta, crianças olhando, o jogo da criança não se limitará simplesmente a se fazer primeiro de urso e depois de crianças, ou seja, seria errôneo supor que as crianças, quando transmitem uma série de detalhes, vão brincar disto. Na verdade, as crianças sempre brincarão com o desenho como com um conjunto, isto é, a sucessão do jogo real com o desenho é, neste caso, outra. Concretamente, o desenho conhecido por todos, que Binet utilizava e que nós também empregamos nos experimentos por terem alcançado difusão internacional (o desenho em que um velho e uma criança transportam coisas num carrinho de mão), mostrou em todos os testes – os de Newman, Stern e Múkhova – resultados completamente distintos ao se tentar reproduzir o conteúdo do jogo correspondente.

Não tenho tempo de discorrer sobre outro problema importante, porque isso significaria renunciar ao pouco tempo que resta para as conclusões teóricas, sem as quais o material de melhor qualidade perderia seu sentido. Para que as deduções sejam mais completas, permitir-me-ei expressar numa só frase uma série de pesquisas novas sobre o desenvolvimento da percepção, que consistem no estudo das percepções primitivas no homem.

Ultimamente, a psicologia experimental começou a se ocupar mais profundamente de problemas tais como o do olfato, do paladar, e, desde os primeiros passos, estes experimentos conduziram os pesquisadores a conclusões desconcertantes do ponto de vista genético. Revelou-se que a conexão imediata entre a percepção e o pensamento visual está a tal ponto ausente nas percepções primitivas que, no que se refere ao cheiro, não só na prática cotidiana, mas também na teoria científica, não podemos chegar a generalizações. Da mesma maneira como as crianças nas fases primordiais do desenvolvimento não têm uma idéia geral da cor vermelha e só conhecem manifestações concretas dela, não podemos generalizar nenhum cheiro e o designamos do mesmo modo que os povos primitivos designam as cores isoladas. Portanto, a percepção categorial não é levada a cabo numa série de fenômenos biológicos rudimentares, que perderam seu significado, que não desempenham um papel importante no desenvolvimento cultural do homem, particularmente em fenômenos como a percepção do cheiro. Remeto-me aos trabalhos de Henning, que marcaram época na doutrina das formas primitivas da percepção que retrocederam no homem, em comparação com toda uma série de animais mamíferos superiores.

Permitam-me dedicar os poucos momentos que restam a algumas conclusões esquemáticas. Se tomarmos o problema da percepção ortoscópica ou o da percepção com sentido ou o da conexão entre percepção e linguagem, tropeçaremos em todos os casos com um fato de importância teórica primordial: no processo do desenvolvimento infantil, observamos a cada passo o que se costuma chamar de mudança das conexões e relações interfuncionais. No processo do desenvolvimento infantil, surge uma conexão entre as funções de percepção e de memória eidética, e com isso um novo conjunto único, em cuja composição a percepção age como parte interna. Surge uma fusão imediata entre as funções do pensamento visual e as da percepção, a essa fusão é tal *que não podemos separar a*

percepção categorial da imediata, ou seja, a percepção do objeto enquanto tal do sentido, do significado, desse objeto. A experiência mostra que aqui surge uma conexão entre a linguagem ou a palavra e a percepção, que o curso normal da percepção na criança muda se olharmos para essa percepção através do prisma da linguagem, se a criança não se limita a perceber, mas conta sua percepção. Vemos, a cada passo, que estas conexões interfuncionais existem em qualquer lugar e que graças ao aparecimento de novas conexões, de novas unidades entre a percepção e outras funções, produzem-se importantíssimas mudanças, importantíssimas propriedades diferenciadoras da percepção do adulto desenvolvido, inexplicáveis se considerarmos a evolução das percepções isoladamente e não como parte do complicado desenvolvimento da consciência em sua totalidade. Isso foi feito do mesmo modo pelos psicólogos associacionistas e gestaltistas.

Como vocês se lembram, para eles as propriedades características da percepção eram as mesmas nas fases precoce e tardia de desenvolvimento e, por isso, as teorias que consideram a percepção sem nenhuma relação com as outras funções são impotentes para explicar as propriedades diferenciadoras da percepção que surgem no processo de desenvolvimento. Estas novas formações complexas das funções mentais não são funções separadas. Aquilo de que aqui falamos é de uma nova unidade. Na falta de um termo melhor, chamaremos estas formações de *sistemas psicológicos*.

Portanto, as pesquisas experimentais mostram que ao longo do desenvolvimento da criança emergem constantemente novos sistemas, dentro dos quais age a percepção. Nestes sistemas, e somente neles, a percepção adquire novas características, que não são inerentes a ela à margem do sistema de desenvolvimento.

É importante entender também que junto com a formação de novas conexões interfuncionais, durante o processo de desenvolvimento, a percepção se emancipa, se liberta, se pode-

mos nos expressar assim, de toda uma série de conexões, características dela nas fases iniciais do desenvolvimento.

Para não me repetir, direi uma só frase: as pesquisas mostraram que nas fases iniciais do desenvolvimento a percepção está ligada imediatamente à motricidade, que constitui apenas um dos momentos do processo sensoriomotor integral e que, somente paulatinamente, com os anos, começa a adquirir uma notável independência e a libertar-se dessa conexão parcial com a motricidade. Conforme expressão de Lewin, que mais que qualquer outro ocupou-se deste problema, somente com o passar dos anos a percepção da criança adquire uma expressão dinâmica entre uma série de processos internos. Em particular, Lewin mostrou que só com a libertação, com a percepção diferencial desta forma de processo psicomotor integral, torna-se possível a conexão da percepção com o pensamento visual.

Volkelt, Krueger e outros pesquisadores da escola de Leipzig mostraram que, nas fases iniciais, a percepção, na mesma medida que é inseparável do processo sensoriomotor, o é da reação emocional. Krueger propôs denominar a percepção da idade primordial “percepção semelhante aos sentidos, às emoções”. Suas pesquisas evidenciaram que somente com o transcurso do tempo a percepção se liberta paulatinamente da conexão com o afeto imediato, com a emoção imediata da criança.

Em suma, devemos às pesquisas da escola de Leipzig o estabelecimento do notável fato que mostrou que, em geral, no início do desenvolvimento não podemos constatar funções psíquicas isoladas, suficientemente diferenciadas, e observamos unidades não-diferenciadas muito mais complexas, das quais, por meio do desenvolvimento, surgem paulatinamente funções isoladas. Entre elas figura também a percepção.

No entanto, a pesquisa posterior não pode seguir os passos estabelecidos pela escola de Leipzig. O desenvolvimento da percepção chegará a ser compreensível somente se a pesquisa for realizada a partir de outros fundamentos metodológicos.

Conferência 2

*A memória e seu desenvolvimento na infância**

Pode-se dizer que em nenhum dos capítulos da psicologia atual existem tantas discussões quanto nas teorias idealistas e materialistas que explicam o fenômeno da memória. Por isso, é absolutamente impossível apresentar este capítulo da psicologia atual à margem da grande discussão que, há várias décadas, ocorre nesse campo. Sem analisar essas discussões, a própria interpretação do material real no campo da memória fica sem explicação.

Vocês provavelmente sabem que, nas correntes psicológicas que se inclinam a dividir a psicologia em duas ciências separadas, independentes – em psicologia explicativa e descritiva –, costuma-se considerar o capítulo da memória como aquele que se desenvolveu no sentido materialista. Münsterberg¹ e sua escola e outros partidários dessa idéia afirmam que, na explicação da memória, a psicologia seguiu com frequência o caminho do pensamento causal, buscando causas relacionadas com a atividade do cérebro.

Atualmente já se abandonou, em parte, a teoria que procurava explicar os fenômenos da memória como o estabelecimento de contatos entre os neurônios, e desenvolve-se a teoria

.....

* "Pamyat y yeyo razvitie v detskom vozraste."

de abrir caminho entre diferentes setores que antes não estavam unidos diretamente. Estas e outras teorias continuam sendo formuladas, já que os psicólogos que estudam o problema compreendem que não podemos obter explicações realmente completas da memória sem compreender as funções do cérebro, sem relacionar essa atividade com o substrato material.

É verdade que, na doutrina da memória, essa corrente materialista espontânea nunca foi levada a cabo de forma precisa e de modo definitivo como uma doutrina materialista consequente da memória; ela sempre esteve ligada a concepções idealistas sobre a relação entre a psique e o cérebro. Todos os autores que estudavam os problemas da memória do ponto de vista desta hipótese e que ofereciam modelos de teorias fechadas mantinham, de uma maneira ou outra, a concepção de um paralelismo psicofísico, isto é, não levavam até o fim a concepção materialista da memória. O paralelismo seguia uma linha excessivamente simplista, mecanicista, que comparava de forma elementar os processos fisiológicos, que constituem a base da memória, com a abertura de um caminho nas partículas do cérebro, com a abertura de um atalho no campo, com o estabelecimento de contatos, com elementos isolados da atividade cerebral. Tal concepção puramente mecanicista não permitia aos psicólogos darem uma explicação materialista dos fenômenos da memória que pudesse ser considerada uma explicação filosófica desenvolvida, isto é, uma explicação consistente, racional ou teórica.

Esta tendência se refletiu nas pesquisas experimentais sobre a psicologia da memória expostas no renomado livro de Hering, no qual ele dá a fórmula clássica da memória, dizendo que é uma propriedade geral de toda matéria organizada. Hering realizou uma ousada tentativa de relacionar os fenômenos da memória humana primeiro com a natureza orgânica e depois com a inorgânica. Isso abriu caminho para se encontrar uma explicação biológico-natural da memória, para compreendê-la. Mas também abriu um caminho ilimitado para dois desvios desta linha científica: por um lado, o do irrefreável meca-

nicismo da interpretação dos fenômenos da memória e, por outro, o do paralelismo na explicação da psique humana.

Se, dentro dos limites e do marco possível no desenvolvimento da ciência burguesa, o fluxo materialista conseguiu penetrar na doutrina psicológica da memória, com as particularidades a que me referi, é absolutamente natural que a psicologia idealista, cujo auge remonta ao começo do século XX, se propusesse a tarefa de demonstrar o caráter anticientífico e inconsistente da teoria mecanicista da memória; procurou mostrar que a memória, como diz Bergson, um dos líderes dessa teoria, é um processo no qual se pode descobrir a relação real entre a matéria e o espírito.

O livro de Bergson, *Matéria e memória*, dedica-se precisamente a analisar as relações entre o espírito e o corpo. Por conseguinte, o problema da memória converte-se aí no problema do espírito e da matéria aplicado em condições concretas. Bergson inclui em seu trabalho um riquíssimo material real, assim como material patológico, e analisa fenômenos de amnésia e afasia, perda de memória e alterações da linguagem nas lesões cerebrais.

A tese fundamental de Bergson, que foi seguida por toda uma escola filosófica na doutrina da memória, consiste em que, propriamente falando, existem dois aspectos diferentes de memória, irreduzíveis um ao outro, isto é, existem duas memórias. Uma delas, análoga a outros processos que ocorrem no corpo, pode ser considerada uma função do cérebro. Na criança, desenvolve-se paralelamente outro tipo de memória, que é uma atividade espiritual. Se quiséssemos tomar a atividade espiritual em sua forma pura, como cultura pura, deveríamos recorrer, na opinião de Bergson, não às idéias gerais de Platão, mas à esfera da memória, às representações. Eis um exemplo.

Imaginem, diz Bergson, que estamos aprendendo uma poesia. Em decorrência disto, memorizamos um certo material. Este é um tipo de memória. Por sua estrutura, lembra

muito o treinamento motor, que é alcançado por meio de exercícios e repetições, que depende da frequência destas últimas e de sua solidez, e cujo resultado é que uma atividade antes impossível para nós, se torna possível. Esta memória, Bergson propõe denominá-la memória motora. Todavia, se eu não reproduzir o que repeti muitas vezes, mas quiser imaginar como li essa poesia, procuro então reproduzir uma vez na memória o momento anterior. Esse segundo tipo de memória, relacionada com a ressurreição da imagem que existira anteriormente, que não está relacionada a exercícios e não provoca um novo costume motor, é uma atividade puramente espiritual. Na opinião de Bergson, está relacionada com o cérebro na medida em que o corpo e o cérebro são instrumentos sem os quais a atividade espiritual pura não pode existir.

Na análise de casos de lesões cerebrais, Bergson procura mostrar que, na lesão correspondente, a memória como costume motor desaparece em primeiro lugar. O prejuízo do segundo tipo de memória não ocorre numa dependência tão imediata da lesão cerebral; sua afecção é motivada simplesmente pelo fato de que o homem não possui um aparelho suficiente, um instrumento suficiente, em forma de cérebro, para manifestar essa atividade espiritual. Em outras palavras, o cérebro participa em ambos os tipos de memória de modo totalmente distinto. Num deles, realiza uma função, no outro, serve de instrumento para uma atividade puramente espiritual que, nas lesões cerebrais, não pode manifestar-se nem em forma de palavras, nem de relatos, nem de movimentos expressivos. Mas o cérebro por si só não mantém relação com essa atividade puramente espiritual da memória.

É preciso dizer que, como sempre ocorre, Bergson faz uso aqui, no fundamental, dos pontos mais fracos de todas as concepções mecanicistas da memória, prévias a ele. Ao assinalar que essas concepções simplistas não correspondem a um fenômeno tão complexo, recorre, para confirmar a concepção idealista da memória, à doutrina da localização e afirma que a me-

mória não só não está localizada num ponto, como não é, em geral, função do cérebro. Ao utilizar as falhas das teorias então dominantes, tanto no campo da memória quanto no das funções cerebrais, Bergson constrói sua teoria, na qual procura mostrar que com os fenômenos da memória relacionados a acontecimentos isolados entramos de fato no reino do espírito. Para Bergson, a faculdade da consciência humana de reproduzir as imagens do passado como se as víssemos na realidade constitui o principal fundamento para ratificar a independência da função espiritual do homem com respeito ao seu corpo.

Mas, o que, na luta entre as concepções materialista e idealista da doutrina da memória, se formou no segundo pólo – o idealista – não representou de modo algum o ápice de toda a história da doutrina da memória, o auge de toda a luta na teorização desse problema. Na verdade, se quiséssemos recorrer às teorias que apareceram nos últimos anos, veríamos que o materialismo deu uma certa guinada e que esta linha da doutrina da memória começou a se desenvolver de outro modo. Bergson é substituído por outras pessoas, os biólogos, que atuam nos laboratórios ou nas clínicas. Em primeiro lugar, eles não se satisfaziam com o dualismo na resolução do problema da memória, que os irritava, assim como aborrecia os cientistas, que se aferravam a concepções positivistas, a escandalosa diferença existente entre os resultados dos experimentos cotidianos e as afirmações em que se baseava Bergson. Surge a tendência a unir as duas memórias e considerar a memória como um todo. Com essa união de pontos de vista pertencentes a pólos opostos procurava-se conseguir a integração de algumas concepções que se desenvolviam, no entanto, dentro dos limites de uma filosofia não-materialista. A mais conhecida é a concepção de Semon, criador da doutrina dos *mnemes*. Ele deu essa denominação à faculdade de conservar as marcas do passado, faculdade que considerava própria do homem e também dos outros representantes do reino animal e vegetal.

Esta doutrina deu continuidade, por um lado, à linha da reprodução de Hering, mas, por outro, ocorreu com ela o que acontece com toda doutrina conseqüentemente idealista quando toca em problemas deste tipo. Tal teoria alcançou seu ponto máximo na doutrina de Bleuler, cuja pretensão é ocupar o terceiro posto na luta entre o vitalismo e o mecanicismo. O principal trabalho de Bleuler intitula-se, assim, *Mecanicismo, vitalismo e mnemismo*.

Por conseguinte, a doutrina dos mnemes procura resolver o problema do vitalismo e do mecanicismo, ou seja, dos dois becos sem saída que tinham paralisado o pensamento dos naturalistas. O mnemismo é uma idéia que, ao que tudo indica, permite superar o beco sem saída do mecanicismo e do vitalismo, como veremos na seqüência. Antes de mais nada, o mnemismo formula-se em estreita relação com o material real. Assim como Bergson, Semon considera a memória a partir de dois aspectos: por um lado, diz que a memória constitui o fundamento de toda consciência, que ter consciência de algo significa sempre ter memória da intenção precedente. Por outro lado, Bleuler, num trabalho escrito em 1921, diz que devemos admitir a existência de um fator que se assemelha à psique, que o autor chama psicóide. Com esse termo denomina o princípio semelhante à psique, inerente a toda matéria e que também está contido na matéria inorgânica.

A idéia de Bleuler consiste em considerar a memória como a função que lança uma ponte sobre o abismo que separa consciência e matéria. Bleuler utiliza o rico material compilado por seus discípulos e mostra o grau em que as marcas da influência passada se conservam na matéria morta. Na sua opinião, dessa propriedade parte uma escala ininterrupta de fases que serve de fundamento para o desenvolvimento da psique humana. Portanto, a memória une a consciência com toda a natureza material, formando esta escala integrada por uma série de fases, através das quais podemos encontrar a conexão entre a matéria e o espírito.

Esses são os três momentos principais que agora servem de base para a luta filosófica em torno do problema da memória na psicologia burguesa. Afora isso, como sempre ocorre, a crise real de qualquer problema na ciência nunca parte de um único ponto; e nos debates sobre esse problema tropeçamos com uma série de discussões, de enfrentamentos entre diferentes opiniões, e não só no plano de conceitos filosóficos gerais, mas no da pesquisa puramente real e teórica.

A linha principal da luta situa-se antes de mais nada entre as concepções atomistas e estruturalistas. Na psicologia associacionista, a memória era o capítulo preferido, que servia de base para toda a psicologia, pois era estudada do ponto de vista da associação, da mesma forma que a percepção e a vontade. Em outras palavras, essa psicologia procurava estender as leis da memória a todos os outros fenômenos, e transformava a doutrina da memória no ponto central de toda a psicologia. A psicologia estruturalista não podia atacar as posições associacionistas no campo da doutrina da memória, o que torna compreensível o fato de que durante os primeiros anos a luta entre as correntes estruturais e atomísticas se desenvolvesse em relação à doutrina da percepção, e que só ultimamente aparecesse uma série de pesquisas de caráter prático e teórico, nas quais a psicologia estrutural procurava rebater a doutrina associacionista da memória.

O que primeiro se tenta destacar em tais pesquisas é que a memorização e a atividade da memória estão submetidas às mesmas leis estruturais que a percepção. Muitos se lembrarão da exposição de Gottschald em Moscou, no Instituto de Psicologia, depois da qual o autor publicou uma parte especial de seu trabalho. O pesquisador mostrava diferentes combinações de figuras durante tanto tempo que o sujeito submetido ao teste as assimilava sem erro. Mas quando essa mesma figura aparecia numa estrutura mais complicada, o sujeito que a via pela primeira vez memorizava-a mais rapidamente do que aquele que tinha visto quinhentas vezes partes da mesma. E quando a

estrutura aparecia numa nova combinação, o que tinha sido visto uma centena de vezes se anulava e o sujeito do teste não conseguia ver nela a parte que conhecia bem. Seguindo os mesmos caminhos que Köhler, Gottschald mostrou que a própria combinação de imagens visuais ou a memorização dependem das leis estruturais da atividade psíquica, ou seja, do conjunto em cuja composição vemos tal ou qual imagem ou elemento dela. Não me deterei nos conhecidos experimentos de Köhler e seus colaboradores com animais e com crianças, voltados para a percepção de cores, etc., que foram descritos várias vezes em nosso país, nem nos dados obtidos sobre a formação de hábitos em relação com determinada estrutura visual. Começando por uma galinha e terminando com o homem, tropeçamos sempre, onde quer que seja, no caráter estrutural destes hábitos, que são conseguidos com a ajuda de lembranças. Todos esses fatos explicam-se no homem dizendo que este sempre reage a um conjunto determinado.

Em segundo lugar, as pesquisas de Lewin, relacionadas com o estudo da memorização de sílabas carentes de sentido, mostraram que o material que não tem sentido é memorizado precisamente porque entre seus elementos forma-se, com grande dificuldade, uma estrutura e porque na memorização das partes não se consegue estabelecer uma correspondência estrutural. O êxito da memória depende da estrutura a que o material dá lugar na consciência do sujeito que realiza a prova, o qual apreende partes isoladas do mesmo.

Outros trabalhos orientaram a pesquisa da atividade da memória por novas rotas. Farei menção a apenas dois deles, necessários para colocar alguns problemas. O primeiro, realizado por Zeigárnik², refere-se à memorização de atos completos e incompletos e, junto com isso, de figuras completas e incompletas. A pesquisa consiste em que a criança que executa a prova realiza vários atos em desordem, sendo-lhe permitido terminar um deles, enquanto que os outros são interrompidos antes que os finalize. Verifica-se que os atos interrompidos, que a

criança não terminou, são memorizados por ela duas vezes melhor do que os terminados, ao passo que nos experimentos dedicados à percepção ocorre o contrário: as imagens visuais inconclusas são pior memorizadas do que as terminadas. Em outras palavras, a memorização dos atos próprios e a das imagens visuais regem-se por diferentes regularidades. Estamos aqui a um passo das mais interessantes pesquisas da psicologia estrutural no campo da memória, estudos que se voltam para o problema do esquecimento das intenções. O fato é que toda intenção exige a participação da memória. Se decidi fazer algo hoje à tarde, tenho de me lembrar do que irei fazer. Segundo a famosa expressão de Spinoza, a alma não pode realizar nada por decisão própria, se não se lembrar do que é preciso fazer: "Intenção é memória."

Ao estudar a influência da memória em nosso futuro, os pesquisadores conseguiram mostrar que as leis da memorização adotam um aspecto distinto na memorização de atos completos e incompletos em comparação com a aprendizagem de matéria verbal e de qualquer outro tipo. Dito de outra forma, as pesquisas estruturais evidenciaram a diversidade de aspectos da atividade da memória e a impossibilidade de reduzi-los a uma lei comum, em particular à lei associacionista.

Essas pesquisas contaram com enorme apoio de outros pesquisadores. Vocês provavelmente estão familiarizados com as pesquisas de Bühler, que reproduziu os experimentos realizados anteriormente pelos associacionistas sobre a psicologia da memória. Bühler substituiu as palavras e as sílabas dos experimentos originais por idéias complexas. Ele compôs uma série de pensamentos, a cada um dos quais correspondia um segundo pensamento: os pares se montavam de forma desordenada. A aprendizagem mostrou que o material que tinha sentido era melhor memorizado do que o que carecia de sentido. Disto resultou que uma pessoa que se dedica ao trabalho intelectual memoriza com grande facilidade vinte pares de idéias, ao passo que seis pares de imagens sem sentido tor-

nam-se para ela um material insuperável. Ao que tudo indica, os pensamentos se movem segundo leis distintas das representações, e sua memorização se realiza de acordo com leis de correlação semântica de uma lei com outra.

Outro fato indica o mesmo fenômeno: memorizamos o significado independentemente das palavras. Por exemplo, na conferência de hoje tenho de expor o conteúdo de uma série de livros, relatórios. Lembro-me bem do significado, do conteúdo de todos eles, mas, ao mesmo tempo, seria difícil para mim reproduzir as formas verbais desse material.

A independência da memorização do significado em relação à exposição verbal é o segundo fato a que chega uma série de pesquisas. Essas teses foram confirmadas experimentalmente pelos fatos proporcionados pela zoopsicologia. Thorndike estabelece dois tipos de aprendizagem: o primeiro, quando a curva de erros descende lenta e paulatinamente, o que mostra que o animal aprende o material pouco a pouco; e o outro, quando a curva de erros descende de uma vez. No entanto, Thorndike considerava o segundo tipo de memorização mais uma exceção do que uma regra. Köhler, ao contrário, detém-se no segundo tipo de aprendizagem, na memorização intelectual, na aprendizagem de uma vez. Esse experimento mostra que, ao nos referirmos à memória nesse aspecto, podemos obter dois tipos diferentes de atividade da memória.

Todo professor sabe que existe um material que exige ser aprendido e repetido e outro que se memoriza de imediato. Ninguém tenta aprender de cor a resolução dos problemas aritméticos. Basta compreender uma vez seu processo de resolução para poder resolver no futuro essa tarefa. Do mesmo modo, a aprendizagem de um teorema de geometria não se baseia na mesma coisa que a aprendizagem das exceções do latim, a aprendizagem das poesias ou das regras gramaticais.

Essa diferença de memória quando se trata de memorizar pensamentos, ou seja, um material com sentido, e quando se trata da atividade da mesma com respeito à memorização de

um material sem sentido, essa contradição nas diferentes esferas da pesquisa, foi o que se evidenciou com mais precisão. A revisão do problema da memória na psicologia estrutural e dos experimentos procedentes de diferentes lugares, aos quais me referirei no final, proporcionaram um material tão abundante que ficamos diante de uma situação totalmente nova.

Os conhecimentos reais atuais formulam o problema da memória de um modo diferente de como, por exemplo, Bleuler o formulava; disto surge a tentativa, ao se comunicar esses fatos, de deslocá-los para um novo lugar.

Creio que não nos equivocamos se dissermos que o fator mais importante em que se centra toda uma série de conhecimentos, tanto de caráter teórico quanto real, sobre a memória é o problema de seu desenvolvimento. Em nenhum outro lugar a questão é tão complexa como aqui. Por um lado, a memória já existe desde a idade mais precoce. E, se se desenvolve durante esse tempo, o faz de modo oculto. As pesquisas não nos proporcionaram nenhuma idéia que nos permitisse analisar o desenvolvimento dessa memória; em decorrência disso, tanto na discussão filosófica quanto na prática, uma série de problemas da memória eram formulados metafisicamente. Bühler considerava que os pensamentos são memorizados de maneira diferente das idéias, mas a pesquisa revelou que a criança memoriza melhor estas do que aqueles. Uma série de pesquisas abala o fundamento metafísico em que se baseia esta doutrina, particularmente no que se refere à questão que nos interessa do desenvolvimento da memória infantil. Vocês sabem que o problema do desenvolvimento da memória deu origem a grandes discussões em psicologia. Alguns psicólogos afirmam que a memória não evolui e que alcança seu ponto máximo no começo do desenvolvimento infantil. Não explicarei com detalhes essa teoria, mas uma série de observações mostram, de fato, que a memória é extraordinariamente forte na infância e que com o desenvolvimento da criança vai se debilitando cada vez mais.

Basta lembrar o trabalho que dá aprender um idioma e com que facilidade a criança assimila uma língua estrangeira, para ver que neste aspecto os primeiros anos de vida parecem estar concebidos para estudar idiomas. Nos Estados Unidos e na Alemanha realizaram-se experiências de caráter pedagógico: o estudo de idiomas foi transferido do ensino primário e secundário para um centro pré-escolar. Os resultados de Leipzig demonstraram que dois anos de aprendizagem durante a idade pré-escolar dão resultados muito melhores do que o estudo desse mesmo idioma no ensino primário e secundário. A eficácia da aprendizagem de idiomas aumenta à medida que a deslocamos para uma idade mais precoce. Só conhecemos bem o idioma que dominamos desde a infância. Convém refletir sobre isso para ver que, no que se refere ao domínio de idiomas, a criança tem, na idade mais precoce, vantagens em relação às crianças de mais idade. Concretamente, a prática educacional de ensinar às crianças, quando pequenas, vários idiomas demonstrou que o domínio de dois ou três idiomas não atrasa o domínio de cada um deles em separado. Dispomos da pesquisa do sérvio Pavlovitch, que realizou experimentos com seus próprios filhos: dirigia-se às crianças e respondia-lhes somente em sérvio e a mãe falava com elas em francês. Nem o grau de perfeição nem o ritmo de progressos foi afetado pela presença simultânea de dois idiomas. São também valiosas as pesquisas de Iorguen, que abarcaram dezesseis crianças e mostraram que três idiomas são assimilados com igual facilidade e não representam um empecilho de um sobre outro.

Ao fazerem o balanço do resultado de ensinar a ler e escrever e a contar a crianças de pouca idade, as escolas norte-americanas e de Leipzig chegaram à conclusão de que ensinar as crianças a ler e escrever aos cinco ou seis anos é mais fácil do que aos sete ou oito. Alguns dados de pesquisas realizadas em Moscou dizem o mesmo: as crianças que aprendem a ler e escrever aos nove anos tropeçam em muito mais dificuldades do que as que aprendem antes.

Em pedagogia tem-se pensado em retirar da escola algumas disciplinas, já que na idade pré-escolar a criança pode, brincando, assimilar matérias com as quais a escola perde uma grande quantidade de tempo. Digo isto apenas como ilustração de quão aguda é a memória na idade precoce. A memória da criança nessa idade não admite a menor comparação com a dos adolescentes e especialmente a dos adultos. Mas, ao mesmo tempo, a criança de três anos, que aprende mais facilmente os idiomas, não consegue assimilar conhecimentos sistemáticos no campo da geografia e o estudante de nove anos, para quem os idiomas são difíceis, assimila com facilidade a geografia; o adulto, por sua vez, supera a criança na memorização de conhecimentos sistemáticos.

Finalmente, existem aqueles psicólogos que procuraram ocupar uma posição intermediária nessa questão. Tentaram estabelecer quando o desenvolvimento da memória alcança seu ponto culminante. Concretamente, Zeidel, um dos discípulos de Groos, abarcou um grande material e procurou demonstrar que a memória atinge seu grau máximo aproximadamente nas crianças de dez anos e que logo começa a declinar.

Esses três pontos de vista (em sua própria existência) mostram o simplismo com que as mencionadas escolas formulam o desenvolvimento da memória. Estudam-no como um simples movimento para a frente ou para trás, como uma ascensão ou um descenso, como um certo movimento, que pode ser representado por uma linha não só no plano, mas em determinada direção. Na verdade, deparamos com uma contradição: dispomos de fatos que falarão a favor ou contra, porque o desenvolvimento da memória é um processo tão complicado que não pode ser representado segundo um perfil linear.

Para esboçar esquematicamente a solução desse problema, tenho de mencionar duas questões. Uma delas foi explicada numa série de trabalhos russos e só me limitarei a recordá-la. Trata-se da tentativa de distinguir duas tendências no desenvolvimento da memória infantil, demonstrar que este não é

linear. Concretamente, este desenvolvimento se transformou no ponto de partida de uma série de pesquisas da memória, com as quais estou relacionado. No trabalho de Leontiev e Zancov³ aparece um material experimental que o confirma. Em termos psicológicos, não há dúvida de que, quando memorizamos algo diretamente e quando o fazemos com a ajuda de qualquer estímulo complementar, trata-se de duas operações distintas. O fato de que memorizamos de maneira diferente quando, por exemplo, damos um nó no lenço e quando memorizamos sem a ajuda desse nó tampouco suscita dúvidas. Na pesquisa, mostramos a crianças de diferentes idades um mesmo material e pedimos a elas que o memorizassem de dois modos diferentes: da primeira vez, diretamente; da segunda, oferecemos uma série de meios auxiliares, com a ajuda dos quais deveriam assimilar o material que lhes fora apresentado.

A análise revela que a criança que memoriza com a ajuda do material auxiliar organiza a operação num plano distinto da que o memoriza de forma imediata, porque da criança que utiliza signos e operações auxiliares não se exige tanto a memória ou a habilidade para criar novas conexões, para criar uma nova estrutura, mas que possua uma imaginação rica, às vezes uma forma de pensamento desenvolvido, ou seja, certas qualidades psíquicas que na memorização imediata não desempenham um papel importante.

O experimento mostrou que, se escolhemos uma classe de qualquer grau, e colocamos os alunos em categorias que estejam em função da intensidade da memória imediata e em função da memorização mediada, a primeira e a segunda categoria não coincidem. As pesquisas demonstraram que cada um dos procedimentos da memorização, imediata e mediada, possui sua própria dinâmica, sua curva de desenvolvimento. Leontiev procurou representar esquematicamente esta curva de desenvolvimento.

Como tudo o que se refere a esse trabalho e a outros novos, que também mencionei, aparece em numerosos livros, a maio-

ria dos quais bem conhecidos, não me deterei nisso, embora coubesse dedicar a esta questão toda uma conferência.

As pesquisas teóricas confirmaram a hipótese de que historicamente o desenvolvimento da memória humana acompanhou, no fundamental, a linha da memorização mediada, ou seja, que o homem criou novos procedimentos, com a ajuda dos quais conseguiu subordinar a memória a seus fins, controlar o curso da memorização, torná-la cada vez mais volitiva, transformá-la no reflexo de particularidades cada vez mais específicas da consciência humana. Em particular, somos da opinião de que o problema da memorização mediada conduz ao da memória verbal, que no homem contemporâneo desempenha um importante papel e que se baseia na memorização do registro verbal dos acontecimentos, de sua formulação verbal.

Nestas pesquisas, por conseguinte, a questão do desenvolvimento da memória infantil partiu de um ponto morto e foi transposta para um plano um tanto distinto. Não creio que estas pesquisas tenham resolvido a questão definitivamente. Inclino-me a considerar que, na verdade, padecem de um simplismo colossal, embora, no princípio, às vezes ouvíssemos dizer que complicavam o problema psicológico.

Não gostaria de me deter nesse problema porque já é conhecido. Direi apenas que estas pesquisas nos levam diretamente a outro problema (que desejaria converter no ponto central de nossas conferências), um problema que se vê claramente refletido no desenvolvimento da memória. Trata-se do seguinte: quando se estuda a memorização mediada, ou seja, como o homem memoriza apoiando-se em determinados signos ou procedimentos, vê-se que o lugar da memória no sistema das funções psíquicas muda. O que na memorização imediata a memória obtém de imediato, na memorização mediada obtém-se com a ajuda de uma série de operações psíquicas, que podem não ter nada em comum com a memória; produz-se, por conseguinte, uma espécie de substituição de certas funções psíquicas por outras.

Dito de outro modo, com o desenvolvimento varia não tanto a estrutura funcional da memória, mas o caráter das funções com a ajuda das quais ocorre a memorização e varia, por sua vez, a relação interfuncional que une a memória a outras funções.

Na primeira conferência apresentei um exemplo deste campo, ao qual me permito retornar. É notável não só que a memória da criança de mais idade seja distinta da de menos, mas que desempenhe um papel diferente do que na idade precedente.

Nos primeiros anos de vida, a memória é uma das funções psíquicas centrais, em torno da qual se organizam todas as outras funções. A análise mostra que o pensamento da criança de pouca idade é fortemente determinado por sua memória. Seu pensamento não é em absoluto o mesmo que o da criança de mais idade. Para a criança pequena, pensar é recordar, ou seja, apoiar-se em sua experiência precedente, em sua variação. Nunca o pensamento tem uma correlação tão alta com a memória como na idade precoce, quando se desenvolve em função imediata desta. Darei três exemplos. O primeiro se refere à determinação do conceito nas crianças. Por exemplo, quando a criança responde o que é um caracol, ela diz: é pequeno, escorregadio, pode ser esmagado com o pé; se pedirmos que descreva uma cama, dirá que é “molinha”. Em tais descrições, a criança relata brevemente lembranças que reproduzem o objeto.

Portanto, na determinação do conceito, o objeto do ato de pensar está constituído, para a criança, não tanto pela estrutura lógica dos próprios conceitos como pela lembrança, e a concretude do pensamento infantil, seu caráter sincrético, é outra faceta desse mesmo fato, que consiste em que o pensamento infantil se apóia antes de mais nada na memória.

Outro exemplo pode ser os casos extraordinários com que nos deparamos ao observar crianças. A experiência mostrou que, nelas, a memorização desempenha um papel decisivo em

todas as construções mentais. Em particular, as crianças desenvolvem o conceito visual, sua idéia geral se depreende da esfera concreta dos conceitos, de forma que mediante determinadas combinações surge um conceito geral, que está integralmente relacionado com a memória e pode ainda não ter caráter de abstração.

As últimas pesquisas sobre as formas do pensamento infantil, a respeito das quais escreveu Stern, e em primeiro lugar as pesquisas sobre a denominada transdução, ou seja, a passagem de um caso particular a outro, mostraram que isso não é mais do que a lembrança, motivada por este caso particular em questão, de outro caso particular análogo.

Como último exemplo, poderia assinalar o caráter do desenvolvimento das idéias das crianças e da memória infantil na idade precoce. De fato, o estudo dessa questão supõe a análise do significado das palavras e mantém relação direta com nosso próximo tema. Mas, para estabelecer uma ponte com ele, gostaria de mostrar que as pesquisas neste campo demonstram que as conexões que estão por trás das palavras são radicalmente distintas na criança e no adulto: nas palavras infantis, o significado se constrói de forma distinta do que nas nossas idéias e no significado de nossas palavras. Por trás de qualquer significado das mesmas esconde-se, na criança, assim como em nós, uma generalização. Mas o procedimento por meio do qual a criança generaliza as coisas e aquele que nós utilizamos são diferentes. Em particular, o procedimento que caracteriza a generalização infantil encontra-se na dependência imediata do fato de que o pensamento da criança se apóia integralmente na memória. As idéias infantis que se referem a uma série de objetos se constroem da mesma forma como, entre nós, os "sobrenomes". A denominação de palavras, de fenômenos, não constitui conceitos conhecidos mas "sobrenomes", grupos inteiros de coisas visuais, relacionadas com uma conexão visual.

Portanto, a experiência da criança e sua influência imediata, documentada na memória, determina diretamente toda a estrutura do pensamento infantil nas primeiras etapas do desenvolvimento. Isso é compreensível do ponto de vista da evolução psíquica: não é o pensamento e particularmente o pensamento abstrato o que está presente no começo do desenvolvimento, mas sim a memória, que constitui seu momento determinante. Não obstante, durante o desenvolvimento da criança, produz-se uma mudança, decisiva, perto da adolescência. As pesquisas sobre a memória durante esta idade mostraram que, no final do desenvolvimento infantil, as relações interfuncionais da memória variam radicalmente em sentido oposto: se para a criança pequena pensar é recordar, para o adolescente recordar é pensar. Sua memória está tão moldada à lógica, que memorizar se reduz a estabelecer e encontrar relações lógicas e recordar consiste em buscar um ponto que deve ser encontrado.

O uso da lógica constitui precisamente o pólo oposto, o que mostra como no processo de desenvolvimento essas relações variaram. Na idade de transição, o conceito central é a formação de conceitos, e todas as idéias e conceitos, todas as formações mentais, já não se constroem segundo o tipo dos nomes de família, mas conforme os conceitos abstratos de pleno valor.

Vemos que a própria dependência, que determinava o caráter complexo do pensamento na idade precoce, muda posteriormente o caráter deste. Não há dúvida de que memorizar um mesmo material para quem pensa em conceitos e para quem o faz em complexos são duas tarefas completamente distintas, embora semelhantes. Quando estou memorizando um material qualquer que está na minha frente, por meio do pensamento em conceitos, isto é, por meio da análise abstrata encerrada no próprio ato de pensar, encontro-me diante de uma estrutura lógica totalmente diferente do que quando estudo esse material com a ajuda de outros meios. Em cada caso, a estrutura semântica do material é distinta.

Por isso, o desenvolvimento da memória infantil deve ser estudado não tanto em relação às mudanças que se produzem dentro da própria memória, quanto em relação ao lugar desta dentro da série de outras funções. Vemos que na infância precoce a memória constitui uma função dominante, que determina um certo tipo de pensamento, e que a transição ao pensamento abstrato dá lugar a um novo tipo de memorização. É evidente que a formulação do desenvolvimento da memória infantil segundo um perfil linear não esgota a questão do mesmo.

Como ponto central da próxima conferência escolheremos o problema do pensamento. Procurarei demonstrar que da mudança da correlação entre a memória e o pensamento pode-se deduzir as principais formas de pensamento, e que a mudança sucessiva dessas formas é possível bem como sua transformação em novas formas de pensamento, de cujas características nos ocuparemos.



Conferência 3

*O pensamento e seu desenvolvimento na infância**

O problema de que nos ocuparemos é o do pensamento e seu desenvolvimento. Começaremos a analisá-lo esboçando esquematicamente as concepções teóricas que, em sua aplicação ao problema do pensamento, são de importância atual para a psicologia.

Como sempre, do ponto de vista histórico, devemos situar em primeiro lugar a tentativa da psicologia associacionista, que foi a primeira a formular experimentalmente a resolução do problema do pensamento. A psicologia associacionista deparou-se aqui com enormes dificuldades: do ponto de vista do desenvolvimento associativo de nossas idéias foi muito difícil explicar o caráter do pensamento dirigido a um fim. A relação associativa das idéias consiste precisamente em que uma idéia chama a outra, por uma ligação de contingência ou tempo. No entanto, de onde surge no fluxo das idéias o pensamento dirigido a um fim? Por que desse fluxo de idéias surgem associações que se referem à tarefa que foi proposta ao nosso pensamento? De que modo surge a planificação lógica, a estrutura lógica do fluxo associativo de idéias? Finalmente, em que se diferencia o pensamento do homem ao resolver

.....

* "Myshlenie y yego razvitiye v detskom vozraste."

- uma determinada tarefa da simples associação, quando uma palavra se engata a outra na cadeia associativa? A psicologia associacionista não pôde responder a todas essas perguntas a não ser tentando introduzir conceitos complementares, desconhecidos até então na psicologia experimental.

A primeira tentativa de explicar experimentalmente o desenvolvimento orientado para um fim e logicamente organizado da associação, no processo do pensamento, foi realizada com a introdução do conceito de perseverança ou de tendência perseverante. Em essência, os psicólogos começaram a admitir que em nossa consciência, junto com a tendência associativa que leva cada uma das idéias nela contida a provocar outra, a ela relacionada, observa-se uma segunda, uma tendência perseverante, aparentemente oposta à primeira. Esta última consiste, no fundamental, em que qualquer idéia que penetre na consciência tende a firmar-se nela, a se manter ali, e, se esta idéia for deslocada por outra, relacionada com ela, surge a tendência perseverante a irromper no curso do processo associativo e a retornar, quando possível, às associações precedentes.

As pesquisas experimentais de uma série de autores mostraram que tal tendência perseverante é própria de nossas idéias, tanto no desenvolvimento das associações quanto no desenvolvimento ordenado, quando as escolhemos segundo uma certa ordem previamente estabelecida.

Pela união das tendências associativa e perseverante, a psicologia de então procurava explicar o processo do pensamento. A expressão mais eloqüente desta idéia foi dada por Ebbinghaus¹, que propôs uma definição clássica do pensamento, dizendo que é algo intermediário entre a obsessão e o turbilhão, a fuga de idéias.

A obsessão é, como todos sabem, essa perseverança na consciência, da qual o homem não pode se livrar. Dá a sensação de um ponto contra o qual a consciência se chocou, e que não pode ser deslocado mediante um esforço voluntário. O

turbilhão ou a fuga de idéias constitui um estado patológico de nossa consciência que se caracteriza pelo fenômeno oposto: o pensamento não pode se deter por muito tempo num ponto, e uma idéia é substituída por outra por meio de uma consonância exterior, uma similitude de imagens, uma coincidência casual, uma impressão externa, que irrompe no desenvolvimento desse pensamento; disso resulta a impressão de uma fuga de idéias que, como se sabe, aparece no quadro clínico da excitação maníaca. Na opinião de Ebbinghaus, o pensamento é, por conseguinte, algo intermediário entre a expressão extrema da tendência perseverante, que ocorre na idéia obsessiva, e a expressão extrema da tendência associativa, que se manifesta na fuga ou turbilhão de idéias.

O exemplo escolhido por Ebbinghaus, extraordinariamente simples e grosseiro, explica com suficiente clareza os principais pontos de vista daquela época. Imaginem, diz Ebbinghaus, uma pessoa que se encontra num cômodo fechado, sabendo que há um incêndio na casa, e procura o meio de se salvar. Como se comportará? Por um lado, seu comportamento se parecerá com o do doente que padece de fuga de idéias. Correrá da janela para a porta ou então esperará ajuda e, sem esperar que esta chegue, voltará a correr de um lugar para o outro. Seus pensamentos saltarão de um lado para o outro. Mas seu comportamento, por outro lado, lembrará o da pessoa que tem uma obsessão: em qualquer ato que empreenda, domina-a uma idéia central, que persevera em sua consciência e determina o curso de suas idéias: é a idéia de como se salvar da casa em chamas. Quando o pensamento atua corretamente, ele proporciona um certo momento estável, uma idéia perseverante; neste caso, essa tarefa funcional é realizada por aquilo sobre o que estamos pensando, o que constitui o objeto de nosso pensamento; nesse minuto, este objeto representa precisamente, na consciência, a idéia perseverante, e toda a cadeia de associações que se desenrola e ocorre na consciência, e da qual escolhemos o que nosso pensamento necessita, todo esse rápido movimento da cadeia associativa encarnará

uma tendência diferente, oposta, a tendência associativa. Por meio da decomposição destas duas tendências, Ebbinghaus explica o pensamento do doente que padece de estado obsessivo e do que experimenta idéias incontroláveis. Afirma que ambas as tendências são próprias da consciência normal, mas que se encontram em estado de decomposição na psicose.

A partir dessas concepções, o desenvolvimento infantil é explicado do seguinte modo. Na idade precoce, a criança manifesta uma tendência perseverante muito clara. Estanca com grande tenacidade na impressão que lhe interessa, chama-a incansavelmente, muitas vezes seguidas; como se sabe, por uma série de exemplos, retorna várias vezes ao objeto que a ocupa. Portanto, a tendência perseverante, que proporciona certa unidade a todo o processo, é própria da criança desde pequena; da mesma forma, também é própria dela a tendência associativa, a tendência a mudar de atividade, a mudar de idéias. O problema é que na criança as tendências não estão unidas, não colaboram entre si de forma tão planificada e sistemática que resultem num processo de pensamento lógico, como ocorre nas pessoas adultas.

Por conseguinte, para a psicologia associacionista, fiel a suas tendências, o processo de desenvolvimento do pensamento infantil se reduzia ao fato de que os elementos, a partir dos quais se cria a função do pensamento – a tendência associativa e a perseverante –, não estão unidos desde o princípio, e somente durante o processo de desenvolvimento ambas as tendências se unem, se cimentam, o que constitui a linha fundamental de evolução do pensamento infantil.

A inconsistência de semelhante ponto de vista logo se revelou nos experimentos, e uma última tentativa teórica para salvar o esqueleto fundamental da concepção associacionista do pensamento foi feita pelo psicólogo alemão Ach.

Como se sabe, Ach, em suas primeiras pesquisas dedicadas ao problema do pensamento, parte da insuficiência da explicação dos processos do pensamento com a ajuda das duas

*"A vitória no campeonato causa é
uma motivação muito grande para
nós."*

tendências, a associativa e a perseverante. Mostra que apenas do ponto de vista da associação e da perseverança não estamos em condições de explicar o caráter racional do pensamento, já que é fácil imaginar que a existência e a estabilidade de uma idéia, e das cadeias associativas que partem dela em diferentes sentidos, podem não ter nenhuma relação com o caráter, pleno de sentido e razão, do movimento dessas cadeias associativas. Os fracassos das tentativas de tais explicações deram lugar a três correntes nos experimentos sobre o pensamento infantil.

Uma conduz ao behaviorismo atual e ressuscita esta velha doutrina. Esta corrente está representada pela teoria de Watson e seus partidários, que consideram o processo do pensamento a simples substituição associativa de movimentos primários, que se manifestam quer em forma embrionária, quer em forma aberta; a teoria de Watson leva esta idéia até o fim, unindo as tendências associativas e perseverantes com a teoria da tentativa e erro. Nesta teoria, que no princípio surgiu para explicar o comportamento dos animais em circunstâncias difíceis, encontramos, na verdade, a expressão psicológica pura dessa combinação de ambas as tendências, já que o animal, ao agir segundo o método das tentativas e erros, comporta-se exatamente da mesma maneira que o homem hipotético de Ebbinghaus, cujo pensamento se deduz da combinação de tendências associativas e perseverantes.

Segundo a expressão de um dos mais notáveis representantes desta escola, a chave do problema do associacionismo consiste em explicar como, a partir das tendências que atuam mecanicamente, surge a atividade com sentido, racional. A solução deste problema, diz ele, seria análoga à solução do problema do ovo de Colombo. Só faltaria declarar que a denominada atividade racional no pensamento humano é, na verdade, uma ilusão, que só nos parece racional devido à sua utilidade prática, devido ao fato de que conduz a um valioso resultado adaptativo, ao passo que, de fato, se organiza sempre de acordo

com o tipo da tentativa e erro, isto é, que sempre surge como um resultado casual do jogo cego dos processos associativos, orientados pelo estímulo perseverante, que sempre os empurra em determinado sentido. Deste modo termina um dos ramos em que se dividiu o pensamento dos psicólogos.

(...)
então de onde viria a razão? sempre existiu?

Outros psicólogos seguiram a direção contrária. Não tiveram bastante coragem nem a confiança suficiente na veracidade dos princípios associativos (que, então, começavam a cambalear) para chegar à conclusão conseqüente de que não se pode construir um modelo de atividade realmente racional partindo de elementos irracionais. Procuravam conservar de alguma maneira a possibilidade de explicar o caráter verdadeiramente racional do pensamento humano sem recorrer a idéias capazes de destruir radicalmente, de algum modo, as premissas fundamentais da psicologia associacionista. É este o caminho seguido por Ach em todos os seus trabalhos, que marcaram época no estudo do pensamento. Ach decidiu buscar na liberdade a fonte do pensamento humano racional, surgido do jogo cego das tendências mecânicas. Seu primeiro trabalho, "A atividade volitiva e o pensamento", explica sua correlação. Em seu trabalho experimental, Ach descobre a atividade volitiva como uma atividade relacionada com uma nova tendência, e às duas tendências existentes na psicologia experimental – perseverante e associativa –, reconhecidas por todos, acrescenta uma terceira, a determinante. Da combinação das três tendências tenta deduzir o caráter racional do pensamento humano e traçar um caminho contrário ao seguido pelos behavioristas. A essência da tendência determinante consiste em que junto a tendências primárias, como são a associativa e a perseverante, existe uma idéia isolada, dotada de força determinante, ou seja, da faculdade de regular o curso do processo associativo, da mesma forma como o regulamos com um esforço consciente e volitivo quando procuramos pensar de forma racional e não deixamos que nossos pensamentos se dispersem. Tal faculdade da idéia determinante associativa e, segun-

do Ach, própria não de qualquer idéia, mas somente da que persegue um fim determinado, ou seja, da que encerra em si o objetivo da atividade.

Por conseguinte, ao escolher o terreno teleológico para explicar este fenômeno, Ach procura, por um lado, contrapor sua teoria ao idealismo extremo da teoria vitalista da escola de Wurtzburg, que partia do caráter teleológico primário do pensamento, e, por outro, ao mecanicismo da velha escola associacionista. Mediante a combinação destas três tendências, Ach procura explicar os principais fundamentos do pensamento e demonstrar como da união da idéia teleológica com um fim determinado vigente, a qual regula o andamento do jogo cego do processo associativo, surge o caráter racional de nosso pensamento. Não obstante, este era um beco sem saída teórico e experimental, igual ao da psicologia associacionista.

O terceiro caminho, historicamente preparado por todo o desenvolvimento da psicologia, que constituía a reação ao caráter atomístico da escola associacionista, era um caminho francamente idealista. A revisão da doutrina principal da escola associacionista foi feita pela chamada escola de Wurtzburg, um grupo de psicólogos, discípulos de Külpe. Como se sabe, a principal idéia deste grupo, assim como a dos trabalhos experimentais da mencionada escola, consistia em que o pensamento estava rigorosamente separado dos outros processos da atividade psíquica. Enquanto em relação à memória e outros momentos da atividade psíquica se reconhecia que as leis associativas conservavam toda a sua força, em relação ao pensamento eram consideradas infundadas.

O que a escola de Wurtzburg fez em primeiro lugar (trata-se de algo bastante conhecido e por isso posso mencioná-lo apenas esquematicamente) foi o seguinte: sublinhou o caráter abstrato, insensível, não visual, carente de imagens, de nosso pensamento; da mesma forma que a escola de Paris, dirigida por Binet, mostrou numa série de pesquisas que os estados da consciência ricos em imagens (por exemplo, nos-

sonhos) são pobres em pensamentos e, ao contrário, os estados ricos em pensamento (por exemplo, o jogo dos grandes enxadristas, na pesquisa de Binet) são pobres em imagens. O desenvolvimento destas pesquisas evidenciou que aqui se produz uma sensação, cujo caráter com frequência concreto, repleto de imagens, é muito difícil de captar, a tal ponto que inclusive nós mesmos não podemos nos dar conta das palavras que acompanham o pensamento. Se na nossa sensação aparecem imagens e palavras isoladas que podem ser registradas por meio da introspecção, nos processos do pensamento estas têm um caráter casual e superficial e nunca constituem o núcleo essencial destes processos. Os dogmas sobre o caráter insensível e carente de imagens do pensamento tornaram-se o ponto de partida das concepções idealistas extremas do pensamento, procedentes da escola de Wurtzburg. A principal filosofia desta escola consistia em declarar que o pensamento era uma forma primária de atividade assim como a sensação. Esta formulação textual, pertencente a Külpe, transformou-se no lema de todo um movimento.

Diferente da psicologia associacionista, os psicólogos dessa escola desistiram de deduzir o pensamento da combinação de tendências mais elementares, próprias de nossa consciência, e diziam, por um lado, que o pensamento representa uma atividade psíquica completamente distinta de outras formas mais elementares, inferiores, de atividade psíquica e, por outro, que o pensamento é tão primário quanto a sensação e que, por conseguinte, não depende da experiência. Portanto, interpretavam a função primária do pensamento como a premissa psíquica necessária da consciência do homem.

Quando se começou a considerar o pensamento desse modo, segundo expressão de Külpe, como se fosse com a ajuda de uma varinha mágica, a tarefa, insolúvel para as gerações anteriores de psicólogos, perdeu sua atualidade. Porque a dificuldade para os psicólogos científico-naturalistas (e, em pri-

meiro lugar, para a escola associacionista) estava em explicar o caráter racional do pensamento; mas, para os idealistas, o caráter do pensamento era algo primário, inerente desde o começo a esta atividade, que não exigia explicação, como a faculdade da consciência humana de sentir. Por isso, era natural que essa escola fosse aplaudida pelo psicovitalismo, que já nascera naquela ocasião e tomara consciência de si mesmo na pessoa de Drish e outros pesquisadores, que tentaram mostrar que a psicologia, partindo da forma superior do pensamento abstrato da pessoa adulta, abre caminho para compreender que a força vital racional não representa o produto de um prolongado desenvolvimento, mas é algo que existe originariamente na matéria viva. Admitir a presença de um princípio racional vivo, diz Drish, é tão necessário para explicar o desenvolvimento do pensamento humano quanto para explicar o comportamento de um verme. Os vitalistas começaram a considerar a racionalidade da vida no mesmo plano que a atividade racional oportuna, que se manifesta nas formas superiores do pensamento humano.

Eram essas as ramificações do pensamento experimental dos pesquisadores que tentavam sair do beco em que se encontrava o problema do pensamento, devido às intermináveis tentativas da psicologia associacionista de deduzir, mediante diferentes combinações, do jogo carente de sentido das tendências associativas do caráter racional, a atividade com sentido do pensamento humano.

Não me deterei agora, nem nas mais complicadas relações existentes entre essas escolas isoladas com respeito à doutrina do pensamento, nem na série de novos caminhos para resolver esses problemas, que surgiram naquela época e posteriormente. Qualquer um sabe perfeitamente que, se a escola de Wurtzburg e os behavioristas atuais nasceram devido à sua insatisfação com a psicologia associacionista, eles representavam entre si escolas opostas, e que o behaviorismo é, de certo modo, uma reação à doutrina da escola de Wurtzburg.

Na história do problema que nos interessa, ocupa um lugar singular a teoria estrutural do pensamento. Enquanto as ramificações que acabamos de mencionar surgiram em contraposição à escola associacionista, é possível interpretar corretamente a teoria gestaltista se forem levadas em conta certas circunstâncias históricas de seu surgimento. Logicamente essa teoria se contrapõe à psicologia associacionista. Surge a ilusão de que apareceu imediatamente depois desta. Mas, historicamente, foi diferente. A psicologia associacionista engendrou uma série de correntes, das quais indiquei as três mais importantes. Essas correntes conduziram a um beco sem saída que se manifestou pelo aparecimento, de forma muito pura, como que desagregada, das linhas vitalista e mecanicista na teoria do pensamento. Somente quando fracassaram, quando levaram a pesquisa experimental a uma via morta, somente então aparece a teoria estrutural.

Pensamento
Burguês
⊕

A tarefa central da psicologia estrutural consistia em superar a psicologia associacionista, mas não com o modelo vitalista e tampouco com o do pensamento mecanicista. O efeito mais valioso da psicologia estrutural são as descrições por ela realizadas. A psicologia estruturalista procurou transpor a própria pesquisa para um plano no qual o movimento da pesquisa científica continuasse sendo possível, sem levar de imediato a um dos becos sem saída do pensamento burguês, o mecanicismo ou o vitalismo. Toda a polêmica relativa a essa questão é muito bem exposta por Koffka. Não me deterei detalhadamente nisto. Direi apenas que a psicologia estrutural acabou sendo a menos eficaz para resolver o problema do pensamento. Sem contar a pesquisa de Wertheimer, *Psicologia do pensamento produtivo*, e os trabalhos de Gelb e Goldstein, que se ocuparam de problemas de psicopatologia, a psicologia estrutural contribuiu para o campo do pensamento somente com o trabalho fundamental e muito conhecido de Köhler. Este trabalho representou, em seu tempo, um grande passo na zoopsicologia. É muito conhecido e não falarei dele.

Não obstante, o trabalho de Köhler, por estranho que pareça, deu lugar à criação de uma tendência peculiar em psicologia, fácil de ilustrar no exemplo da concepção do pensamento na psicologia infantil, que está muito próxima do tema que nos ocupa. Trata-se do singular fluxo biológico na teoria do pensamento, suficientemente instrumentada em termos experimentais, que procura superar, com o enfoque biológico do pensamento humano, o critério exageradamente idealista da escola de Wurtzburg.

As correntes que, devido a esta nova etapa, surgiram no desenvolvimento da teoria do pensamento encontraram sua expressão mais completa no segundo volume da conhecida pesquisa de Selz, na qual toda uma parte está dedicada à correlação entre os dados dos experimentos de Köhler com chimpanzés e os relativos ao pensamento produtivo do homem, obtidos pelo próprio Selz. Essas tendências também se refletem nos trabalhos de Bühler.

Selz, assim como Bühler, procede da escola de Wurtzburg e adotou uma posição que unia esta última com os adeptos da psicologia estrutural, encontrando a reconciliação entre a primeira e os segundos na concepção biológica do pensamento.

Como se sabe, na psicologia infantil, estes pontos de vista encontraram grande desenvolvimento nos trabalhos de Bühler, que diz claramente que o ponto de vista biológico e a infância foram a tábua de salvação da crise em que havia entrado a teoria do pensamento na escola de Wurtzburg. Essa saída também é fornecida pelos trabalhos de Bühler, para quem a atividade do pensamento da criança, que deve ser considerada, antes de qualquer coisa, no plano biológico, constitui o elo que falta entre o pensamento dos macacos superiores e do homem historicamente desenvolvido.

Por conseguinte, ao situar o pensamento infantil entre esses dois elos extremos e ao enfocá-lo como uma forma biológica de transição entre as formas puramente animais e puramente humanas de pensamento, esses autores procuraram de-

duzir, partindo das particularidades biológicas da criança, as particularidades específicas de seu pensamento.

Por mais estranho que isso pareça à primeira vista, considero que a esse mesmo ramo histórico (ou ao mesmo grupo histórico de teorias) pertence também a teoria de Piaget, suficientemente conhecida para que tenhamos de nos deter nela. Contudo, é inevitável que a mencionemos porque não só se relaciona com um riquíssimo material real que a doutrina atual do pensamento infantil proporcionou, como também porque algumas questões, que uma série de doutrinas similares só tocam de forma rudimentar, nela são levadas com audácia a um fim lógico.

A idéia da correlação entre os momentos biológicos e sociais no desenvolvimento do pensamento ocupa o lugar primordial nessa teoria. Neste sentido, a concepção de Piaget é extraordinariamente simples. Ele aceita, junto com a psicanálise de Freud e com Bleuler, próximo dele, que a fase primária no desenvolvimento do pensamento da criança é o pensamento regido pelo princípio do prazer ou, dito de outra forma, que na idade precoce a criança pensa seguindo os mesmos motivos que a impulsionam a realizar qualquer outra atividade, ou seja, sua satisfação. Em função disso, o pensamento da criança de pouca idade constitui para Piaget, assim como para esses outros autores, uma atividade permanente e biológica, de origem semi-instintiva, orientada para a vivência de prazer.

VIGOTSKI
X
*
PRINCÍPIO
DO
PRAZER

Esse pensamento da criança é denominado por Bleuler pensamento autista. Piaget o chama de diferentes modos: não-dirigido (diferente do pensamento lógico, dirigido, da criança mais velha), visionário, porque encontra manifestação mais clara nos sonhos, particularmente nos das crianças. De qualquer forma, o ponto de partida de Piaget é o mesmo pensamento autista, sobre o qual diz, metaforicamente, que não é tanto um pensamento conforme o entendemos, mas uma ilusão que vive em liberdade. No entanto, durante o processo de desenvolvimento da criança, ocorre um enfrentamento cons-

tante com o meio social, o qual exige uma adaptação ao modo de pensar das pessoas adultas. Então, a criança adquire o idioma, que dita uma rígida divisão do pensamento. O idioma exige estruturar a socialização deste último. O comportamento da criança no meio obriga-a a compreender o pensamento de outros, a responder a eles, a comunicar o próprio pensamento.

De todos esses procedimentos de comunicação surge o processo que Piaget metaforicamente denomina processo de socialização do pensamento infantil, o que faz lembrar a imagem do processo de “socialização da propriedade privada”. O pensamento infantil, como algo que pertence à criança, que constitui sua “propriedade privada” como ser biológico determinado, se vê deslocado, substituído por formas de pensamento impostas à criança pelo meio que a rodeia. A forma de transição ou mista entre esse pensamento autista, visionário, da criança e o pensamento lógico socializado do homem, que perdeu o caráter de “propriedade privada”, porque se realiza em formas e conceitos logicamente controlados, é caracterizada, segundo Piaget, pelo egocentrismo do pensamento infantil. É assim, pois, que Piaget formula os problemas fundamentais do pensamento.

Se tentarmos fazer algumas deduções gerais do exame rápido e esquemático das principais posições teóricas que foram formuladas na psicologia do pensamento, parece que, sem chegar a conclusões excessivamente amplas de caráter histórico e teórico, cabe sem dúvida constatar que essas correntes se concentram, no fim das contas, em torno de um grande problema – que se colocara para os psicólogos durante os anos de florescimento da escola associacionista e diante do qual, de fato, fracassaram todas essas correntes –, cujas diferentes soluções dão origem a toda essa variedade de escolas. Refiro-me ao problema do pensamento, a como explicar o surgimento do caráter racional, com sentido, do pensamento, a presença do sentido na atividade dedicada preferencialmen-

te a estabelecer o sentido das coisas. O problema do sentido, do caráter racional do pensamento é, no fim das contas, central para toda uma série de correntes, por mais distantes que pareçam umas das outras; digo mais, são precisamente distantes entre si porque partem, com frequência, de tentativas diametralmente opostas de resolver esse problema, mas estão próximas umas das outras porque todas elas tendem a se reunir num ponto para, partindo dele, resolver o problema fundamental.

Como, partindo das teses dessas escolas, se pode compreender o aparecimento de uma atividade do pensamento orientado para um fim racional junto com outras funções psíquicas?

Como se sabe, a impossibilidade de resolver esse problema levou, por um lado, a escola de Wurtzburg ao movimento idealista aberto para Platão e suas idéias. É o próprio Külpe quem formula isso, ao determinar seu caminho. Por outro lado, essa mesma impossibilidade induziu os behavioristas a afirmar que a razão é uma ilusão, que a atribuição do caráter de sentido dessa atividade é simplesmente o resultado adaptativo objetivamente útil de tentativas e erros irracionais em essência.

A tentativa de resolver de uma forma ou outra a questão relativa à origem do sentido também faz parte de todo o trabalho de Piaget que, segundo ele, se guia por uma série de teses isoladas, tomadas de Claparède. Piaget considera uma estranha contradição que o pensamento da criança seja ao mesmo tempo racional e irracional.

Todos sabemos, do contato com as crianças, que, com efeito, o seu pensamento é, neste sentido, duplo. Mas como, continua Piaget, o caráter do pensamento é duplo, alguns centravam sua atenção em sua irracionalidade e se propunham a tarefa de mostrar que é irracional e que a criança pensa illogicamente, que, onde esperávamos dela uma operação lógica, nos deparamos, na verdade, com uma operação ilógica. Mas, como diz ele, a criança, desde os primeiros momentos, en-

quanto o pensamento nela se forma, dispõe de um aparelho de pensamento completo que, embora não desenvolvido, já está terminado.

Como se sabe, pertence a Bühler a idéia de que o pensamento, já preparado, está presente nas formas mais simples da vida intelectual da criança. Vemos, diz ele, que, durante os primeiros três anos de vida, define-se o caminho principal de desenvolvimento do pensamento lógico e que, em toda a vida futura da criança, esta não dá nenhum passo básico no campo do pensamento que já não figurasse no inventário da criança de três anos.

Portanto, alguns colocavam em primeiro plano a apologia do pensamento infantil, aproximavam-no do pensamento do adulto e tentavam absolutizar o caráter lógico do pensamento infantil na idade precoce; outros, ao contrário, tentavam mostrar a estupidez da criança, que é incapaz de pensar como nós. A tarefa de Piaget consistia em abarcar estes dois aspectos contraditórios do pensamento, tal como aparecem simultaneamente ao observador, e procurar mostrar como o pensamento infantil reúne traços de lógica e de ilogicidade. Para isso, não existe melhor hipótese do que buscar a fonte dessas contradições em dois mananciais distintos, que brotam da terra em diferentes lugares.

Piaget deduz o começo lógico do pensamento da vida social da criança, e o caráter ilógico do pensamento infantil do pensamento infantil autista inicial. Por conseguinte, o quadro do pensamento da criança, em cada nova fase de seu desenvolvimento, tem sua explicação no fato de que nela estão misturados o lógico, que, segundo Piaget, sempre está socializado e procede de fora, e o ilógico, inerente à própria criança. Essa idéia, diz o pesquisador, é o único caminho que resta à psicologia para salvar o próprio pensamento. E determina também o método científico de seus esforços para livrar o problema do beco sem saída do behaviorismo. Para este último, o próprio pensamento se transforma em uma ativida-

de que, segundo Watson, no princípio em nada se distingue do tênis ou da natação.

Nessa impossibilidade de estudar a origem das formas racionais, com sentido, do pensamento, é que consiste precisamente a via morta em que foi parar a psicologia burguesa atual.

Permitam-me passar, na segunda parte da conferência, como costumamos fazer, do exame geral das questões teóricas à exposição do material real e às tentativas de resolver o problema, que se encontra no centro de todos os caminhos de pesquisa. Creio que esse problema pode ter grande importância para as pesquisas atuais do pensamento infantil. Trata-se do problema do sentido ou da racionalidade da linguagem infantil.

De onde e como surge o caráter racional do pensamento da criança? Como vimos, este problema é central para as concepções teóricas de que me ocupei até agora. Opino que, concretamente, o melhor é deter-se num aspecto limitado do problema, porque nenhuma das questões da psicologia infantil é tão ampla e tão rica quanto esta no que se refere ao seu conteúdo, e tão difícil de ser esgotada numa breve conferência; por isso, é conveniente centrar a atenção no que pode ser de importância capital para uma série de problemas.

Este aspecto se resume, antes de mais nada, no problema do pensamento e da linguagem e de suas relações mútuas na infância. Porque o problema do sentido, da racionalidade da linguagem infantil, se apóia em todas as correntes mencionadas no problema do pensamento e da linguagem. Como sabemos, para a escola de Wurtzburg, a demonstração do caráter primário do pensamento fundamentava-se em que este não mantém relação com a linguagem. Uma das teses principais da doutrina do pensamento desta escola é que as palavras desempenham o papel de envoltório externo do mesmo e podem servir de transmissor mais ou menos seguro dele, mas nunca são importantes nem para a estrutura dos processos do pensamento, nem para o seu funcionamento.

Ao contrário, na escola behaviorista existia, como se sabe, uma tendência de caráter oposto, que se manifestava na seguinte tese: o pensamento é linguagem, já que, em seu desejo de eliminar da linguagem tudo o que não esteja dentro do marco dos hábitos, o pesquisador acaba, naturalmente, por considerar a atividade da linguagem como o pensamento em seu conjunto, como uma atividade que não só representa o pensamento em forma de linguagem, que não só constitui um aspecto determinado do pensamento, mas que o esgota em sua totalidade.

O problema da relação entre a linguagem e o pensamento encontra-se no centro de todos os fatos psicológicos a que nos dirigimos. Examinaremos isto por meio de exemplos relacionados com a evolução da linguagem infantil. Sabe-se que ao desenvolver a linguagem, ao dominar o seu aspecto exterior, a criança passa das palavras isoladas à frase e da frase simples à composta, à combinação de frases e orações; descobriu-se também que, no domínio do aspecto semiótico (significativo) da linguagem, a criança percorre o caminho inverso.

Ao dominar o aspecto externo da linguagem, a criança pronuncia primeiro uma palavra, depois uma oração de duas palavras, em seguida de três/quatro palavras, da frase simples surge paulatinamente a composta, e somente ao fim de vários anos domina as orações compostas, suas partes principais e subordinadas, assim como a cadeia destas orações, que dão lugar a um relato mais ou menos coerente. Por conseguinte, a criança parece ir, confirmando as teses principais da psicologia associacionista, da parte ao todo.

Quando na psicologia infantil prevalecia o dogma de que o aspecto semântico da linguagem era um molde proveniente de fora, os psicólogos chegavam a uma série de conclusões errôneas. Em particular, isso se refere à tese que figurava em todos os manuais, que me parece ser hoje alvo de mais ataques do que qualquer outra da velha psicologia, precisamente a tese de que, também ao desenvolver as idéias sobre a realidade ex-

ANÁLISE
SEMIÓTI-
CA
(...)

VER

terior, a criança segue o mesmo caminho do que quando desenvolve a linguagem. Assim como a linguagem infantil começa por palavras soltas, por substantivos que designam objetos concretos isolados, certos pesquisadores, particularmente Stern, supunham que a percepção da realidade começa com a de objetos isolados. Este é o famoso estágio substancial ou do objeto, descrito por Stern e outros. Paralelamente à maneira como no aspecto exterior da linguagem aparece a oração de duas palavras, se introduz o predicado e a criança domina o verbo, na percepção aparece a ação, em seguida a qualidade, a relação; em outras palavras, observa-se um paralelismo completo entre o desenvolvimento da idéia racional da criança sobre a realidade que a rodeia e o domínio do aspecto exterior da linguagem. Para não simplificar essa teoria, devo dizer que o próprio Stern sabia, quando formulou pela primeira vez essa idéia, que não existe neste caso um paralelismo cronológico, ou seja, que todos estes estádios no desenvolvimento da idéia infantil, da apercepção infantil, como diz Stern, não coincidem cronologicamente com os correspondentes estádios do desenvolvimento do aspecto exterior da linguagem infantil; por exemplo, quando a criança se encontra no estágio das palavras isoladas, encontra-se também, na percepção, no estágio de objetos. Os fatos evidenciaram que este último estágio na percepção dura muito mais. O mesmo se refere também ao estágio da ação, quando começa a pronunciar orações de duas palavras. Também então produz-se uma ruptura cronológica no aspecto exterior da linguagem e na atividade semântica da criança. No entanto, Stern e outros pesquisadores supunham que dentro da ruptura cronológica existe uma total correspondência lógica, como ele diz, entre os avanços da criança no domínio da estrutura lógica da linguagem e no domínio de seu aspecto exterior.

Piaget utiliza essa tese ao mostrar o que é que, neste caso, se descobre no problema da linguagem e do pensamento. Para Piaget, a linguagem, como fonte principal de socialização do pensamento, é o fator fundamental, com a ajuda do qual se in-

corporam em nosso pensamento as leis e propriedades lógicas que permitem à criança comunicar-se com os demais. Ao contrário, tudo o que se relaciona com a fonte ilógica do pensamento próprio da criança é um pensamento sem palavras, sem significado.

Portanto, em todas essas teorias, o problema do caráter significativo, racional, do pensamento coloca-se, no fim das contas, como questão prática central da relação entre pensamento e linguagem. Não me deterei nos materiais e nas considerações sobre essa questão que, bem ou mal, embora de forma bastante ampla e extensa, são expostos numa série de trabalhos.

Coloco essa questão sem submetê-la a discussão e centrarei a atenção unicamente nos pontos cruciais em que o significado do pensamento, seu caráter racional, se relaciona com a linguagem, ou, dito de outra forma, nos pontos em que, como diz Piaget, um fio muito fino separa, no pensamento infantil, o lógico do ilógico. Na pesquisa experimental atual, tanto da psicologia dos adultos quanto da criança, este problema ocupa cada vez mais um lugar primordial. Não encontrei melhor possibilidade de tratar desse problema numa breve exposição do que detendo-me de forma resumida nas conclusões dos problemas correspondentes.

Em suma, os trabalhos consistem em estabelecer que o pensamento através da linguagem é uma complicada formação, de caráter heterogêneo. Em seu aspecto funcional desenvolvido, toda linguagem com sentido apresenta duas facetas, que os pesquisadores devem diferenciar claramente. É o que nas pesquisas atuais se costuma denominar lado fonético da linguagem, referindo-se a sua faceta verbal, que mantém relação com o aspecto exterior da linguagem, e a faceta semiótica (ou semântica) da linguagem, ou seja, seu lado significativo, que consiste em dar sentido ao que dizemos e em extrair o significado do que vemos, ouvimos, lemos.

As relações entre essas facetas costumavam ser formuladas de forma negativa. Os pesquisadores estabeleceram e con-

} esta
relação
do de
análise
semân-
tica
(...)

firmaram em vários fatos que as facetas fonética e semiótica da linguagem, isto é, verbal e significativa, não aparecem de uma só vez e já terminadas e que não se desenvolvem paralelamente, não são cópia uma da outra.

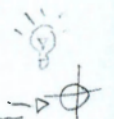
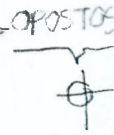
Tomemos um simples exemplo, com o qual os pesquisadores ilustram com frequência suas idéias. Piaget recorre a ele para mostrar que as fases lógicas que o pensamento racional da criança percorre vêm a reboque do desenvolvimento de sua linguagem. É difícil, diz Piaget, encontrar demonstração mais surpreendente de que é precisamente a linguagem que implanta as categorias lógicas no pensamento da criança. Se não existisse a linguagem, a criança nunca chegaria à lógica. Na opinião de Piaget, se a criança se fechasse em si mesma, nunca conseguiria abrir a menor brecha no muro do ilógico que rodeia seu pensamento.

Não obstante, as pesquisas demonstraram, segundo estabelecem esses mesmos autores, entre eles Stern, que o mais trágico nessa questão é que tudo o que sabemos sobre o desenvolvimento do sentido na linguagem infantil contradiz esta tese. E, psicologicamente, é de fato incompreensível como Stern, pensador tão importante no campo da psicologia, e outros não se deram conta das profundas contradições que havia entre as partes de seu sistema. Concretamente, o mais interessante do que Stern disse em Moscou referiu-se à sua confissão psicológica a respeito de como, durante dezenas de anos, passara despercebida para ele uma idéia tão simples, que agora lhe parecia tão evidente “quanto a mesa do escritório”.

O essencial consiste em que o aspecto significativo da primeira palavra da criança não é o substantivo, mas a oração de uma palavra, muito bem descrita pelo próprio Stern. Disto se depreende claramente que, para a criança que pronuncia palavras soltas, o aspecto significativo da palavra não representa, na verdade, o conhecimento do objeto (como para o adulto), mas toda uma oração, em geral muito complicada, ou uma cadeia de orações. Para traduzir para nosso idioma uma

oração de uma palavra, pronunciada por uma criança, seria necessária toda uma frase. Como demonstrou Wallon, é preciso empregar uma frase extensa, composta por várias orações, para encontrar no pensamento do adulto o equivalente da oração simples, formada por uma só palavra, da criança. A superioridade das pesquisas destes autores sobre os trabalhos de Stern deve-se a que este último se limitou a observar seus próprios filhos, ao passo que Wallon e outros enfocaram o problema experimentalmente e se dedicaram a esclarecer o que se oculta por trás do significado da primeira palavra da criança. Assim se obteve a primeira conclusão, que constitui o ponto de partida e que poderíamos formular da seguinte forma: quando predomina o lado externo da linguagem, a criança passa da palavra à frase e da frase simples à combinação de frases, mas quando predomina o sentido, passa de uma combinação de frases ao destaque de uma frase solta e da frase solta ao destaque de uma combinação de palavras e, só no final, chega a destacar palavras soltas.

Nota-se que os caminhos de desenvolvimento dos aspectos semióticos e fonéticos da linguagem infantil não só não são idênticos, mas também, de certo modo, estes aspectos são opostos entre si. Prometi não mencionar pesquisas experimentais isoladas que se referem a essa questão, mas não consigo evitar de assinalar, pelo menos de passagem, a importância do problema em seu conjunto, que só agora ficou claro para nós. Na pesquisa experimental sobre o desenvolvimento do aspecto semântico da linguagem infantil, tal como se manifesta no teste da descrição de desenhos, pudemos estabelecer que todos os estádios previstos de relações com objetos, ações, etc., não são, propriamente falando, estádios percorridos pelo processo de desenvolvimento da percepção racional da realidade por parte da criança, mas fases pelas quais se dá o desenvolvimento da linguagem. Seguindo o processo de desenvolvimento da atividade de dramatização, conseguimos mostrar que o desenvolvimento se produz no sentido oposto, e a criança que se acha na fase de denomi-



a atividade de dramatização
se desenvolve

nação dos objetos transmite nas ações o conjunto do conteúdo. Experimentos análogos, realizados com base nas indicações de  Wallon, Lewin e outros, demonstraram que, quando a criança se depara com a necessidade de sistematizar o significado de sua primeira palavra, transmite-o de maneira coerente e de forma alguma aponta para um objeto isolado qualquer.

Sem se dar conta disso, Piaget, numa pesquisa completamente diferente, também se aproxima, de fato, dessa questão, mas interpreta-a do ponto de vista do que fazia antes. Afirma que as categorias do pensamento infantil são paralelas ao desenvolvimento da linguagem, mas percorrem esta fase mais tarde, vão a reboque; mostra que a criança domina antes estruturas sintáticas da linguagem como “porque”, “já que”, “apesar de”, “embora”, “se”, “depois do que”, etc., ou seja, domina complicadas estruturas da linguagem, que têm por objetivo transmitir dependências e relações mútuas causais, espaciais, temporais, condicionais, de contraposição, etc., entre os pensamentos, muito tempo antes de que no pensamento da criança se diferenciem tão complicadas relações. Piaget cita este fato para demonstrar sua idéia preferida, de que a lógica é implantada na criança de fora, junto com a linguagem, que a criança, ao dominar a linguagem exterior, sem ter chegado a dominar as correspondentes formas do pensamento, encontra-se ainda na fase egocêntrica de pensamento. No entanto (incluindo-o no contexto a que se refere), Piaget diz que, no que concerne ao tempo, o momento em que se domina a expressão de uma oração composta mediante a linguagem, e aquele em que se domina a síntese e a expressão lógica nessas formas sintáticas não coincidem. Todo o trabalho ulterior de Piaget mostra que não só não coincidem cronologicamente, mas tampouco coincidem do ponto de vista de sua estrutura. Em outras palavras, a sucessão no domínio das estruturas lógicas, que para nós se manifestam na forma sintática da linguagem, por um lado, e a sucessão no desenvolvimento destas formas sintáticas de linguagem, por outro, não só não coincidem no tem-

po, mas, quanto à sua estrutura, seguem caminhos opostos. Lembrem-se de que a linguagem infantil se desenvolve da palavra à frase, ao passo que, nas expressões infantis, o desenvolvimento do sentido vai da frase inteira a palavras soltas.

Se recorrêssemos a outro setor da pesquisa experimental atual, veríamos que, no funcionamento do pensamento humano desenvolvido, tal como cada um de nós o concebe, os próprios processos do pensamento e da linguagem não coincidem entre si. Em sua parte negativa, esta tese já é conhecida há muito tempo, mas só há alguns anos tornou-se realmente acessível aos pesquisadores. O que nos mostram essas pesquisas? Propriamente falando, mostram aquilo que, de forma geral, já fora estabelecido antes na análise psicológica e lingüística, mas que só recentemente se conseguiu criar, analisar e desvendar experimentalmente em sua conexão causal e sua dependência.

Se analisarmos qualquer forma gramatical sintática, qualquer oração da linguagem, veremos que a forma gramatical desta oração não coincide com a correspondente unidade significativa expressa nessa forma. A consideração mais simples procede do âmbito de uma análise muito singela das formas da língua. Lembremos que se a gramática escolar dos velhos tempos nos ensinava que o substantivo é a denominação do objeto, do ponto de vista lógico sabemos que o substantivo – uma das formas gramaticais – designa, de fato, diferentes categorias gramaticais, por exemplo, a palavra “*izbá*” (cabana) é substantivo e denomina um objeto, a palavra “*belizná*” (brancura) é análoga à anterior no aspecto gramatical, mas denomina uma qualidade, assim como “*borbá*” (luta) e “*jodvá*” (marcha) denominam ações. Em decorrência da não-coincidência entre o sentido lógico e a forma gramatical é que surgiu, em gramática, a luta entre escolas que enfocam de diferentes modos a necessidade de diferenciar as formas lingüísticas, seu destino e seus tipos e o conteúdo das mesmas quanto ao sentido. As pesquisas comparativas de Pershitz sobre a expressão

↓
SUBST.
• objetos
• qualid.
des
• ações

do pensamento nos distintos idiomas em que existem formas gramaticais diferentes, por exemplo, francês e russo (em francês existem diversas formas do tempo passado e duas de futuro, ao passo que em russo só há uma forma de futuro), evidenciaram que tampouco nesse caso coincidem a estrutura do conteúdo semântico das frases, ou seja, seu conteúdo quanto ao sentido, e a parte correspondente à linguagem. Concretamente, darei um último exemplo desta série, um exemplo dos experimentos realizados em função de uma proposição de  Peshkovski, que se dedica a analisar psicologicamente a sintaxe russa. Esses experimentos mostraram que em diferentes situações psicológicas um pensamento de natureza psicológica distinta encontra uma mesma formulação na linguagem, que psicologicamente o sujeito e o predicado não coincidem nunca de forma imediata com o predicado e o sujeito gramaticais e que o curso do pensamento é com frequência contrário à estrutura da frase correspondente.

Todos esses fatos tomados em sua totalidade e complementados experimentalmente com pesquisas e observações de material patológico, ou seja, de diferentes formas de alterações, transtornos da linguagem e do pensamento, levaram os pesquisadores à convicção de que os aspectos fonético e semântico do pensamento através da linguagem, apesar de estarem muito estreitamente ligados entre si e de representarem, propriamente falando, dois momentos de uma complicadíssima atividade única, não coincidem, contudo, um com o outro. Esses aspectos não são homogêneos quanto à sua natureza psíquica e têm curvas de desenvolvimento singulares, cuja correlação é a única que pode oferecer a explicação correta do estado de evolução da linguagem e do pensamento infantis, em cada uma de suas fases. Em outras palavras, nem a antiga idéia de que o aspecto semântico da linguagem é o simples reflexo de sua estrutura exterior, nem a idéia defendida por Piaget de que a estrutura semântica e as categorias vão a reboque do desenvolvimento da linguagem se viram confir-

madadas experimentalmente, contradizendo, na verdade, os dados experimentais.

Coloca-se, então, a pergunta sobre o valor positivo deste fato: como podem ser caracterizadas, de um ponto de vista positivo e à luz dos novos dados experimentais, as relações existentes entre a palavra e seu significado, entre a atividade da linguagem e o pensamento humano? → TB. ANÁLISE SEMIÓTICA

Só posso me deter em dois momentos centrais, que caracterizam o problema a partir do aspecto positivo, para dar uma idéia esquemática da orientação que seguem vários trabalhos.

O primeiro momento consiste de novo em uma tese formulada sucintamente, representativa do resumo de toda uma série de pesquisas dispersas de diferentes autores, que não posso nomear um a um. Este resumo poderia ser formulado assim: os significados das palavras infantis se desenvolvem. Dito de outra forma, com a assimilação do significado a uma palavra não termina o trabalho com ela. Por isso, embora em aparência tenha-se a ilusão de que a criança já compreende as palavras a ela dirigidas e ela mesma as empregue com sentido, de forma que podemos compreendê-la, embora aparentemente se tenha a impressão de que a criança alcançou no desenvolvimento do significado das palavras o mesmo que nós, a análise experimental mostra que esse é apenas o primeiro passo rumo ao desenvolvimento do significado das palavras infantis.

Ao desenvolvimento do significado das palavras da criança, ou seja, a explicar a escada com cujos degraus se constrói o lado semântico da linguagem infantil, dedica-se uma série de pesquisas, a que me referirei². Na psicologia infantil atual, particularmente, foram propostos esquemas concretos, que caracterizam um ou outro aspecto do desenvolvimento do significado das palavras infantis. Nenhuma destas tentativas pode ser considerada uma solução definitiva, nem provisória da questão; não obstante, juntas, proporcionam um rico material para dar a idéia da enorme dificuldade que representa o desenvolvimento do sentido das palavras infantis, da cognição infantil.

Uma primeira aproximação revela ao pesquisador um fato de extraordinária complexidade que dificilmente o pensamento experimental atual será capaz de superar, se não forem compreendidas as dificuldades imanentes à descrição dos processos que ocorrem. As conclusões que se extraem dessa situação são de grande importância para a psicologia infantil e para explicar todo o problema do pensamento em dois aspectos.

A velha idéia de que o desenvolvimento da linguagem infantil, ou, como se expressa Stern, o principal trabalho do desenvolvimento da linguagem infantil, termina aos cinco anos, quando a criança já domina o léxico, a *gramática* e a *sintaxe* da língua materna, é falsa: o que acontece é que aos cinco anos o que termina não é o trabalho principal, mas o trabalho prévio. A idade que, no que se refere ao desenvolvimento da linguagem, era considerada como um período que não trazia nada de novo – a primeira idade escolar –, e que somente era um período de crescimento quantitativo das idéias infantis e de concretização sucessiva dos elementos e de suas conexões dentro de uma idéia determinada, essa idade passa a ocupar agora o primeiro posto quanto à riqueza e complexidade dos processos que ocorrem no desenvolvimento da palavra infantil.

ANÁLISE
SEMÂNTICA

A importância metodológica destas pesquisas consiste em terem mostrado aos psicólogos a complicada e difícil arte do estudo, como diz Selz, dos processos ocultos do desenvolvimento do significado das palavras. Com efeito, vocês têm na sua frente uma criança em quem observam o desenvolvimento da linguagem. Com a ajuda de uma simples observação, constatam que de uma só palavra ela passa a utilizar três e frases inteiras, mas, ao quererem constatar qual o caminho que segue o conhecimento da criança, teriam de recorrer à descoberta de processos que a observação imediata não fornece e que constituem, segundo Selz, o processo oculto do desenvolvimento. É dele, precisamente, que a psicologia deve se ocupar.

A psicologia concretizou notavelmente seu método, mas talvez a importância principal dessas pesquisas consista em ter

permitido dar uma resposta prévia, embora concreta, baseada em pesquisas experimentais, a um dos problemas centrais da doutrina atual sobre as funções psíquicas da criança, sobre o que já falei várias vezes, lançando luz sobre o problema das relações e conexões sistemáticas entre as funções psíquicas isoladas da criança no desenvolvimento das mesmas. //

Sabe-se que a psicologia sempre partiu dessas teses como se fossem um postulado. Supunha-se que todas as funções psíquicas atuam conjuntamente, que estão relacionadas entre si; no entanto, nunca se pesquisou a natureza dos nexos, como  estão relacionadas as funções entre si e o que nelas varia em função desse nexo. Além disso, supunha-se que a relação permanecia invariável ao longo de todo o desenvolvimento infantil. Depois, uma série de pesquisas demonstrou que essa suposição era falsa e o postulado se converteu em problema, isto é, a suposição que antes fora admitida sem crítica converteu-se em objeto de pesquisa real.

Na análise da percepção e da memória, chegamos a tais problemas na pesquisa experimental atual que (os problemas) revelam-se insolúveis se não se recorrer, para explicar seu destino, ao desenvolvimento de conexões e relações interfuncionais. Nas conferências anteriores tivemos de tratar do problema do sistema das funções psíquicas. Isso permitiu lançar uma hipótese que me parece não só produtiva, mas que também, em certa medida, serve de ponto de apoio para toda uma série de pesquisas; parte-se precisamente da hipótese do pensamento infantil, no plano a que me refiro. A hipótese consiste, essencialmente, em que todo o sistema de relações das funções entre si está, no fundamental, determinado pela forma de pensamento predominante na etapa de desenvolvimento em que se encontra a criança. Em outras palavras, podemos afirmar que todos os sistemas fundamentais das funções psíquicas da criança dependem do nível alcançado por ela no desenvolvimento do significado das palavras. A percepção será com sentido, ortoscópica ou sincrética, depen-

 ISSO É MUITO IMPORTANTE

 sistema → determinado pela forma de pensamento predominante na etapa

dendo do nível de desenvolvimento do significado das palavras infantis.

*É o
pensamento
se
realiza
na
palavra*

Portanto, o que é central para toda a estrutura da consciência e para todo o sistema de atividade das funções psíquicas é o desenvolvimento do pensamento. Isso também está estreitamente relacionado à idéia da intelectualização de todas as outras funções, ou seja, suas variações dependem de fato de que uma determinada fase do pensamento leva à atribuição do sentido destas funções, de que a criança começa a se comportar racionalmente para com sua atividade psíquica. Devido a isso, toda uma série de funções que atuavam automaticamente começam a fazê-lo consciente, logicamente. Considero essa idéia o ponto de apoio em que têm origem várias pesquisas, que levam a cabo a comprovação prática desta hipótese. Maior importância ainda tem o fato de que, a partir disso, se realizam tentativas (e nisso consiste, a meu ver, o valor desta idéia para a pedagogia) de demonstrar que o grau de desenvolvimento do pensamento infantil, o grau de desenvolvimento de suas categorias, são as premissas psicológicas do desenvolvimento de um determinado sistema de pensamento infantil consciente ou não-consciente. //

Da mesma forma, as principais fases formais que percorre a personalidade da criança em sua formação estão diretamente ligadas ao grau de desenvolvimento de seu pensamento, já que, do sistema de cognição em que se realize toda a experiência interna e externa da criança, dependerá o aparelho psíquico que a divida, analise, conecte e elabore. Concretamente, um dos problemas centrais da nossa psicologia é o de esclarecer psicologicamente, por um lado, os caminhos que conduzem a criança à educação politécnica e, por outro, os caminhos através dos quais esta educação age, unindo a atividade prática com a assimilação dos conhecimentos científicos. Parece-me que em nenhum dos extensos capítulos dedicados à psicologia infantil este problema tem

um ponto de contato tão próximo, a partir do qual se abrem os caminhos da pesquisa concreta e real, como na doutrina da dependência entre toda a atividade da criança e todo o seu pensamento e a realidade externa, sua dependência para com o desenvolvimento do aspecto semântico da linguagem infantil.



Conferência 4

*As emoções e seu desenvolvimento na infância**

O estado atual da doutrina das emoções em psicologia e seu desenvolvimento teórico apresentam grandes peculiaridades em comparação com os outros capítulos da psicologia: neste capítulo, até hoje domina o puro naturalismo, que era totalmente alheio aos demais capítulos da psicologia. Estes capítulos, a que nos referimos anteriormente, só chegam às teorias naturalistas quando aparecem o behaviorismo e outras correntes que tratam do comportamento. Nesse sentido, cabe dizer que o capítulo da velha doutrina das emoções encerra, no aspecto metodológico, todo o behaviorismo futuro, já que a corrente behaviorista em psicologia constitui, em certa medida, um brusco contraste, uma brusca reação à antiga psicologia introspectiva espiritualista. Disso se depreende, é claro, que o capítulo das emoções, concebido em geral segundo um plano puramente naturalista, fosse a ovelha negra entre os demais capítulos que integravam a psicologia da época.

As causas disto eram muitas. Para nós, basta assinalar o motivo mais próximo, relacionado ao nome de Darwin. Este, ao levar às últimas conseqüências a extensa e antiga tradição da

.....
* "Emotsii y ij razvitie v detskom vozraste."

biologia, no trabalho “A origem dos movimentos expressivos do homem”, estabelece uma conexão geral entre as emoções do homem e as reações afetivas e instintivas correspondentes que se observam no reino animal. Em seu estudo sobre a evolução e a origem dos movimentos expressivos humanos, Darwin valorizava, evidentemente, sua idéia evolutiva fundamental. Para ele, era importante demonstrar, como diz em uma de suas cartas, há pouco publicada em russo, que os sentimentos do homem, que eram considerados como o “sancta sanctorum” interior da alma humana, são de origem animal, assim como o homem em sua totalidade. E, com efeito, a comunidade entre as expressões emocionais do homem e, de qualquer forma, as dos animais superiores mais próximos dele é tão evidente que quase não é objeto de discussão.

Como se sabe, a psicologia inglesa, que esteve temporariamente sob o poder do pensamento escolástico com suas fortes tradições religiosas medievais, tratou com extraordinária astúcia, como diz um dos historiadores contemporâneos, a idéia de Darwin. Por mais estranho que pareça, esta psicologia impregnada de tradições religiosas acolheu as teses darwinistas desenvolvidas por seus discípulos com grande simpatia, partindo do que Darwin havia demonstrado: as paixões terrenas do homem, suas inclinações egoístas, suas emoções, relacionadas com as preocupações concernentes ao seu próprio corpo são, na verdade, de origem animal.

Deste modo, subitamente adquirem impulso duas correntes, para as quais se orientou o trabalho do pensamento psicológico: por um lado, continuando em sentido positivo as idéias darwinianas, uma série de psicólogos (em parte Spencer¹ e seus discípulos, em parte os positivistas franceses, Ribot² e sua escola, e em parte a psicologia alemã de orientação biológica) começou a desenvolver as idéias sobre a origem biológica das emoções humanas, a partir das reações afetivas e instintivas dos animais. Daí surge a teoria das emoções (denominada “teo-

ria dos rudimentos” pela literatura), que figura em quase todos os manuais, inclusive os soviéticos.

Do ponto de vista desta teoria, os movimentos expressivos que acompanham nosso temor são considerados, segundo uma conhecida expressão, restos rudimentares de reações animais na fuga e na defesa, e os movimentos expressivos que acompanham nossa ira são considerados restos rudimentares de movimentos que acompanhavam, em outros tempos, a reação de ataque de nossos antepassados animais. Conforme uma conhecida fórmula, considerou-se o temor uma fuga refreada e a ira uma rixa refreada. Em outras palavras, todos os movimentos expressivos foram considerados retrospectivamente. Nesse sentido, são dignas de nota as palavras de Ribot segundo as quais as emoções são o único setor da psique humana, ou, como diz ele, “o estado dentro do estado”, que só pode ser compreendido retrospectivamente. A idéia de Ribot consistia em que as emoções são uma “tribo agonizante” ou os “ciganos de nossa psique”. De fato, desse ponto de vista, a única conclusão a que chegaram as teorias psicológicas era de que as reações afetivas do homem são restos de sua existência animal, restos infinitamente debilitados em sua manifestação exterior e desenvolvimento interno.

Por conseguinte, dava a impressão de que a curva da evolução das emoções tendia para baixo. E, se compararmos, como propunha um dos últimos discípulos de Spencer, o animal e o homem, a criança e o adulto, e finalmente o homem primitivo e o homem culto, veremos que, à medida que avança o desenvolvimento, as emoções passam a ocupar o último lugar. Disto se depreende, como se sabe, o famoso prognóstico de que o homem do futuro será um homem carente de emoções, que deverá alcançar, de fato, o final lógico e perder os últimos elos que restam da reação que teve um certo sentido na etapa primitiva de sua existência.

Fica evidente que, desse ponto de vista, só um capítulo da psicologia das emoções podia ser desenvolvido no plano adequa-

do: o capítulo referente à reação emocional dos animais e à evolução das emoções no mundo animal. Este capítulo é o que a psicologia atual desenvolveu mais a fundo e com mais detalhes. Quanto à psicologia do homem, pelo contrário, semelhante formulação da questão excluía a possibilidade de estudar de forma adequada o que constitui as particularidades específicas das emoções do homem. Tal formulação da questão, em vez de esclarecer como se enriquecem as emoções na infância, mostrava, pelo contrário, como se reprimem, se debilitam, se eliminam as descargas emocionais imediatas, próprias da infância precoce. No que se refere às variações sofridas pela força da emoção desde o homem primitivo até nossos dias, seu caminho, que era considerado como continuação direta da evolução, consistia no seguinte: na medida em que o desenvolvimento da psique humana foi avançando, as emoções retrocederam. Essa foi, segundo Ribot, a gloriosa história da morte de todo um setor da vida psíquica.

Enfocada desde o aspecto biológico, a vida emocional dava a sensação da morte paulatina de toda uma esfera da vida psíquica, a experiência psicológica imediata, mas, posteriormente, as pesquisas experimentais demonstraram claramente o absurdo dessa idéia.

Langue³ e James já se haviam proposto, cada um por seu lado – James mais conscientemente como psicólogo e Langue mais inconscientemente como fisiólogo –, a tarefa de encontrar a fonte da vitalidade das emoções, como diz James, no próprio organismo do homem, libertando-se assim do enfoque retrospectivo das emoções humanas. Langue e James encontraram essa fonte nas reações orgânicas que acompanham nossos processos emocionais. Esta teoria é tão amplamente conhecida, foi tão citada nos manuais, que não há necessidade de expô-la. Lembrarei apenas que o ponto de virada crucial dela é a mudança da sucessão tradicional dos momentos que compõem as reações emocionais.

Sabe-se que, para os psicólogos anteriores a James e Langue, o processo emocional desenvolvia-se do seguinte modo: o

primeiro elo é o acontecimento externo ou interno, cuja percepção provoca uma emoção (digamos, a presença de um perigo), depois, a sensação da própria emoção (sentimento de terror) e, em seguida, a correspondente expressão corporal, orgânica (as palpitações do coração, a palidez, o tremor, a secura de garganta, todos os sintomas que acompanham o medo). Se, antes, os psicólogos estabeleciam a seguinte sucessão: percepção, sentimento, expressão, James e Langue propuseram considerar este processo segundo outra seqüência, ao assinalar que imediatamente depois da percepção de tal ou qual acontecimento surgem mudanças orgânicas provocadas de forma reflexa (para Langue, vasomotoras de preferência; para James, viscerais, ou seja, produzidas nos órgãos internos). Estas mudanças, que ocorrem de forma reflexa no medo e em outras emoções, são percebidas por nós, e a percepção das reações orgânicas próprias é o que constitui a base das emoções.

De acordo com essa doutrina, a clássica fórmula de James, que agora se modifica de várias maneiras, porque cada teoria tenta demonstrar sua oposição a ela, diz: costumava-se considerar que choramos porque estamos aflitos, trememos porque estamos assustados, batemos porque estamos irritados; na verdade, dever-se-ia dizer que estamos aflitos porque choramos, que estamos assustados porque trememos e que estamos irritados porque batemos.

Segundo o ponto de vista de James, basta reprimir a manifestação externa da emoção para que esta desapareça e vice-versa: basta provocar em si mesmo a manifestação de uma determinada emoção para que esta apareça depois da manifestação.

Dois aspectos seduziam nesta teoria, completa no aspecto teórico e suficientemente elaborada: por um lado, proporcionava realmente uma aparente fundamentação científico-natural, biológica, às reações emocionais e, por outro, carecia dos defeitos das teorias incapazes de explicar de algum modo por que emoções que não fazem falta a ninguém, restos da exis-

tência animal, continuam vivas e se revelam, do ponto de vista da experiência retrospectiva, sensações tão importantes, tão consideráveis, que são as que estão mais próximas do núcleo da personalidade. Vocês mesmos sabem que as sensações mais emotivas são as sensações pessoais internas. //

Como se sabe, essas teorias de James e Langue, que logo se fundiram numa teoria comum, foram objeto de recriminações por seu “materialismo”, porque James e Langue queriam reduzir os sentimentos do homem ao reflexo, em sua consciência, dos processos orgânicos que ocorriam em seu corpo. No entanto, o próprio James estava muito distante do materialismo, e em resposta às primeiras recriminações lançou uma tese, que figura em seu manual de psicologia: “Minha teoria não pode ser de modo algum denominada ‘materialista’.” E, na verdade, sua teoria não era, de fato, materialista, embora, em muitos casos, desse lugar à denominação de materialista, porque utilizava o método materialista espontâneo. Não era materialista e conduziu a resultados contrários aos materialistas. Por exemplo, em nenhum outro lugar como na teoria das emoções ficam tão divididas as funções superiores e inferiores. Isso ocasionou o desenvolvimento posterior da teoria de James.

O próprio James, em resposta às recriminações de materialismo, segue o caminho já traçado por Darwin em resposta às recriminações de que era objeto por parte dos psicólogos escolásticos ingleses. James procura dar a Deus o que é de Deus e a César o que é de César. Fez isso dizendo que só têm origem orgânica as emoções inferiores, herdadas pelo homem de seus antepassados animais. Isso pode se referir aos grupos de emoções tais como o terror, a ira, o desespero, a fúria, mas não é aplicável, naturalmente, a tão “sutis”, segundo sua expressão, emoções, como o sentimento religioso, o sentimento de amor do homem pela mulher, a sensação estética, etc. Portanto, James diferenciava rigorosamente o campo das emoções inferiores e superiores, particularmente o campo intelec-

percepções

tual que antes passara despercebido e que ultimamente se converteu no centro das pesquisas experimentais. Todas as emoções, todas as sensações emocionais diretamente entrelaçadas em nossos processos de pensamento e que são parte inalienável do processo integral dos raciocínios, eram diferenciadas por ele dos fundamentos orgânicos, e considerava-os como um processo *sui generis*, isto é, como um processo de um gênero e de uma natureza totalmente distintos.]

James, um pragmático, interessava-se muito pouco pela natureza do fenômeno a estudar, e por isso dizia que para os interesses práticos da sociedade bastava conhecer a diferença que a pesquisa empírica descobre entre as emoções superiores e inferiores. Do ponto de vista pragmático, o importante era salvar as emoções superiores de sua interpretação materialista ou quase materialista.

Assim, essa teoria levou, por um lado, ao dualismo característico da psicologia intuitiva e descritiva. Ninguém mais do que Bergson, ferrenho idealista, que numa série de momentos coincidia com James nas concepções psicológicas e filosóficas, aceitou sua teoria das emoções e acrescentou idéias próprias de caráter teórico e real. Por outro lado, junto com o dualismo na doutrina das emoções superiores e inferiores, esta teoria não pode ser chamada de materialista, como disse com razão o próprio James, porque não contém nem um átomo de materialismo, a não ser na afirmação: ouvimos porque os terminais de nosso nervo auricular experimentam uma excitação em decorrência das vibrações de ar que agem sobre nosso tímpano. Em outras palavras, os espiritualistas e idealistas mais recalcitrantes nunca negaram o simples fato de que nossas sensações e percepções estão relacionadas com os processos materiais que excitam nossos órgãos dos sentidos.

Por conseguinte, a afirmação de James de que as emoções são percepções internas de mudanças orgânicas não se aproxima mais do materialismo do que as teses de qualquer partidário do paralelismo, que afirma que a onda luminosa, ao provo-

car a correspondente excitação do nervo óptico, põe em movimento um processo nervoso, paralelamente ao qual produz a sensação psíquica de uma ou outra cor, forma, tamanho, etc.

perejivanie *

Finalmente, o terceiro e mais importante ponto: essas teorias estabeleceram as bases para a criação de toda uma série de teorias metafísicas da doutrina das emoções. Nesse sentido, a teoria de James e Langue representou um passo para trás em comparação com os trabalhos de Darwin e com a corrente que se desenvolveu imediatamente a partir dele. Se era necessário salvar as emoções e mostrar que não se tratava de uma tribo agonizante, James não encontrou nada melhor do que acoplá-las aos órgãos mais invariáveis, mais baixos no desenvolvimento histórico da humanidade, aos órgãos internos, que, segundo ele, são os verdadeiros portadores das emoções. As mais delicadas reações do intestino e do coração, as sensações que partem das cavidades e dos órgãos internos, o jogo das reações vasomotoras e outras mudanças semelhantes são os momentos vegetativos, viscerais, humorais, a partir de cuja percepção se formam, na opinião de James, as emoções. Portanto, essa teoria separava as emoções da consciência e colocava um ponto final no realizado anteriormente.

Eu disse que, segundo as concepções de Ribot e outros autores, as emoções são um estado dentro de outro na psique humana. Isso significa que as emoções eram consideradas de modo isolado, separadas do conjunto global, de todo o resto da vida psíquica do homem, e a teoria de James e Langue proporcionou a justificação anátomo-fisiológica dessa idéia do estado dentro do estado. O próprio James sublinha isso claramente. Dizia que, enquanto o cérebro é o órgão do pensamento humano, o das emoções são os órgãos vegetativos internos. Com isso, o verdadeiro substrato das emoções se translada do centro para a periferia. Nem é preciso dizer que a teoria de James e Langue fechava ainda mais que as precedentes a porta para a formulação do desenvolvimento da vida emocional. Nela havia, conforme se expressa o próprio James, uma certa lembran-

ça do desenvolvimento, nela examinava-se numa análise retrospectiva as emoções do homem como tendo surgido em tempos passados no processo evolutivo. Nela, excluía-se por completo a possibilidade de fornecer a gênese das emoções humanas, do aparecimento de quaisquer emoções novas no processo da vida histórica do homem.

Portanto, fechando o círculo, James, assim como seus seguidores, retorna à concepção idealista fundamental das emoções. É precisamente ele quem diz que durante o período histórico de evolução da humanidade se aperfeiçoaram e desenvolveram os sentimentos humanos superiores, que os animais desconheciam. Mas tudo o que o homem havia recebido do animal permaneceu invariável, já que é, como se expressa James, uma simples função de sua atividade orgânica. Isso significa que a teoria proposta, a princípio, para demonstrar (como já disse, referindo-me a Darwin) a origem animal das emoções terminou demonstrando a falta de conexão no desenvolvimento do que o homem havia recebido do animal e do que surgiu durante o período histórico da evolução. Com isso, esses autores deram, com efeito, a Deus o que era de Deus e a César o que era de César, ou seja, procuraram estabelecer, por um lado, a importância puramente espiritual de uma série de emoções superiores e, por outro, uma série de emoções inferiores, puramente orgânicas, de valor fisiológico.

Os ataques experimentais contra essa teoria se deram em duas direções: por parte dos laboratórios de fisiologia e por parte dos de psicologia. Os laboratórios fisiológicos desempenharam com respeito à teoria de James e Langue um papel traiçoeiro. No princípio, os fisiólogos estavam entusiasmados com essa teoria e ano após ano contribuíam com novos dados que confirmavam a teoria de James. Por certo, a teoria encerra uma certa verdade indubitável; evidentemente, as mudanças orgânicas, específicas da reação emocional, são extraordinariamente ricas e variadas. Ao comparar o que James disse sobre isso com o que sabemos agora, pode-se ver realmente o

enorme e frutífero caminho que James e Langue abriram para as pesquisas empíricas. Nisso consiste seu extraordinário mérito histórico.

O papel traiçoeiro por parte dos laboratórios de fisiologia foi desempenhado pelo conhecido livro de Cannon⁴. A obra é completamente contraditória, e se isso não foi notado de imediato foi porque, em primeiro lugar, refletia a etapa precoce do desenvolvimento da pesquisa fisiológica e, em segundo, porque foi editada na URSS com um prólogo de Zavadovski⁵, que a recomenda como demonstração experimental concreta da veracidade da teoria de James-Langue. No entanto, basta analisar atentamente o conteúdo dos experimentos de Cannon para ver, propriamente falando, que conduzem à negação da teoria de James e Langue.

Duas idéias constituem a base dos problemas teóricos que mais interessaram Langue e James na criação de sua famosa teoria: 1) examinada a partir do aspecto biológico, a emoção constitui o reflexo dos estados fisiológicos na consciência; 2) estes estados são específicos para as distintas emoções.

Vocês provavelmente já leram uma série de livros sobre os últimos trabalhos de Cannon e sua escola. Em experimentos com gatos, cachorros e outros mamíferos, Cannon conseguiu, com a ajuda de métodos de pesquisa muito complicados, de extirpações, intoxicações artificiais, complexas análises bioquímicas, demonstrar experimentalmente que, com efeito, em estado de fúria, ira, terror, produzem-se nos gatos e cachorros mudanças humorais profundas, relacionadas com reações das glândulas de secreção interna, concretamente nas cápsulas supra-renais, que todas essas mudanças implicam profundas alterações de todo o sistema visceral, ou seja, que todos os órgãos internos reagem a isso, e, portanto, que cada emoção está relacionada com sérias mudanças no estado do organismo. No entanto, já em seu primeiro trabalho, que pôde parecer a Zavadovski uma confirmação da teoria de James e Langue, Cannon tropeça em um fato de extraordinária importância.

Por mais estranho que pareça, Cannon descreve emoções tão distintas como a fúria, o terror, o medo, a ira como tendo a mesma expressão orgânica. Por isso, Cannon introduz, já nesse trabalho, uma correção na fórmula de James. Se este dizia: estamos aflitos porque choramos, na opinião de Cannon isso teria de ser um pouco modificado para dizer: estamos aflitos, comovidos ou enternecidos, ou, em geral, sentimos as emoções mais distintas, porque choramos. Dito de outro modo, Cannon nega, baseando-se em seus dados experimentais, a conexão simples existente entre a emoção e sua expressão corporal: mostra que esta não é específica da natureza psíquica das emoções; o eletrocardiograma, as mudanças humorais e viscerais, a análise química, a análise de sangue dos animais não permitem estabelecer se o animal experimenta terror ou está furioso; em emoções diametralmente opostas do ponto de vista psicológico, as mudanças corporais são iguais. No entanto, Cannon, ao negar nesse trabalho a especificidade das expressões corporais para cada tipo de emoção, ao negar a relação direta entre tal tipo de emoção e a estrutura de sua expressão corporal, não colocou em dúvida a tese fundamental de James: as emoções são o reflexo em nossa consciência de mudanças orgânicas. Ao contrário, Cannon descobriu toda uma série de fatos, demonstrados experimentalmente, que mostram que as mudanças orgânicas são muito variadas, e com isso pareceria reforçar a teoria de James e Langue. Mas nas pesquisas posteriores, publicadas agora, viu-se obrigado a chegar à conclusão de que os fatos encontrados sobre a não-especificidade da expressão corporal das emoções conduzem, de fato, à total negação da teoria de James e Langue, ao reconhecimento de sua inconsistência. Nestes experimentos, Cannon obteve uma série de importantes fatos.

pergunta

Variando, no experimento psicológico, a situação em função da qual se manifestam no animal diversas emoções intensas, encontra manifestações corporais iguais. O novo consiste somente em que a clareza de tais manifestações dependia não

tanto da qualidade da própria emoção, mas da força de sua manifestação. Depois, Cannon levou a cabo uma série de complicados experimentos, nos quais do animal era eliminada uma grande parte do sistema nervoso simpático, extirpando-lhe o tronco dos nódulos simpáticos, e com isso se evitava qualquer reação de caráter orgânico. Foram estudados em termos comparativos dois animais: uma gata, na qual, devido ao fato de ter-lhe sido extirpado o sistema nervoso simpático, nenhum terror nem fúria produziam secreção de adrenalina nem outras mudanças humorais, e uma gata de controle, na qual todas estas reações eram provocadas.

A principal conclusão foi, não obstante, que as duas gatas se comportaram exatamente da mesma maneira em situação análoga. Dito de outro modo, a expressão da emoção observada na gata de quem tinha sido extirpado o sistema nervoso simpático foi igual à da outra. Reagiu da mesma maneira quando o cachorro se aproximou dela e de seus gatinhos e também quando, faminta, tiraram sua comida e, identicamente, quando, também faminta, olhava a comida através de um estreito orifício. Ou seja, todas essas reações foram testadas em animais de dois tipos, em decorrência do que um dos principais elementos de James se viu refutado experimentalmente. O teste desmentiu sua famosa tese sobre a subtração mental dos sintomas das emoções. De acordo com James, se retirarmos mentalmente de uma emoção de terror o tremor, o encolhimento de pernas, a paralisação do coração, etc., veremos que da emoção não resta nada. Cannon procurou efetuar essa subtração e mostrou que, apesar disso, a emoção persistiu. Por conseguinte, o momento central da pesquisa de Cannon consistiu em demonstrar a presença de um estado emocional do animal quando faltam as correspondentes reações vegetativas.

Em outra série de experimentos, foi aplicada em animais e depois em pessoas uma injeção que produzia mudanças orgânicas artificiais, análogas às que se observam numa forte emoção. Verificou-se que, nos animais, se pode provocar essas mu-

danças orgânicas sem que apareçam determinadas emoções. Observa-se neles uma variação do açúcar no sangue, uma variação da circulação sanguínea, etc., como no caso da emoção, mas esta não se faz presente.

Ou seja, o destino da segunda afirmação de James foi o mesmo: se provocarmos uma expressão externa, que acompanha uma emoção, esta aparecerá. Esse aspecto também se mostrou falso.

Os experimentos de Cannon com pessoas tampouco deram resultados parecidos. Embora na grande maioria das pessoas em quem se realizou o teste não se observassem emoções, em algumas delas as injeções, de fato, as provocaram. No entanto, isso aconteceu muito raramente e somente quando a pessoa estava "quase explodindo", preparada, de certa forma, para a explosão emotiva para a descarga emotiva. As explicações subsequentes deixaram claro que a pessoa em questão tinha motivos para estar aflita ou alegre, e a injeção correspondente serviu de excitante para produzir essas emoções. Outro momento consistia no seguinte: no relato introspectivo dos submetidos ao teste, notou-se que em nenhum deles surgiu um sentimento de terror, nem de raiva, nem de timidez, mas todos explicaram seu estado assim: sentia-me como se temesse, como se estivesse raivoso ou chateado com algo. As tentativas de criar uma sensação interna na pessoa que realizava o teste, ou seja, a percepção consciente provocada experimentalmente por mudanças orgânicas internas, conduzia apenas a que se produzisse um estado que lembrava a emoção, mas a própria emoção, no sentido verdadeiramente psicológico, não existia. *
perigo

Portanto, os experimentos realizados com pessoas, com o emprego da análise introspectiva, introduziram certas correções nos dados de Cannon. Demonstraram que a expressão orgânica das emoções não é tão indiferente para os estados emocionais como supunha este último, partindo dos experimentos com extirpações em animais. → ***
IMPORT.

As conclusões gerais a que chegou Cannon e que são produto de uma série de pesquisas experimentais nesse terreno consistem em duas teses fundamentais. A primeira conclusão leva Cannon e todos os fisiólogos e psicofisiólogos dedicados a essa questão a rejeitar a teoria de James e Langue, que não dá conta da crítica experimental nem da comprovação dos fatos. Por isso, precisamente, um dos principais trabalhos de Cannon intitula-se “Alternativa à teoria de James e Langue”.

Outra conclusão decorre de que Cannon, como biólogo, tinha naturalmente necessidade de explicar pelo menos hipoteticamente o paradoxo resultante de seus experimentos. Se é fato que as profundas mudanças orgânicas que se produzem no animal mediante reações emocionais fortes carecem por completo de importância para as emoções e se a emoção persiste, apesar da subtração de todas essas mudanças orgânicas, como se pode compreender biologicamente para que servem tão profundas mudanças? Se, num primeiro trabalho, Cannon mostra a importância funcional biológica das mudanças que se produzem durante as emoções, precisa explicar agora, de um ponto de vista biológico, que a gata, que carece de sistema nervoso simpático e de todas as reações humorais e viscerais que acompanham o afeto de terror, reage à ameaça a seus gatinhos da mesma forma que a que conserva essas reações. Porque, do ponto de vista biológico, essas reações tornam-se incompreensíveis e antinaturais se não desempenham nenhum papel importante nas mudanças funcionais biológicas que se produzem durante as emoções.

Cannon explica essa contradição do seguinte modo: qualquer reação emocional forte no animal é, por si só, apenas o princípio, mas não o fim da ação, e surge numa situação crítica, de importância vital para ele. Fica claro, portanto, segundo expressão de Cannon, que a conclusão lógica das reações emocionais fortes do animal será sua atividade aumentada. Assim, a conclusão lógica do terror é a fuga do animal, a da fúria ou raiva, a luta ou o ataque. Por conseguinte, todas as reações

orgânicas são importantes não para a emoção como tal, mas para o que a ela se segue. Todas as mudanças – aumento de açúcar no sangue, mobilização das forças do egoísmo para a luta, a fuga – são importantes porque, biologicamente, a uma forte reação segue-se, no animal, uma intensa atividade muscular, não importando se se trata de fuga ou de luta, ataque; em todos os casos, essa preparação do organismo deverá ocorrer.

Nas condições do laboratório, diz Cannon, a gata que carece de sintomas fisiológicos de emoções se comporta da mesma maneira que a que os apresenta. Mas isso só acontece nas circunstâncias de um laboratório experimental, onde a questão se limita a mudanças isoladas; numa situação natural, uma gata que carecesse desses sintomas morreria antes de uma que não carecesse deles. Se a gata tivesse medo e, além disso, tivesse de fugir, é claro que o animal cujos processos viscerais não organizaram, não mobilizaram o organismo para a fuga morreria antes do outro.

O argumento experimental mais importante em favor desta hipótese é o seguinte: Cannon, com animais, e seus discípulos, com pessoas, provocavam uma atividade muscular intensa. Por exemplo, obrigavam uma gata a correr por uma calha (como faz Dúrov⁶) pela qual passava corrente, de modo que a cada momento a corrente obrigava o animal a escapar dela, a correr na velocidade máxima. Verificou-se que o simples trabalho muscular, o intenso movimento, produzia as mesmas mudanças orgânicas que uma forte emoção. Em outras palavras, todos os sintomas vegetativos revelaram-se, na verdade, fenômenos concomitantes e interpretações de uma intensa atividade muscular, mais do que de emoções em si.

Pode-se objetar a isso que a gata podia se sentir assustada pela situação criada. Em resposta, Cannon realiza outra série de experimentos, que não incluem momentos que assustem o animal e, no entanto, a intensa atividade muscular provoca as mudanças que costumavam ser consideradas concomitantes

de uma reação emocional e que, antes, o próprio Cannon considerava um momento importante das emoções. Verificou-se que os mencionados sintomas não são tanto fenômenos concomitantes às emoções como complementos dos momentos emocionais relacionados com o instinto.

Desse ponto de vista, diz Cannon, a teoria de Darwin se vê justificada inesperadamente. Nesta teoria, não há dúvida sobre o fato de que nossos movimentos expressivos podem ser considerados, na verdade, rudimentares se comparados à expressão dessas emoções nos animais. O ponto fraco da mencionada teoria, contudo, é que o autor não foi capaz de explicar o desenvolvimento progressivo das emoções, afirmando, pelo contrário, que iam se apagando.

Cannon mostrou que não é a própria emoção que morre, mas seus componentes instintivos. Dito de outra forma, o papel das emoções na psique humana é outro; isolam-se cada vez mais do reino dos instintos e se deslocam para um plano totalmente novo.

Quando se toma a doutrina das emoções no conjunto de seu desenvolvimento histórico, vê-se que, partindo de diferentes lados, este desenvolvimento histórico seguiu uma única direção. As pesquisas psicológicas da vida emocional conduziram ao mesmo que as pesquisas experimentais no campo da psicofisiologia. A conclusão básica mais importante sobre os trabalhos da corrente a que me referi é o peculiar deslocamento do centro da vida emocional. Cannon supunha que o fundamental que esses trabalhos tinham conseguido era ter deslocado o núcleo da vida emocional da periferia para o centro. Mostrou que o substrato real, os portadores reais dos processos emocionais não são, de modo algum, os órgãos internos da vida vegetativa, nem os mais antigos no aspecto biológico. Mostrou que o substrato material das emoções não é um mecanismo extracerebral, um mecanismo que se acha fora do cérebro humano, graças ao que se criou a doutrina das emoções como um estado à parte dentro de toda a psique, mas que é

constituído por um mecanismo cerebral. Ligou o mecanismo das emoções com o cérebro, e esse deslocamento do centro da vida emocional dos órgãos da periferia para o cérebro incorpora as reações emocionais ao contexto anátomo-fisiológico geral de todos os conceitos anátomo-fisiológicos, que os relacionam estreitamente com o resto da psique humana.

Isso torna importante e compreensível o que foi descoberto no aspecto psicológico por outros pesquisadores – a estreitíssima relação e dependência entre o desenvolvimento das emoções e o de outros aspectos da vida psíquica do homem.

Se procurarmos formular brevemente o resumo principal deste trabalho de pesquisa, teremos de dizer: realizou no campo da psicologia algo parecido com o que Cannon e seus discípulos levaram a cabo na psicofisiologia das emoções; concretamente, deslocou a teoria das emoções da periferia para o centro. Se esta considerava o mecanismo das emoções não como extracerebral, mas como cerebral, se esta mostrou que as reações emocionais dependiam do órgão que dirigia todas as demais reações relacionadas com a psique do homem, também o trabalho psicológico pôs fim à doutrina da vida emocional do homem como “um estado dentro de outro”.

Toda uma série de reações comparativas e dependências se revelou aos pesquisadores nos experimentos quando, ao estudar a vida emocional, começaram a se dar conta da total impossibilidade da situação criada nas teorias de James e Langue, que dividiam as emoções em duas classes que nada tinham em comum entre si – as emoções superiores e inferiores. Se seguirmos o caminho cronológico, teremos de nomear em primeiro lugar Freud, já que ele foi um dos primeiros pesquisadores a se aproximar muitíssimo, não experimental, mas clinicamente, de forma teórica, do que constituiu o percurso principal das pesquisas posteriores neste campo.

Como se sabe, ao analisar a psicopatologia da vida emocional, Freud interveio negando que o mais importante no estudo da emoção são os componentes orgânicos que a acompanham. Di-

zia, como se sabe, que não conhecia nada mais indiferente para determinar a natureza psicológica do terror do que o conhecimento das mudanças orgânicas que o acompanham. Freud rejeitava a velha psicologia orgânica unilateral de James e Langue, que estuda o córtex e não se ocupa do verdadeiro núcleo psicológico, ou, em outras palavras, que, ao estudar o trabalho dos órgãos nos quais se manifesta a emoção, nada faz para estudar a emoção enquanto tal. Freud mostra a extraordinária dinâmica da vida emocional.

Uma conclusão puramente formal de suas pesquisas é, a meu ver, correta, apesar da falsidade, em essência, da afirmação fundamental de Freud. Concretamente, o terror se explica, segundo ele, pelo fato de que, numa série de mudanças neuróticas, a atração sexual reprimida se transforma em terror; o terror se converte num estado neurótico, equivalente a toda uma série de desejos da criança, que foram deslocados, reprimidos de forma insuficiente. Freud demonstrou como é ambivalente a emoção nas primeiras etapas do desenvolvimento. E, apesar do caráter equivocado da explicação que fornece sobre a emoção ambivalente, o fato em si penetrou firmemente na doutrina de que as emoções não existem desde o princípio, que, primeiro, ocorre uma certa diferenciação do núcleo, que encerra sentimentos contraditórios.

Essa tese era importante em outro sentido: desenhou certas possibilidades simples na interpretação do movimento da vida emocional. Mas o principal mérito de Freud no mencionado campo é ter mostrado que as emoções não foram sempre o que são agora, que em diversos momentos, nas etapas precoces do desenvolvimento infantil, foram distintas das do homem adulto. Demonstrou que não são “um estado dentro de outro”, e que só podem ser compreendidas no contexto de toda a dinâmica da vida humana. É só aí que ganham sentido e significado os processos emocionais. Todavia, Freud continuava um naturalista, como o era James, que interpretava a psique do homem como um processo puramente natural, e um pesquisador que enfocava as mudanças dinâmicas das emoções somente dentro de determinados limites naturalistas.

São análogas as realizações de Adler⁷ e sua escola em seus trabalhos dedicados à doutrina das emoções. Mediante observações demonstraram que, no que se refere à sua importância funcional, a emoção relaciona-se não só com a situação instintiva em que se manifesta, como ocorre de fato com os animais, mas é também um dos momentos que formam o caráter. Demonstraram que, por um lado, os conceitos gerais do homem sobre a vida, a estrutura de seu caráter, se vêem refletidos num determinado círculo da vida emocional e, por outro, são determinados por estas sensações emocionais.

Como se sabe, tal idéia sobre o caráter e as emoções fez com que a doutrina das emoções se transformasse numa parte inseparável e central da doutrina do caráter humano. Deu-se algo totalmente oposto ao que acontecia anteriormente. Se antes a emoção era considerada uma surpreendente exceção, uma tribo agonizante, agora passa a ser relacionada com os momentos da formação do caráter, ou seja, com os processos de organização e formação da estrutura psicológica fundamental da personalidade.

Na teoria de Bühler, que do ponto de vista experimental fez pela psicologia infantil atual mais do que muitos outros, existem avanços muito interessantes na "tópica" psicológica das emoções, isto é, no lugar que estas ocupam em relação a diferentes processos psíquicos. Uma exposição grosseira e esquemática das conclusões de Bühler e seus experimentos (e os experimentos são o melhor de seu trabalho) permite apresentar sua teoria da seguinte forma. Partindo da crítica das idéias freudianas sobre a vida emocional, Bühler presta atenção não só ao fato de que na fase primordial do desenvolvimento a vida psíquica e a atividade da criança não estão determinadas exclusivamente pelo princípio do prazer, mas também na infância o próprio prazer, que induz a criança a realizar tal ou qual ato, migra, vaga, muda de lugar dentro do sistema de outras funções psíquicas. Bühler relaciona isto com sua conhecida teoria, que divide esquematicamente o desenvolvimento do com-

portamento em três fases: o instinto, o adestramento e o intelecto. Com base nessa teoria, procura mostrar, em jogos infantis organizados experimentalmente, que o momento do prazer se desloca à medida que a criança se desenvolve, modificando sua atitude diante dos processos com que está relacionado. O primeiro estágio do prazer é o Endlust, isto é, o prazer final. É o momento que caracteriza os processos instintivos, relacionados principalmente com a fome e a sede, que são, em si mesmas, desagradáveis. Os primeiros momentos de saciação vêm acompanhados da manifesta expressão dos traços de prazer, mas à medida que culmina o ato instintivo chega o Endlust, a sensação emocional que se encontra no final da atividade instintiva. Como se sabe, essa é, em sua forma primitiva e inicial, a organização da atração sexual do homem: o momento central, relacionado com o prazer, consiste no momento final, resolutorio, desse ato instintivo. Daí Bühler extrai a conclusão de que, no plano da vida instintiva, pertence à emoção e, concretamente, à emoção do prazer esse papel final, resolutorio. As emoções são, no sistema da vida psíquica, como um momento tingido de cores vivas, que proporciona à atividade instintiva seu desenvolvimento íntegro até o final do ato instintivo.

2.º O segundo estágio é, segundo Bühler, o do prazer funcional (*Funktionslust*). Este estágio se manifesta na forma precoce dos jogos infantis, quando o que causa prazer à criança não é tanto o resultado quanto o próprio processo da atividade: aqui, o prazer se deslocou do final do processo para o seu conteúdo, para o seu funcionamento. Bühler observa isso também nas refeições da criança. Esta, durante a tenra infância e nos meses sucessivos, começa a experimentar prazer não só na medida em que se sacia e mata a sede, mas também no processo da alimentação em si; o próprio processo se transforma para ela num possível prazer. Psicologicamente, diz Bühler, o fato de que a criança possa se tornar gulosa expressa a manifestação do *Funktionslust*; o nascimento do prazer imediato

está localizado não no afeto final, mas no próprio processo da atividade.

Finalmente, Bühler distingue do segundo um terceiro estágio, relacionado com a antecipação do prazer, ou seja, com a sensação emocionalmente impregnada, que surge no começo do próprio processo, quando nem o resultado nem mesmo a execução da ação constituem o ponto central da sensação global da criança, mas quando este ponto central se desloca para o começo (*Vorlust*). Estas particularidades distinguem os processos do jogo criativo, das adivinhações, da resolução de algum problema. Neles, a criança encontra com alegria a solução e depois executa o que encontrou; mas a obtenção daquilo que deve obter como resultado da ação já não tem para ela grande importância. *significado essencial...*

Se enfocarmos estes avanços na atividade da criança do ponto de vista de sua importância, veremos que coincidem com as três fases do desenvolvimento do comportamento, a que se refere Bühler. No plano da atividade instintiva predomina uma organização da vida emocional relacionada com o momento final (*Endlust*). O prazer que se experimenta durante o processo de atividade constitui o momento biológico necessário para formar qualquer hábito, o que exige que a própria atividade, e não seus resultados, encontre em si mesma, o tempo todo, um estímulo de apoio. Finalmente, a atividade, transformada em intelectual, cuja essência consiste no que Bühler chama reação de adivinhação (ou reação de confirmação), caracteriza-se por uma organização da vida emocional em que a criança manifesta uma sensação emocional no começo dessa atividade; neste caso, o próprio prazer põe em movimento a atividade da criança, de modo distinto do que quando se desenvolveu segundo os dois planos de que falamos antes. *reacção de adivinhação*

Outra conclusão geral consiste em que os processos emocionais, como mostra a pesquisa de Bühler, não são sedentários em nossa vida, mas nômades; não dispõem de um lugar

determinado, fixo para sempre. Meus dados me convencem de que os progressos encontrados desde o prazer final até o prazer antecipado são um pálido reflexo da expressão de toda a diversidade possível na vida emocional, diversidade que constitui o conteúdo real do desenvolvimento da vida emocional da criança.

Ao terminar essa parte relativa ao que há de efetivo em nosso tema de hoje, poderia talvez referir-me esquematicamente a alguns dos últimos trabalhos, particularmente ao trabalho de Claparède, cuja importância reside em ter combinado a pesquisa de crianças normais e anormais com o estudo experimental de pessoas adultas, e aos trabalhos de Lewin, psicólogo alemão, pertencente à escola da psicologia estrutural, que realizou, como se sabe, uma série de pesquisas no campo da psicologia afetiva e da vida volitiva. Mencionarei em duas palavras os resultados mais importantes desses trabalhos, para em seguida passar às conclusões.

A importância dos trabalhos de Claparède consiste em que neles conseguiu separar experimentalmente os conceitos de emoção e sentimento e sua expressão externa. Claparède diferencia as emoções e os sentimentos como processos nos quais se tropeça freqüentemente em situações análogas, mas que são diferentes em essência. Como não podemos nos interessar hoje pela classificação das emoções, mas somente pelo problema em si, não nos deteremos nesse aspecto de sua doutrina, mas em sublinhar que conseguiu mostrar a estreitíssima relação existente entre as emoções e os demais processos da vida espiritual e também a diversidade psíquica das próprias emoções.

Como se sabe, Freud foi o primeiro a formular a questão de que a doutrina tradicional da utilidade biológica das emoções devia ser posta à prova. Freud, ao observar o estado neurótico da idade infantil e madura, tropeça a cada passo no espantoso fato a que não pode se esquivar nenhum psicólogo: constata-se que uma pessoa neurótica e uma criança são um

VAI " "
TER
QUE
LER
ESSE
LEWIN
(...)

modelo de vida espiritual, transtornada em decorrência da alteração da atividade emocional. Se for correta a velha tese (as emoções são um mecanismo biologicamente útil), é incompreensível que as emoções sejam causa de tão profundas e prolongadas alterações de todo o comportamento, porque quando estamos preocupados não conseguimos pensar conseqüentemente, porque quando nos sentimos transtornados não conseguimos agir de forma conseqüente e sistemática, porque quando estamos muito afetados por algo somos incapazes de nos dar conta de nosso comportamento, controlar nossos atos, em outras palavras, porque os movimentos agudos dos processos emocionais originam tais mudanças na consciência que relembram a um segundo plano o desenvolvimento de toda uma série de funções, que asseguram a vida normal da consciência. Com efeito, segundo a interpretação biológica primitiva e naturalista das emoções humanas, é totalmente incompreensível por que estas adaptações biológicas, tão antigas como o próprio homem, tão necessárias como a necessidade de alimentos e água, por que estas mesmas emoções são fonte de perturbações tão complicadas na consciência humana.

A pergunta inversa, feita por Claparède, consiste no seguinte: se o significado funcional mais importante das emoções se reduz a sua utilidade biológica, como explicar que o mundo das emoções humanas, que se diversificam cada vez mais a cada novo passo dado pelo homem no seu desenvolvimento histórico, produz não só alterações na vida psíquica a que se refere Freud, mas toda a diversidade de conteúdo da vida psíquica do homem (que se manifesta pelo menos na arte)? Por que cada passo do desenvolvimento humano provoca a atuação desses processos "biológicos", por que as vivências intelectuais do homem se refletem em forma de fortes sensações emocionais, por que, finalmente, diz Claparède, cada guinada importante no destino da criança e do homem está tão impregnada de elementos emocionais?

Ao tentar responder a essas perguntas, Claparède apresenta o exemplo da lebre, que corre assustada, mas é salva do perigo não pelo que teme; pelo contrário, o que teme frustra sua fuga e a leva à morte. Partindo disso, Claparède procura mostrar que, junto com emoções biológicas úteis, existem processos que denomina sentimentos. São catástrofes no comportamento, e surgem quando é impossível a reação biológica adequada à situação. Quando o animal se assusta e foge, essa é uma emoção, mas, quando seu susto é tão grande que não consegue correr, ocorre um processo de outro gênero.

O mesmo acontece com o homem; neste caso, encontramos-nos diante de processos que desempenham um papel totalmente distinto se os considerarmos em seu aspecto interno, embora pareçam semelhantes se o fizermos quanto a seu aspecto externo. É a diferença entre a pessoa que sabe dos perigos que a espreitam em um caminho e se arma de antemão e a que não sabe e é atacada; a pessoa que pode fugir e aquela a quem o perigo pega desprevenida; dito de outro modo, a pessoa que pode encontrar uma saída adequada para a situação e a que não consegue encontrá-la; em ambos os casos, ocorrerão processos distintos quanto à sua natureza psicológica. O experimento de Claparède estuda reações com diversas soluções, e isso o leva a dividir a vida afetiva em emoções e sentimentos. Esta diferenciação tem uma grande importância precisamente porque na velha psicologia os traços das emoções e os dos sentimentos se misturavam mecanicamente e eram atribuídos a processos iguais, que na verdade não existem.

Finalmente convém recordar os trabalhos de Lewin, que mostraram experimentalmente a complicada dinâmica das reações emocionais dentro do sistema de outros processos psíquicos. Foi, concretamente, o primeiro a levar a cabo a pesquisa experimental de um processo, que Freud e Adler, levianamente, consideravam não poder ser estudado de forma experimental e que, de forma expressiva, era denominado "profundidade psicológica".

LEWIN
"Reações"
do tipo
de
sistema
(...)

Lewin mostrou como um estado emocional se transforma em outro, como surge a substituição das sensações emocionais, como uma emoção não resolvida, continua existindo, com frequência, ocultamente. Mostrou como o afeto faz parte de qualquer estrutura com que se relacione. A idéia principal de Lewin consiste em que as reações afetivas, emocionais, não podem aparecer isoladas, como elementos especiais da vida psíquica, que só depois se combinam com outros elementos. A reação emocional é o resultado singular de uma estrutura concreta do processo psíquico. Lewin mostrou que as reações emocionais iniciais podem surgir tanto na atividade esportiva, desenvolvida em movimentos externos, como na que transcorre na mente, por exemplo, no xadrez. Mostrou que nestes casos surgem diferentes conteúdos, que correspondem a diferentes reações, mas o lugar estrutural dos processos emocionais permanece o mesmo. ???

tem
que
se
gerado
a estrutura
na
qual
a emoção
pode
existir
na
que
haja
emoções
(...)

Passarei às conclusões. As duas linhas que procurei examinar na conferência: por um lado, as pesquisas anatômicas e fisiológicas, que transpuseram o centro da vida emocional do mecanismo extracerebral para o cerebral, e, por outro, as pesquisas psicológicas, que deslocaram as emoções para o primeiro plano da psique humana e que as tiraram de seu isolamento de "um estado dentro do outro", incorporando-as à estrutura dos demais processos psíquicos – estas duas linhas se encontram na psicopatologia, como sempre ocorre no estudo da vida psíquica.

Em psicopatologia encontramos uma extraordinária analogia, que permitiu aos clínicos formularem, de um modo totalmente independente de Cannon, Claparède e outros, as duas partes da tese resultante da união desses dois aspectos de uma mesma doutrina. Como nosso curso não inclui os dados da psicopatologia, limitar-me-ei somente a algumas conclusões sumárias. Por um lado, nas lesões e doenças nervosas, os clínicos observaram vários casos em que, devido a uma lesão cerebral mórbida, particularmente a do tálamo óptico na zona

subcortical, produz-se um riso ou um sorriso forçado, que se repete em intervalos de poucos minutos. O que caracteriza esse estado é que não provoca a emoção de alegria, mas constitui para o próprio paciente ^{como} um gesto inoportuno e mortificante, que contrasta bruscamente com seu estado real. ||

Experimenta-se || Tive pessoalmente a oportunidade de estudar e descrever de modo experimental um dos casos de tão inoportunos movimentos, resultante de uma encefalite, que provocava na enferma profundos e dolorosos ^{movimentos} ~~sofrimentos~~. Experimentava um terrível contraste entre o que expressava seu rosto e suas sensações reais. Algo semelhante foi criado imaginariamente por Victor Hugo em seu romance *O homem que ri*. ||

Por outro lado, os clínicos, em particular Wilson e Head, a quem a psicologia deve grandes contribuições, observaram o fenômeno contrário. Nas lesões unilaterais do tálamo óptico, foram testemunhas de uma mudança extraordinariamente interessante da vida emocional: a pessoa que experimenta normalmente uma reação emocional, procedente da parte direita do corpo, sofre uma reação dolorosa quando a excitação procede do lado esquerdo.

Também tive a oportunidade de ver casos análogos. Se se puser numa pessoa como essa uma compressa na parte direita do corpo, ela experimentará uma sensação agradável comum. Mas, se a pusermos no lado esquerdo, observamos nela um entusiasmo exagerado. O sentimento de agrado alcança dimensões patológicas. O mesmo acontece com o contato de algo escorregadio, frio, etc. Kretschmer descreve um doente que apresentava estados complexos, relacionados concretamente com a sensação que experimentava ao escutar música, que variava segundo o ouvido com que a escutasse. ||

vivência a música || Essas pesquisas, procedentes em geral de clínicas neurológicas, proporcionaram, por um lado, material psicológico que mostra a precisão do ponto de vista de Cannon; por outro, material que evidenciou que o substrato anatômico das reações emocionais parece estar constituído por determinados

mecanismos do subcórtex cerebral, mais exatamente da zona do tálamo óptico, relacionado através de numerosos caminhos com os lóbulos frontais do córtex. Por isso, a localização córtico-subcortical das emoções é para a neurologia atual tão determinada quanto a localização dos centros motores da linguagem na zona de Broca⁸ e os centros sensoriais da linguagem na zona de Wernike⁹.

Estas pesquisas referiam-se à psicopatologia, no sentido estrito da palavra, particularmente à patologia da esquizofrenia. A isso se referem os trabalhos de Bleuler, que evidenciaram que nas alterações patológicas observa-se a seguinte mudança da vida emocional: as emoções principais se conservam em si mesmas, mas, se é que podemos nos expressar assim, o lugar normal destas emoções na vida espiritual da pessoa está deslocado. O indivíduo, capaz de reagir emocionalmente, mostra em seu conjunto um quadro de transtornos da consciência, devido ao fato de que as emoções perderam em sua vida espiritual o lugar estrutural que tinham anteriormente. Em consequência disso, surge no paciente um sistema completamente singular de relações entre as emoções e o pensamento. Em particular, o exemplo mais claro de semelhante sistema psicológico novo, que tem sua analogia na consciência normal, mas que é expressão de um estado psicopatológico, é o estado de pensamento autista, bem estudado por Bleuler e demonstrado experimentalmente por Schneider. //

Por pensamento autista se entende o sistema de pensamento em que os pensamentos estão dirigidos não por tarefas diferentes, propostas ao pensamento, mas por tendências emocionais; isto é, quando o pensamento está subordinado à lógica dos sentimentos. Não obstante, semelhante representação do pensamento autista, que já ocorreu antes, é inconsistente: nosso pensamento, que é contrário ao pensamento autista, tampouco está privado de momentos emocionais. Nosso pensamento realista provoca com frequência emoções mais consideráveis, mais intensas, que o autista. O pesquisador que

SISTEMA
EMOÇ
PENS

* busca, no processo do pensamento, algo relacionado com sen-
sações emocionais, e o faz com entusiasmo e interesse de inten-
sidades não inferiores, mas inclusive superiores às do esqui-
zofrênico, encontra-se dentro do pensamento realista. |

A diferença entre o pensamento autista e o realista consis-
te em que, tanto em um quanto em outro, dispomos de uma de-
terminada síntese dos processos intelectual e emocional, mas,
no caso do pensamento realista, o processo emocional desem-
penha um papel mais de acompanhante do que de diretor, mais
subordinado do que condutor, ao passo que no pensamento
autista ele tem o papel de direção; o processo intelectual, ao
contrário, em contraposição a como intervém no sistema de
pensamento realista, não é condutor mas acompanhante.

Resumindo, as pesquisas atuais do pensamento autista
mostraram que este constitui um sistema psicológico original,
no qual não estão deteriorados os momentos intelectuais e
emocionais, mas onde ocorre uma mudança patológica de sua
correlação. A análise desse pensamento autista, que devemos
aproximar da imaginação da criança e do homem normal,
constituirá o tema de nossa próxima conversa. Espero tratar
nela, por meio de um material concreto, de um conceito que foi
muitas vezes utilizado e que nunca foi descoberto no sistema
psicológico. Veremos como, no desenvolvimento da vida emo-
cional, a migração sistemática, a mudança de lugar da função
psíquica no sistema, determina também seu significado em
todo o processo de desenvolvimento da vida emocional.

Por conseguinte, teremos a possibilidade de estabelecer
uma seqüência entre a conversa de hoje e a seguinte, e no
tema da imaginação trabalhar, por meio do exemplo de um
sistema psicológico concreto, aquilo que nos ofereceu a análi-
se do pensamento e das emoções. Com isto dou por terminada
minha intervenção, deixando para o próximo capítulo as con-
clusões teóricas relativas à doutrina da imaginação.

Conferência 5
A imaginação e seu desenvolvimento
*na infância**

Para a velha psicologia, que costumava considerar todos os aspectos da atividade psíquica do homem como conhecidas combinações associativas das impressões acumuladas anteriormente, o problema da imaginação constituía um enigma insolúvel. Querendo ou não, a velha psicologia tinha de reduzir a imaginação a outras funções, porque a principal diferença entre a imaginação e as demais formas de atividade psíquica humana consiste no seguinte: a imaginação não repete em formas e combinações iguais impressões isoladas, acumuladas anteriormente, mas constrói novas séries, a partir das impressões anteriormente acumuladas. Em outras palavras, o novo que interfere no próprio desenvolvimento de nossas impressões e as mudanças destas para que resulte uma nova imagem, inexistente anteriormente, constitui, como se sabe, o fundamento básico da atividade que denominamos imaginação. Por conseguinte, para a psicologia associacionista, que considerava qualquer atividade uma combinação de elementos e imagens que já existiam na consciência, a imaginação devia constituir um enigma insolúvel.

.....
* "Voobrazhenie y yego razvitie v detskom vozraste."

Sabe-se que a velha psicologia procurou eludir este enigma, reduzindo a imaginação a outras funções psíquicas. Em essência, é essa idéia que serve de fundamento para a velha doutrina psicológica da imaginação que, como expressou Ribot em seu conhecido trabalho, a dividia em dois tipos: por um lado, a imaginação reprodutora e, por outro, a criadora ou reconstrutiva.

A imaginação reprodutora é a própria memória. Para os psicólogos, era a atividade da psique com a qual reproduzimos na consciência uma série de imagens que vivemos, mas que reconstruímos sem que existam motivos imediatos para isso. A atividade da memória, que consiste no aparecimento na consciência das imagens vividas anteriormente e que não se relacionam com um motivo atual imediato para sua reprodução, era chamada pelos velhos psicólogos de imaginação.

Ao diferenciar esta forma de imaginação da memória em sentido estrito, os psicólogos assim se expressavam: se ao ver agora uma paisagem me lembro de outra parecida, que já vi outra vez, em algum lugar de outro país, tratar-se-á de uma atividade da memória, porque a imagem presente, a paisagem presente, desperta em mim a imagem vivida. Trata-se do movimento corrente das associações, que constitui o fundamento das funções da memória. Mas se, mergulhado em meus próprios pensamentos e reflexões, sem estar vendo paisagem nenhuma, reproduzo na memória uma paisagem vista por mim alguma vez, esta atividade se diferenciará da atividade da memória pelo fato de que o impulso imediato para ela não provém da existência das impressões que a provocam, mas de certos processos distintos.

Dito de outro modo, esses psicólogos se deram conta, com razão, de que a atividade da imaginação, inclusive quando opera com imagens anteriores, é condicionada psiquicamente de modo distinto da atividade da memória.

No entanto, os psicólogos se deparam, neste caso, com a seguinte circunstância: que me lembre da paisagem anterior ao olhar a atual ou que lembre dela quando me veio à cabeça o nome do lugar da paisagem que vi outrora, não altera de fato a questão. A diferença entre a memória e a imaginação não consiste na atividade em si desta última, mas nos motivos que provocam essa atividade. Em ambos os casos, a própria atividade é muito similar, porque se adotarmos o ponto de vista da psicologia atomista, que cria complicadas formas de atividade a partir de elementos, não existe outro caminho para explicar a atividade da imaginação a não ser supor que uma certa existência de imagens provoca outras associadas a elas. Diante de semelhante formulação, o problema da imaginação reprodutora fundia-se totalmente com o da memória: era considerada uma das funções desta última dentre muitas outras.

O assunto se colocava de forma mais complicada com o tipo de atividade que os psicólogos denominavam imaginação criativa. Nela, salta para primeiro plano a diferença a que já me referi, particularmente os momentos de criação de novas imagens, que não existiam na consciência nem na experiência passada, momentos que são próprios da imaginação.

A psicologia associacionista explicava o surgimento de novas imagens criativas como resultado de combinações singulares e casuais de elementos. Na imaginação criativa surgem novas combinações desses elementos, que não são novos em si. Essa é a lei fundamental da imaginação do ponto de vista da velha psicologia, cujos porta-vozes eram Wundt e Ribot, os quais diziam que a imaginação é capaz de criar numerosas combinações novas de elementos anteriores, mas que não é capaz de criar nenhum elemento novo.

Devo dizer que o trabalho desses psicólogos foi em grande parte frutífero, já que mostraram, passo a passo, que os processos da imaginação eram condicionados pelos sentimentos. Mostraram, segundo a expressão de um dos psicólogos, que nossos sonhos não são produto do acaso, mas estão relaciona-

dos com toda a experiência de quem os sonha, que, no fim das contas, as idéias mais fantásticas reduzem-se a combinações desconhecidas de elementos presentes na experiência precedente do homem, que nem mesmo em sonhos podemos ver nada que não tenhamos vivido alguma vez de uma forma ou outra quando despertos, e que as idéias mais fantásticas não o são do ponto de vista dos elementos nelas contidos. Em outras palavras, esses psicólogos descobriram o substrato real da imaginação, a conexão desta com a experiência anterior, com as impressões acumuladas. Mas o outro aspecto do problema, que consiste em demonstrar o que constitui na imaginação a base da atividade, que permite representar de forma totalmente nova, em uma nova combinação, todas essas impressões acumuladas, não foi resolvido por eles, mas apenas esboçado.

A esta pergunta os psicólogos da velha escola simplesmente respondiam: a nova combinação surge por pura casualidade, porque, como reza uma das leis da velha psicologia, a nova combinação da imaginação surge de novas constelações, ou seja, de novas relações entre elementos isolados. O característico da teoria wundtiana dos sonhos é que seu autor tenta demonstrar que cada elemento dos sonhos é uma impressão vivida pela consciência quando em estado vígil, e a combinação fantástica dos elementos dos sonhos deve sua origem a uma constelação completamente singular, isto é, a uma combinação singular de elementos. E a constelação completamente singular nasce porque nossa consciência "sonhante" (sonhadora) encontra-se em condições francamente especiais: é surda e cega às impressões do mundo exterior. A pessoa que dorme não vê nem escuta, ou seja, não percebe com os órgãos dos sentidos as excitações externas, as quais lhe chegam deformadas, mas a consciência "sonhante" percebe toda uma série de excitações intra-orgânicas. Finalmente, a "ressurreição" de imagens isoladas por caminhos associativos se produz casualmente, graças ao fato de que no córtex cerebral ocorre

uma singular distribuição dos processos de excitação, e em função disso surge uma série de combinações casuais.

Por conseguinte, os sonhos são, segundo Wundt, uma constelação casual, uma combinação casual de uma série de impressões fragmentadas, arrancadas do contexto primário. Geralmente, diz ele, ao recordar algo sobre alguém, relacionamos isto com alguma circunstância totalmente distinta, surgida numa cadeia associativa diferente. Em decorrência disto, diz Wundt, obtém-se um absurdo, ou seja, uma estrutura de imagens que parece ser carente de sentido, mas que, do ponto de vista da análise, é completamente determinada e serve de base para os sonhos. Como se sabe, Wundt e todos os psicólogos que defendiam esse ponto de vista consideravam que a fantasia do homem está limitada, por princípio, pela quantidade de imagens obtidas por associação e que nenhuma nova conexão não vivida entre os elementos pode se somar ao processo da atividade da imaginação; que o começo criativo não é próprio dessa atividade e que ela dispõe de um círculo limitado de combinações, dentro das quais se dá.

Os psicólogos apresentavam como um dos momentos o fato da repetição dos sonhos, quando um mesmo sonho ou combinações de sonhos, que remetem uma à outra, se repetem numa mesma pessoa durante toda a vida. A consequência natural deste fato é a tese das limitadas possibilidades de combinação.

Quando os psicólogos procuravam demonstrar que a imaginação é uma atividade determinada, que o vôo da fantasia se produz de forma regular, tinham razão e encontravam um importante material para confirmar tal crença. Mas, ao mesmo tempo, esboçavam o problema do aparecimento de novos elementos da imaginação. A lei de Wundt diz: a impressão, o pensamento ou a contemplação real de um casamento podem levar para a idéia oposta, por exemplo, a idéia da separação eterna, da sepultura; uma determinada idéia pode fazer as pessoas lembrarem do contrário, mas não de algo alheio a ela; a

impressão do casamento não pode orientar ninguém a pensar em dor de dente, porque o casamento e esta última não mantêm relação. Dito de outro modo, a imaginação está muito arraigada no conteúdo de nossa memória.

A imaginação criativa, embora seja de certo modo uma imaginação reprodutora, como forma de atividade não se funde com a memória. É considerada uma atividade especial, que constitui um aspecto peculiar da atividade da memória.

Vemos, portanto, que, assim como ocorre nos problemas que examinamos até agora, também nos da imaginação o mais importante ficou sem resolver. A psicologia atomista era impotente para explicar o devir do pensamento, o nascimento da atividade racional orientada para um fim, assim como para explicar como surge a imaginação criativa. Sua doutrina encerrava contradições, que constituíram o ponto real de que partiu a decisiva divisão da psicologia em causal e descritiva ou intuitiva.

Partindo da impossibilidade em que se encontrava a psicologia associacionista para explicar o caráter criativo da imaginação, a psicologia intuitiva fez neste terreno o mesmo que no do pensamento: tanto lá quanto aqui, conforme expressão de Goethe, converteu o problema em postulado. Quando era preciso explicar como surge a atividade criativa na consciência, os idealistas respondiam que a imaginação criativa é própria da consciência, que a consciência cria, que são próprias dela formas apriorísticas nas quais se criam todas as impressões da realidade exterior. Do ponto de vista dos intuitivistas, o erro da psicologia associacionista consistia em partir da experiência do homem, de suas sensações, de suas percepções, considerando estas momentos primários da psique, em função do que eram incapazes de explicar como surge a atividade criativa em forma de imaginação. Na verdade, dizem os intuitivistas, toda a atividade da consciência humana está impregnada de um princípio criativo. Nossa percepção só é possível porque o homem acrescenta algo de seu ao que percebe da realidade exte-

rior. Por conseguinte, nas doutrinas idealistas atuais, duas funções psicológicas trocam de lugar. Se a psicologia associacionista reduzia a imaginação à memória, os intuitivistas procuravam mostrar que a própria memória nada mais é do que um caso particular da imaginação. Por esse caminho, os idealistas chegam com frequência a considerar a percepção como um caso particular da imaginação. A percepção, dizem eles, é uma imagem figurada da realidade, criada pela mente, que toma a impressão exterior como ponto de apoio e que deve sua origem e surgimento à atividade criativa da própria cognição.

Por conseguinte, a controvérsia entre o idealismo e o materialismo no problema da imaginação, assim como no do pensamento, reduzia-se à questão de se a imaginação era uma propriedade primária da cognição, da qual desenvolvem-se paulatinamente as demais formas da atividade psíquica, ou se a própria imaginação deve ser interpretada como uma forma complexa da consciência desenvolvida, como uma forma superior de sua atividade, que durante a evolução surge sobre a base da anterior. A impotência do ponto de vista atomista, assim como do idealista, consiste no seguinte: ambos resolviam a questão de um modo igualmente metafísico, no sentido de que, ao tomar como original a atividade reprodutora da consciência, fechavam o caminho para explicar como surge a atividade criativa no processo de desenvolvimento. Na opinião de Wundt, parecia absurdo admitir que na imaginação seja possível ligar a impressão ou o pensamento do casamento com o pensamento da dor de dente. Com isso, ignorava os evidentes fatos de que nossa imaginação ao se desenvolver dá alguns saltos muito mais audazes, liga coisas muito mais díspares do que aquelas às quais ele se refere; no final de sua vida, Wundt teve de reconhecer este aspecto em seu trabalho sobre a fantasia como fundamento da arte.

O idealismo, neste caso, mostrou-se impotente no sentido de que atribuía à consciência uma propriedade criativa primária, incluindo assim a imaginação no círculo das atividades primá-

rias da consciência que, segundo os comentários de Drish, Bergson e outros vitalistas e intuitivistas, são próprias da consciência desde o momento de seu nascimento. Segundo a conhecida fórmula de Bergson, a imaginação é tão própria à nossa consciência, desde o começo, quanto a liberdade de vontade. Trata-se da atividade livre que transcorre nas condições do mundo material e por isso se entrecruza com ele, mas, em si, é autônoma. Próximo deste ponto de vista estava James, o qual, ao referir-se à vontade que rege a atividade criativa, dizia que cada ato encerra um "fiat", palavra divina com que Deus criou o mundo.

Para que a formulação deste problema na psicologia idealista atual fique clara falta acrescentar um último aspecto. A questão da natureza da imaginação, por ser muito importante, foi transposta para o plano genético e reduzida à questão de sua prioridade.

Na psicologia infantil, esta questão começou a encontrar sua solução. Atualmente, na psicologia geral, é impossível tratar experimentalmente o problema da imaginação ignorando o material acumulado na psicologia infantil.

Vejamos de que novos avanços dispomos na psicologia infantil sobre esta questão. Embora minha tarefa não consista de modo algum em descrever o processo da resolução deste problema em toda a sua plenitude histórica, devo tratar de sua história.

O representante da idéia de que a imaginação é primária, que é uma forma presente desde o princípio na consciência infantil, de onde procede todo o resto da consciência da personalidade, é a psicanálise e seu criador, Freud. Conforme sua doutrina, dois princípios regulam a atividade psíquica da criança: o princípio do prazer ou satisfação e o da realidade. No começo, a criança procura obter prazer ou satisfação; na primeira idade este princípio predomina.

A criança é um ser cujas necessidades biológicas estão suficientemente cuidadas pelos adultos. Os alimentos, a roupa são fornecidos pelos adultos. É o único ser que, segundo Freud,

está completamente emancipado da realidade. É um ser que se acha submerso no prazer; por isso a consciência da criança se desenvolveria como uma consciência visionária, ou seja, como uma consciência cuja função principal não consiste em refletir a realidade em que vive nem em realizar uma atividade destinada a transformar tais ou quais impressões, mas apenas em servir os desejos e as tendências sensoriais da criança. Não possui uma percepção da realidade, sua consciência é alucinatória.

Esta idéia, no que tange o problema que nos interessa, está desenvolvida nos trabalhos de Piaget. O ponto de partida deste último consiste em que o primário é a atividade da imaginação ou do pensamento não dirigido para a realidade. Mas, diz ele, entre o pensamento do bebê não orientado em absoluto para a realidade e o do adulto – pensamento realista – existem formas transitórias. Essa forma transitória, ou intermediária, ou mista, entre a imaginação e o pensamento real é descrita por Piaget como o pensamento egocêntrico infantil. O egocentrismo infantil é a escala de transição entre a imaginação e o pensamento realista, isto é, do pensamento que lembra um leve sonho, uma visão, uma ilusão, ou, como diz metaforicamente Piaget, um certo espelhismo, que vive no campo do irreal, do desejado, ao pensamento cuja tarefa consiste em se adaptar à realidade e influenciar esta mesma realidade.

Como se sabe, devemos a Piaget uma série de interessantes pesquisas experimentais sobre a infância precoce. A essência das mesmas, em seu aspecto real, consiste no seguinte: Piaget demonstrou experimentalmente que o bebê não distingue com suficiente clareza em sua consciência as impressões que recebe do mundo exterior e as que obtém de si mesmo. Seu “eu” e a realidade exterior não estão experimentalmente diferenciados na consciência; com frequência confunde um e outro e em função disto distingue mal os atos e formas que procedem dele e os que se dão no exterior. Surgem nele uma série de nexos confusos, que Piaget mostrou experimentalmente de forma recorrente e convincente.

Assim, se uma criança realiza um movimento, que coincide no tempo com qualquer outra impressão que lhe resulte agradável, tenderá a considerar essa impressão externa agradável, que coincidiu casualmente, como resultado, expressando-nos na língua de um adulto, de seu movimento precedente. Isso fica claro no fato de que se a impressão não se repete, a criança repetirá algumas vezes seus movimentos com o objetivo de provocar essa impressão. Piaget levou a cabo um experimento com uma menina de cinco meses. A menina, que brincava com um lápis e batia com ele no fundo de uma lata, deparava-se com o fato de que ao mesmo tempo em que batia com o lápis na lata soava uma campainha no cômodo ou o experimentador, escondido, dava um grito imitando o de um pássaro. A menina bate de novo na lata, mas desta vez de um outro jeito: bate uma vez e espera. Soa o grito, a menina repete seu movimento, com o evidente objetivo de provocar a impressão cuja procedência desconhece, mas bate e o grito não soa. Então, aborrecida, bate várias vezes na lata, tentando fazer com que soe o grito e, descontente, bate na outra parte da lata. Em outras palavras, a menina dá mostras, com seu comportamento, de que o que tinha coincidido casualmente com seu próprio movimento é considerado por ela resultado imediato desse movimento.

Piaget baseia-se nesta pesquisa da infância precoce, mas, compreendendo que não é suficientemente idônea, utiliza outro método, o da interpolação, no qual se considera a criança de acordo com os níveis de desenvolvimento. Quanto menor for, maior é, seu egocentrismo, segundo o psicólogo, mais seu pensamento se centra na satisfação de seus desejos. O egocentrismo de uma criança de sete anos é mais intenso do que o de uma de dez, o de uma de três mais intenso que o de uma de cinco, etc. Seguindo esse caminho teremos de constatar que nos níveis precoces do desenvolvimento predomina na criança um egocentrismo absoluto.

O que é, no fim das contas, o egocentrismo? Piaget responde dizendo que é puro solipsismo, ou seja, puro estado da consciência que não conhece outra realidade a não ser ela mesma, que vive num mundo de criações próprias. O solipsismo infantil é um estado que se manifesta nas etapas iniciais do desenvolvimento da consciência da criança em geral; através das formas intermediárias de egocentrismo começa paulatinamente a se desenvolver na consciência infantil o pensamento lógico, realista, do adulto.

Para passar do anteriormente exposto à doutrina da imaginação na infância, é necessário enumerar de forma resumida os principais momentos do desenvolvimento da consciência da criança desde a infância precoce e acompanhar sua evolução. Estes momentos são vários. Piaget, assim como os demais pesquisadores, é tributário de Freud. Segundo esse ponto de vista, a forma primária de imaginação é constituída pela atividade subconsciente, distinta do pensamento realista, que é uma atividade consciente. Para estes autores, a diferença consiste em que no pensamento realista a pessoa se dá conta dos objetivos, das tarefas e dos motivos que põe em ação. Em contrapartida, o pensamento que rege a fantasia não tem consciência das tarefas, objetivos e motivos principais — tudo isso permanece na esfera do subconsciente. Por conseguinte, a primeira diferença é que o pensamento realista é consciente, ao passo que a fantasia é, basicamente, subconsciente. A segunda diferença consiste na atitude diante da realidade. A consciência realista desenvolvida prepara nossa atividade relacionada com a realidade. A imaginação é uma atividade que, neste sentido, manifesta por completo o princípio do prazer, ou seja, sua função é outra.

A terceira diferença consiste para eles em que o pensamento realista pode ser comunicado com palavras, é social e verbal. É social no sentido de que, ao refletir a atividade externa, igual para diferentes consciências analogamente estruturadas, pode ser comunicado, transmitido; como o principal meio

de comunicação, de transmissão, é a palavra, o pensamento realista é ao mesmo tempo social e verbal. O homem transmite de forma mais ou menos completa o conteúdo e o curso de seu pensamento. Ao contrário, o pensamento autista não é social, mas individual, porque está a serviço de desejos que não têm nada em comum com a atividade social da pessoa. É um pensamento sem palavras, em imagens, simbólico, que penetra na estrutura de uma série de imagens e não é comunicável.

Poderíamos apresentar toda uma série de diferenças, mas nos restringiremos a estas. Portanto, esses autores consideram a imaginação, em suas formas primárias, como uma atividade subconsciente, como uma atividade que serve não ao conhecimento da realidade, mas à obtenção de prazer, como uma atividade não-social, de caráter não-comunicável.

Este ponto de vista topou com as primeiras e mais importantes objeções de caráter real por parte dos psicólogos de mentalidade biológica, embora pudesse parecer que tal ponto de vista fosse ditado, em certa medida, por concepções ultrabiológicas, já que considera o homem como um ser que, no princípio, não se desenvolve socialmente, mas a quem a atividade social se agrega como algo externo, secundário.

Os psicólogos de mentalidade biológica estabeleceram dois fatos capitais. O primeiro se refere ao pensamento e à imaginação nos animais. O experimento realizado com grande precisão e de forma muito interessante pelo pesquisador holandês Buytendijk, assim como outros experimentos, mostrou que no reino animal quase não encontramos elementos do pensamento autista ou de fantasia no sentido estrito da palavra. Do ponto de vista biológico é difícil admitir que na filogênese primeiro surja o pensamento como função de satisfação, de prazer, e não como função de conhecimento da realidade. Nenhum animal, dizia Bleuler, poderia sobreviver um só dia se sua atividade psíquica, muito intimamente ligada a toda a sua atividade vital, estivesse emancipada da realidade, ou seja, se não lhe proporcionasse uma idéia da realidade cir-

cundante, um reflexo da realidade, de acordo com o nível de atividade psíquica em que se encontra o animal em questão. Portanto, seria impossível admitir teoricamente e, depois das pesquisas de Buytendijk, tampouco cabe admiti-lo no aspecto real, que na série filogenética a imaginação e o pensamento estejam orientados para a obtenção de prazer, que a estrutura de espelhismo, a ilusão, seja uma forma mais primária que o pensamento orientado para a realidade.

O segundo grupo de fatos consiste na análise de observações de crianças. Os pesquisadores demonstraram que na idade mais precoce não deparamos com a obtenção alucinatória do prazer, que a obtenção do prazer na criança está ligada não à satisfação alucinatória, mas à satisfação real de necessidades. Bleuler explica isso bem: nunca viu nenhuma criança que experimentasse uma satisfação alucinatória da comida que imagina; em contrapartida, viu que a obtenção de comida real proporciona à criança satisfação e prazer.

A obtenção de prazer por parte da criança e a satisfação primária estão tão ligadas às necessidades reais que se satisfazem na realidade, que constituem a forma primária de consciência. A satisfação real, se nos referirmos a suas formas simples, relaciona-se com a satisfação das necessidades, e a satisfação destas é uma das principais formas da vida e da atividade do ser vivo, na qual a consciência participa desde a fase mais primordial de seu surgimento. O pensamento orientado para a satisfação de necessidades e para a obtenção de prazer não seguem caminhos opostos; como diz Bleuler, o caminho da satisfação real passa, na primeira idade, pela realidade, sem se desviar dela. Esses momentos relacionam-se e estão condicionados pelo fato de que a satisfação das necessidades mais simples está ligada na primeira infância a um prazer intenso, que salta para primeiro plano e domina sobre os demais momentos.

Em essência, a tese do caráter primário da imaginação e do pensamento autista foi objeto, ponto por ponto, de uma

série de refutações reais por parte dos pesquisadores, as quais acabamos de enumerar. Entre elas, devem ocupar o primeiro lugar as que esclareceram a verdadeira relação entre o desenvolvimento da linguagem da criança e o de sua imaginação.

Dos pontos de vista de Freud e de Piaget, a principal particularidade da fantasia infantil primária é que deparamos com um pensamento não-verbal e, por conseguinte, não-comunicável.

Portanto, entre o pensamento através da palavra e o pensamento autista existe uma contrariedade, devida ao caráter verbal e não-verbal destas duas formas de pensamento.

De fato, as pesquisas evidenciaram que, no desenvolvimento da imaginação infantil, um grande passo está diretamente relacionado com a assimilação da linguagem, e que as crianças que experimentam um atraso no desenvolvimento desta última ficam extraordinariamente retardadas na evolução da imaginação. As crianças cujo desenvolvimento da linguagem segue um caminho deformado (digamos, os surdos, por ficarem total ou parcialmente mudos, carentes de comunicação através da linguagem) são ao mesmo tempo crianças com formas de imaginação enormemente pobres, escassas e às vezes realmente rudimentares. No entanto, partindo da tese de Freud e outros, dever-se-ia esperar que, quando na criança não está desenvolvida a linguagem, quando esta falta ou se atrasa, criam-se condições especialmente favoráveis para o desenvolvimento de formas de imaginação primária, não-comunicáveis, não-verbais.

Por conseguinte, a observação do desenvolvimento da imaginação evidenciou a dependência entre essa função e o desenvolvimento da linguagem. Conforme foi estabelecido, o atraso no desenvolvimento da linguagem representa um atraso no da imaginação.

Talvez seja a patologia que ofereça os fatos mais notáveis, dada sua brevidade, mais convincentes e mais eloqüentes. Há não muito tempo, quando se levou a cabo uma análise psicoló-

gica das doenças nervosas, prestou-se atenção a um fato de extraordinário interesse, que pela primeira vez foi objeto de uma interpretação adequada nas pesquisas neurológicas da escola da psicologia estrutural, na Alemanha. Verificou-se que os doentes que padeciam de afasia, ou seja, aqueles que, em decorrência de uma ou outra afecção ou lesão cerebral, tinham perdido a faculdade de dominar por completo a linguagem (compreensão da linguagem ou do aspecto articulatório da mesma), apresentavam ao mesmo tempo uma forte diminuição da fantasia, da imaginação; pode-se dizer que sua imaginação se reduzia a zero. Com muita frequência, tais doentes são incapazes de repetir, para não dizer de criar, algo que não corresponda de imediato à sua impressão ou à realidade percebida por eles.

No Instituto de Frankfurt, foram descritos pela primeira vez casos em que um paciente afetado de paralisia do lado direito, mas que conservava a faculdade de repetir as palavras que escutava, de compreender a linguagem e escrever, era incapaz de repetir a frase: “Consigo escrever bem com a mão direita”, e sempre substituí a palavra “direita” por “esquerda”, porque, na verdade, só conseguia escrever com a mão esquerda. Repetir uma frase que incluísse algo que não correspondia ao seu estado era impossível. Como se vê no experimento, não conseguia, ao olhar por uma janela quando o tempo estava bom, repetir a frase: “Hoje está chovendo” ou “Hoje o tempo está ruim”. Por conseguinte, a faculdade de imaginar o que não via no momento dado era impossível para ele. Mais complicado era quando lhe pediam para utilizar por conta própria uma palavra que não correspondesse à realidade percebida, por exemplo, quando lhe mostravam um lápis amarelo e lhe pediam para dizer que não era amarelo. Isso era difícil. Mas ainda mais difícil para ele era dizer que o lápis era verde. Não conseguia nomear um objeto se isso não correspondesse a suas propriedades, como, por exemplo, dizer: “Neve preta.” Não conseguia pronunciar uma frase se a combinação de palavras que nela constava fosse falsa. As pesquisas mostram, portanto, que uma séria per-

turbação da função verbal está relacionada com a redução a zero da atividade imaginativa do sujeito que padece desse defeito.

Devemos a Bleuler e sua escola o conhecimento dos fatos que lançam luz sobre esta questão; suas pesquisas mostram por que o desenvolvimento da linguagem constitui um forte impulso para o da imaginação. A linguagem libera a criança das impressões imediatas sobre o objeto, oferece-lhe a possibilidade de representar para si mesma algum objeto que não tenha visto e pensar nele. Com a ajuda da linguagem, a criança obtém a possibilidade de se libertar do poder das impressões imediatas, extrapolando seus limites. A criança pode expressar com palavras também aquilo que não coincide com a combinação exata de objetos reais ou das correspondentes idéias. Isso lhe dá a possibilidade de se desenvolver com extraordinária liberdade na esfera das impressões designadas mediante palavras.

As pesquisas mostraram que não só a linguagem, mas a vida posterior da criança está a serviço do desenvolvimento de sua imaginação; tal papel é desempenhado, por exemplo, pela escola, onde a criança pode pensar minuciosamente sobre algo de forma imaginada, antes de levá-lo a cabo. Isto sem dúvida constitui a base do fato de que, precisamente durante a idade escolar, se estabelecem as formas primárias da capacidade de sonhar no sentido próprio da palavra, ou seja, a possibilidade e a faculdade de se entregar mais ou menos conscientemente a determinadas elucubrações mentais, independentemente da função relacionada com o pensamento realista. Por fim, a formação de conceitos, que representa o começo da idade de transição, é um fator de extrema importância no desenvolvimento das mais diversas, mais complexas combinações, conexões e relações que, no pensamento conceitual do adolescente, podem ser estabelecidas entre diferentes elementos da experiência. Dito de outro modo, vemos que não só o aparecimento em si da linguagem, mas também os momentos

2. a criança
3. a criança
4. a criança
5. a criança
6. a criança
7. a criança
8. a criança
9. a criança
10. a criança
11. a criança
12. a criança
13. a criança
14. a criança
15. a criança
16. a criança
17. a criança
18. a criança
19. a criança
20. a criança
21. a criança
22. a criança
23. a criança
24. a criança
25. a criança
26. a criança
27. a criança
28. a criança
29. a criança
30. a criança
31. a criança
32. a criança
33. a criança
34. a criança
35. a criança
36. a criança
37. a criança
38. a criança
39. a criança
40. a criança
41. a criança
42. a criança
43. a criança
44. a criança
45. a criança
46. a criança
47. a criança
48. a criança
49. a criança
50. a criança
51. a criança
52. a criança
53. a criança
54. a criança
55. a criança
56. a criança
57. a criança
58. a criança
59. a criança
60. a criança
61. a criança
62. a criança
63. a criança
64. a criança
65. a criança
66. a criança
67. a criança
68. a criança
69. a criança
70. a criança
71. a criança
72. a criança
73. a criança
74. a criança
75. a criança
76. a criança
77. a criança
78. a criança
79. a criança
80. a criança
81. a criança
82. a criança
83. a criança
84. a criança
85. a criança
86. a criança
87. a criança
88. a criança
89. a criança
90. a criança
91. a criança
92. a criança
93. a criança
94. a criança
95. a criança
96. a criança
97. a criança
98. a criança
99. a criança
100. a criança

cruciais mais importantes em seu desenvolvimento, são ao mesmo tempo momentos cruciais também no desenvolvimento da imaginação infantil.

Por conseguinte, as pesquisas reais não só não confirmam que a imaginação infantil seja uma forma de pensamento não-verbal, autista, não-dirigido, mas, ao contrário, mostram a cada passo que o processo de desenvolvimento da imaginação infantil, assim como o processo de desenvolvimento de outras funções psíquicas superiores, está seriamente ligado à linguagem da criança, à forma psicológica principal de sua comunicação com aqueles que a rodeiam, isto é, à forma fundamental de atividade coletiva social da consciência infantil.

Sabe-se que Bleuler lançou outra tese, que também se viu ratificada nas pesquisas: a atividade da imaginação pode ser ao mesmo tempo uma atividade dirigida, no sentido de que podemos nos dar perfeitamente conta dos fins e motivos que essa atividade persegue.

Se tomarmos as chamadas utopias, ou seja, idéias notoriamente fantásticas – que se distinguem perfeitamente na consciência dos planos realistas, no sentido exato da palavra –, elas não se realizam em absoluto de forma subconsciente, mas sim consciente, com o claro objetivo de criar uma imagem fantástica determinada, que se refere ao futuro ou ao passado. Se escolhermos o campo da criação artística, que logo está ao alcance da criança, e tomarmos o aparecimento dos produtos dessa criação, digamos no desenho, no relato, veremos que também aí a imaginação tem caráter dirigido, ou seja, não é uma atividade subconsciente.

Se, finalmente, tomarmos a denominada imaginação construtiva da criança ou toda a atividade criativa da consciência, relacionada com a transformação real, digamos, com a atividade técnico-construtiva ou de edificação, veremos, onde quer que seja, que para os verdadeiros inventores a imaginação é uma das principais funções, com a ajuda da qual se trabalha e que, em todos os casos de atividade, a fantasia está extraordinariamente dirigida, que, do princípio ao fim, está orientada

para o objetivo determinado que o indivíduo persegue. O mesmo se aplica aos planos de comportamento da criança que se referem ao futuro, etc.

Sob a pressão dos fatos, temos de reconhecer que, depois de uma severa comprovação, todos os momentos principais que determinaram a peculiaridade da imaginação infantil e seu caráter primário não resistem à crítica e se revelam errôneos.

Desejaria deter-me numa questão relacionada com este campo: o aspecto emocional da imaginação.

A psicologia da infância assinalou, na atividade da imaginação, um momento importante denominado *lei da sensação real* na atividade da fantasia. Sua essência é simples, a observação real constitui seu fundamento. A atividade da imaginação está estreitamente ligada com o movimento de nossos sentimentos. Com muita frequência, tal ou qual estrutura revela-se irreal do ponto de vista dos momentos racionais que servem de base para as imagens fantásticas, mas é real no sentido emocional. *OK → Ver. 'A imaginação é...'*

Recorrendo a um velho e tosco exemplo, poderíamos dizer: se, ao entrar num cômodo, tomo por um malfeitor um paletó pendurado, sei que minha fantasia assustada é errônea, mas o sentimento de terror que experimento é uma sensação real e não uma fantasia a respeito da sensação real de terror. Este, com efeito, é um dos momentos fundamentais, que explica muito sobre a peculiaridade do desenvolvimento da imaginação na infância e nas múltiplas formas da fantasia na idade madura. A essência do fato consiste em que a imaginação é uma atividade extraordinariamente rica em momentos emocionais. *OK → 2.2.3 G.O.*

Aproveitando-se disso e baseando-se neste momento, uma série de psicólogos, que se ocuparam da idéia da imaginação primária, partem da idéia de que seu motor principal é o afeto.

Vocês sabem que na clínica, mediante observações, estudou-se o papel do pensamento autista. Predominava ali a idéia de que o pensamento realista diferencia-se do fantástico fun-

damentalmente e em primeiro lugar pelo fato de que, no primeiro, o papel das emoções é insignificante, que ele se move independente do desejo subjetivo, ao passo que o pensamento autista o faz sob a influência do afeto. Ocorre, de modo indiscutível, que a imagem figurada, obtida por meio do desenvolvimento autista do pensamento, constitui um momento importante na evolução do processo emocional. É natural, portanto, que se produzam relações tão peculiares entre os processos emocionais e o pensamento da criança, quando seu pensamento, expressando-nos em forma pouco acadêmica, passa a estar a serviço de seus impulsos emocionais. Isso ocorre quando a realidade diverge notoriamente, em algum sentido, das possibilidades ou das necessidades da criança ou quando, devido a uma série de circunstâncias, em primeiro lugar em consequência das condições da educação, a criança adota uma atitude falsa, deformada, com respeito à realidade. Encontramos, então, aquilo que, sob outras formas, se manifesta em qualquer pessoa adulta desenvolvida e na criança que evolui normalmente no aspecto social, precisamente essa forma peculiar de atividade do pensamento, em que este está subordinado a interesses emocionais. Isso se dá fundamentalmente graças ao prazer imediato que se extrai dessa atividade, graças ao fato de que, junto com isso, produz-se uma série de sensações agradáveis e, por fim, graças a que uma série de interesses e impulsos emocionais obtêm uma satisfação fictícia evidente, que é também uma substituição da satisfação real de processos emocionais.

Por conseguinte, o pensamento neste sistema psíquico transforma-se numa espécie de servo das paixões, numa espécie de subordinado dos impulsos e interesses emocionais e deparamos, na verdade, com uma atividade psíquica que se caracteriza por uma relação peculiar entre o processo das emoções e o do pensamento, e com a fusão que denominamos forma visionária da imaginação.

Mas vale a pena percorrer os outros dois momentos: a combinação com os momentos emocionais não constitui a base exclusiva da imaginação e esta não se esgota nessa forma.

O pensamento realista, quando está relacionado com uma tarefa importante para o indivíduo, situada de alguma maneira no centro de sua personalidade, provoca e desperta uma série de sensações emocionais, de caráter muito mais considerável e verdadeiro do que a imaginação e a capacidade de sonhar. Se tomarmos o pensamento realista de um revolucionário, que reflete sobre uma complicada situação política ou a estuda, que penetra nela, em suma, se tomarmos o pensamento orientado para a resolução de uma tarefa de importância vital para o indivíduo, veremos que as emoções relacionadas com tal pensamento realista são com muita frequência incomensuravelmente mais profundas, mais fortes, mais móveis e mais significativas no sistema do pensamento do que as emoções relacionadas com as visões. O importante aqui é outro procedimento de união dos processos emocionais com o pensamento.

Se, na imaginação visionária, o pensamento se manifesta numa forma que está a serviço dos interesses emocionais, no pensamento realista não encontramos um domínio específico da lógica dos sentimentos. Nesse pensamento existem relações complexas entre funções isoladas. Se tomarmos a forma da imaginação que se relaciona com a invenção e sua influência na realidade, veremos que nesse caso a atividade da imaginação não está subordinada aos caprichos subjetivos da lógica emocional.

O inventor, que em sua imaginação cria o desenho ou o plano que irá fazer, não se parece com uma pessoa que se move, em seu pensamento, segundo a lógica subjetiva das emoções. Em ambos os casos nos encontramos diante de diferentes sistemas e diferentes gêneros de uma complicada atividade.

Se enfocarmos a questão do ponto de vista classificatório, é incorreto considerar a imaginação uma função especial entre outras funções, uma forma de atividade cerebral do mesmo

tipo, que se repete regularmente. A imaginação deve ser considerada uma forma mais complicada de atividade psíquica, a união real de várias funções em suas peculiares relações.

Para tão complexas formas de atividade, que superam os limites dos processos que costumamos chamar de funções, seria correto utilizar a denominação de *sistema psicológico*, tendo em conta sua complicada estrutura funcional. São características desse sistema as conexões e relações interfuncionais que predominam dentro dele.

A análise da atividade da imaginação em suas diversas formas e a da atividade de pensamento mostram que apenas enfocando estes tipos de atividade como sistemas encontramos a possibilidade de descrever as importantíssimas mudanças que nelas ocorrem, as dependências e os nexos que nelas se descobrem.

Permitam-me, para terminar, deter-me em certas conclusões sobre o que estudamos até agora. Parece-me que devem, antes de mais nada, fazer referência à existência ou não de um tão inconciliável antagonismo, uma tal contraposição, entre o pensamento realista e o pensamento visionário, fantasioso, autista. Se considerarmos o caráter verbal do pensamento veremos que este pode ser igualmente próprio da imaginação e do pensamento realista. Se considerarmos o denominado caráter dirigido ou consciente do pensamento, isto é, os motivos e fins, veremos que tanto o pensamento autista quanto o realista podem, em igual medida, ser processos dirigidos; pode-se também demonstrar o contrário: no processo do pensamento realista, com frequência o indivíduo não toma consciência até o fim de seus verdadeiros motivos, objetivos e tarefas.

Se, por fim, analisarmos o vínculo de ambos os processos, imaginação e pensamento, com a afetividade, a participação dos processos emocionais nos do pensamento, veremos que tanto a imaginação quanto o pensamento realista podem ser caracterizados por uma elevadíssima emocionalidade e que

entre eles não existe contradição. E, ao contrário: veremos que existem certas esferas da imaginação que não estão, em si, subordinadas à lógica das emoções, à lógica das sensações. Dito de outro modo, todas as contraposições aparentes, metafísicas, genéticas, que se estabelecem entre o pensamento realista e o autista são, de fato, fictícias, falsas; um estudo mais profundo mostra que nos encontramos, neste caso, diante de uma contradição de valor não absoluto, mas apenas relativo.

Ao mesmo tempo, observamos outros dois momentos extraordinariamente importantes que caracterizam, do ponto de vista positivo e não apenas crítico, as relações entre o pensamento e a imaginação que nos interessam.

Esses momentos são os seguintes: por um lado, assinalamos a extraordinária afinidade, a proximidade entre os processos do pensamento e da imaginação. Vemos que ambos manifestam seus êxitos fundamentais nos mesmos momentos genéticos. Assim como no desenvolvimento do pensamento infantil, no desenvolvimento da imaginação o momento crítico principal coincide com o surgimento da linguagem. A idade escolar é o ponto crucial no desenvolvimento do pensamento infantil realista e autista. Dito de outro modo, vemos que o pensamento lógico e o pensamento autista desenvolvem-se numa excepcional e estreita inter-relação. Uma análise detalhada nos permitirá arriscar uma formulação mais audaz: poderíamos dizer que ambos se desenvolvem unidos, que, em essência, na evolução de cada um não observamos em absoluto uma vida independente. Mais ainda, ao observar as formas de imaginação relacionadas com a criatividade, orientadas para a realidade, vemos que a fronteira entre o pensamento realista e a imaginação se apaga, que a imaginação é um momento totalmente necessário, inseparável, do pensamento realista.

Aqui surgem contradições, naturais do ponto de vista da situação fundamental das coisas: é impossível conhecer corretamente a realidade sem um certo elemento de imaginação,

sem se afastar dela, das impressões isoladas imediatas, concretas, em que essa realidade está representada nos atos elementares de nossa consciência. Tomem, por exemplo, o problema da invenção, o da criação artística; neles, verão que a resolução das tarefas exige em alto grau a participação do pensamento realista no processo da imaginação, que atuam juntos.

Não obstante, apesar disso seria totalmente incorreto identificar ambos e não ver a contradição real que existe entre eles, e que consiste no seguinte: a imaginação se caracteriza não por uma melhor conexão com o aspecto emocional, não por um grau menor de consciência, não por um grau menor ou maior de concretude; essas particularidades também se manifestam nas distintas etapas do desenvolvimento do pensamento. Para a imaginação é importante a direção da consciência, que consiste em se afastar da realidade, em uma atividade relativamente autônoma da consciência, que se diferencia da cognição imediata da realidade. Junto com as imagens que se criam durante o processo da cognição imediata da realidade, o indivíduo cria imagens que são reconhecidas como produto da imaginação. Num nível alto de desenvolvimento do pensamento criam-se imagens que não encontramos preparadas na realidade circundante. A partir disso, torna-se compreensível a complexa relação existente entre a atividade do pensamento realista e a da imaginação em suas formas superiores e em todas as fases de seu desenvolvimento. Torna-se compreensível que, junto com cada passo na conquista de uma mais profunda penetração na realidade, a criança vai se libertando, até certo ponto, da forma mais primitiva de conhecimento da realidade que antes conhecia.

Toda penetração mais profunda na realidade exige uma atitude mais livre da consciência para com os elementos dessa realidade, um afastamento do aspecto externo aparente da realidade dada imediatamente na percepção primária, a possibilidade de processos cada vez mais complexos, com a ajuda dos quais a cognição da realidade se complica e se enriquece.

Desejaria, finalmente, dizer que a conexão interna existente entre a imaginação e o pensamento realista complementa-se com um novo problema, intimamente ligado ao da vontade ou liberdade na atividade do homem, na atividade da consciência humana. As possibilidades de agir com liberdade, que surgem na consciência do homem, estão intimamente ligadas à imaginação, ou seja, à tão peculiar disposição da consciência para com a realidade, que surge graças à atividade da imaginação.

Unem-se num conjunto três grandes problemas da psicologia atual, particularmente da psicologia infantil atual – o problema do pensamento, o problema da imaginação e o problema da vontade. Ao problema da vontade estará dedicada a próxima e última conferência.

Conferência 6

*O problema da vontade e seu desenvolvimento na infância**

Como fizemos ao analisar todos os problemas, permitam-me começar com uma breve e esquemática introdução histórica sobre o estado atual deste problema na ciência.

Sabe-se que a tentativa de compreender e desenvolver teoricamente o problema da vontade e analisar suas manifestações no adulto e na criança segue duas tendências; uma delas costuma ser denominada teoria heterônoma e a outra, teoria autônoma.

Por *teoria heterônoma* subentende-se o grupo de pesquisas teóricas e experimentais que tenta explicar os atos volitivos do homem, reduzindo-os a complexos processos psíquicos de caráter não-volitivo, a processos associativos ou intelectuais. Qualquer teoria que procure buscar a explicação dos atos volitivos fora da vontade une-se às teorias heterônomas. As *teorias autônomas* ou *voluntaristas* consideram que a explicação da vontade baseia-se na unidade e irreducibilidade dos processos volitivos e das sensações volitivas. Os representantes desta escola tentam explicar a vontade partindo de leis próprias do ato volitivo em si.

.....

* "Problema voli y yeyo razvitie v detskom vozraste."

Se olharmos conjuntamente as duas tendências de estudo da vontade, primeiro no aspecto particular e depois no geral, poderemos apreciar em que consiste o fundamental de seu conteúdo.

Ao examinar as teorias heterônomas veremos que se trata das mais antigas: as associacionistas e as intelectualistas, que não analisarei em detalhe, já que têm um interesse mais propriamente histórico, e falarei delas apenas de forma esquemática.

Em essência, as teorias associacionistas enfocavam o estudo do problema da vontade segundo o espírito com que procuram expô-lo a reflexologia e a psicologia do comportamento (behaviorismo). Segundo a mencionada teoria, os momentos centrais da vontade são os seguintes. Como se sabe, toda associação é reversível. Se eu, digamos, num experimento com a memória estabeleci uma associação entre a primeira sílaba carente de sentido, que denominaremos *a*, e a segunda, que denominaremos *b*, é natural que, ao escutar depois a sílaba *a*, eu reproduza também a sílaba *b*. Mas também é natural o contrário. Este simples fenômeno foi denominado, em seu tempo, lei da reversibilidade das associações. Em essência, resume-se a que tanto o adulto quanto a criança agem no princípio cegamente, de forma espontânea, impulsiva e reativa, isto é, determinam sem nenhuma liberdade e de modo irracional sua atividade com respeito à situação, dentro da qual se consegue o objetivo.

No entanto, tal atividade, espontaneamente realista, conduz a um determinado resultado; portanto, estabelece-se uma associação entre a própria atividade e seus resultados. Mas como esta relação associativa é reversível, é claro que durante o desenvolvimento posterior pode ocorrer uma simples inversão do processo, do final para o princípio. Utilizarei o exemplo de Ebbinghaus.

Se, no início, a criança instintivamente volta-se para a comida, no transcurso de uma série de experimentos estabelece-

se nela uma conexão associativa entre estar satisfeita e elos isolados do próprio processo de estar satisfeita; esta conexão é suficiente para que também surja o processo contrário, ou seja, que a criança busque conscientemente a comida quando sinta fome. Segundo a definição de Ebbinghaus, a vontade é um instinto que aparece com base numa associação reversível ou, como ele expressa metaforicamente, com base num “instinto visual” que toma de seu objetivo. ○

Outras teorias, que em essência estavam próximas da intelectualista, procuravam mostrar que a ação que aparece como volitiva é de fato uma complexa combinação de processos psíquicos de tipo não-volitivo, mas intelectual. Representantes dessa corrente são os psicólogos franceses, alemães e ingleses. O representante típico desta teoria é Herbart.

Segundo o ponto de vista dos intelectualistas, não é a relação associativa em si que explica os processos volitivos: trabalham não com base no conceito de “associação”, mas com o conceito de “processo volitivo”, que varia no curso do desenvolvimento das funções. Consideravam a natureza do processo volitivo do seguinte modo: no nível inferior do desenvolvimento ocorre uma ação instintiva, reativa, impulsiva, em seguida se produz uma ação resultante do costume e, por fim, outra relacionada com a intervenção da razão, isto é, um ato volitivo. Cada ato, dizem os discípulos de Herbart, é volitivo na medida em que é racional.

Tanto a teoria associacionista quanto a intelectualista caracterizam-se pela tentativa de reduzir o processo volitivo a outro de caráter mais simples, que está fora da vontade, de explicar esta última não a partir de momentos adequados aos processos volitivos, mas de momentos que estão fora desses processos.

Este é o defeito essencial dessas teorias, além do fato de a principal concepção do associacionismo e do intelectualismo ser falsa. Mas podemos ficar por aqui no que diz respeito a isso. Na minha opinião, é muito mais importante sublinhar o

positivo que as mencionadas teorias da vontade continham, o que as elevou a um nível superior com respeito às teorias anteriores e que foi eliminado por ser contrário às teorias voluntaristas. A parte de verdade que continham, o *pathos* de que estava permeada toda a doutrina da vontade, era o *pathos* do determinismo. Era uma tentativa de fazer frente às teorias espiritualistas medievais, que consideravam a vontade como a principal “força espiritual”, que não podia ser analisada no plano do determinismo. Os associacionistas procuravam explicar e fundamentar teoricamente que caminho, que causa, com base em que determinação, pode surgir a ação volitiva, racional, livre, do homem.

Para as teorias intelectualistas é especialmente interessante ressaltar o fato de que, para tentar resolver qualquer problema, o experimento deve figurar em primeiro plano; o que melhor deve servir de exemplo de análise é a atribuição de sentido da situação para o próprio indivíduo, a conexão interna entre a compreensão da mesma e a ação em si, assim como o caráter livre e voluntário da ação.

O que criava dificuldades para estas teorias era não conseguirem explicar o mais importante na vontade, precisamente o caráter volitivo dos atos, a voluntariedade enquanto tal, assim como a liberdade interna que o indivíduo experimenta ao adotar essa ou aquela decisão, e a variedade estrutural externa da ação que distingue o ato volitivo do não-volitivo.

Por conseguinte, assim como em relação ao intelecto as velhas teorias eram incapazes de explicar o mais importante – como a atividade irracional torna-se racional –, tampouco podiam explicar como a ação não-volitiva se transforma em volitiva, o que deu lugar ao surgimento de uma série de teorias psicológicas, que procuraram resolver essa questão não com a ajuda de meios científicos, mas com a ajuda de estruturas metafísicas. Tais foram, concretamente, as teorias autônomas, que procuravam resolver o problema da vontade interpretando-o

como algo primário, como uma unidade que não podia ser deduzida de outros processos psíquicos.

O elo de transição para estas teorias está constituído pelo segundo grupo de teorias, particularmente as teorias afetivas da vontade. O representante mais notável dessa corrente é Wundt, conhecido na história da psicologia como voluntarista, embora na verdade extraísse a vontade do afeto. O ponto de vista de Wundt consiste no seguinte: as teorias associacionistas e intelectualistas explicam os processos volitivos tomando deles o menos importante para a vontade, excluindo o momento da ação e a atualidade; porque no aspecto subjetivo esses momentos são vividos de um modo peculiar e no aspecto objetivo a vivência psíquica, relacionada com os processos volitivos, manifesta uma conexão muito mais estreita com a atividade do homem do que as vivências de outro caráter.

Um associacionista se caracteriza, diz Wundt, por explicar a vontade por meio da memória; um intelectualista, por fazê-lo através do intelecto; o verdadeiro caminho para explicar a vontade é o afeto. Este, na verdade, é um estado em primeiro lugar ativo, isto é, que se caracteriza tanto por seu notável e intenso conteúdo interno quanto pela ativa ação da pessoa. Wundt diz: se quisermos encontrar o protótipo genético da ação numa estrutura típica do protótipo, devemos reviver, recordar uma pessoa muito enfurecida ou muito assustada e, então, veremos que aquele que experimenta um forte afeto não se encontra em condições de realizar uma atividade mental séria. Vemos, portanto, que o essencial no processo volitivo é a atividade da ação externa, relacionada de forma imediata com as sensações internas. Assim, o protótipo da vontade é o afeto, e com base nesse ato afetivo surge, por meio de uma transformação, o processo volitivo no sentido próprio da palavra.

VICHE
⊕

Não entraremos nos detalhes dessa teoria nem de outras, que talvez formulem com maior precisão as teorias emocionais e afetivas da vontade. O importante para nós é assinalar

os elos de desenvolvimento deste problema, já que inclusive o próprio Wundt estava com um pé nas posições dos voluntaristas (sob esse nome se deu a conhecer em psicologia, já que em filosofia adotou abertamente o ponto de vista do voluntarismo) e com outro na posição precedente da teoria heterônoma. Vemos aqui como, historicamente, a teoria da vontade desenvolveu-se unilateralmente, seguindo em parte uma corrente falsa. É precisamente isso que deu lugar à decomposição dessas mesmas teorias e reduziu a zero inclusive os conhecimentos positivos que encerravam.

As teorias da vontade autônoma partem da idéia de que os caminhos para explicar a vontade não passam pela memória, nem pelo intelecto, nem pelo afeto, mas sim pela própria vontade. Para eles, a atividade é o princípio primário. Os representantes desta teoria, Hartmann e Schopenhauer, consideravam que a vontade é regida por um princípio sobre-humano, por uma certa atividade universal, que atua permanentemente e subordina todas as forças humanas, independente da razão, que está orientada para determinados fins.

Junto com essa interpretação da vontade penetrou na psicologia o conceito do inconsciente. E foi isso o que breiou por muito tempo o desenvolvimento posterior da vontade. A introdução do conceito do inconsciente na psicologia atual representou a superação do tipo de idealismo contido no intelectualismo. Quase todos os representantes da doutrina do inconsciente são, em maior ou menor medida, schopenhaurianos, ou seja, partem da interpretação voluntarista da natureza da psique humana, à qual, nos últimos tempos, também chegam cientistas como Freud.

Não nos deteremos em diferentes momentos e variantes dessa teoria voluntarista. Para expor de forma esquemática o curso de nosso pensamento apenas mencionaremos os pólos opostos entre os quais oscilaram todas as teorias, e depois tentaremos encontrar o comum e o novo com que essas teorias contribuíram. Os pólos são os seguintes. Em pri-

meio lugar, o reconhecimento da vontade como algo primário, como algo que permanece alheio ao aspecto consciente da personalidade humana, que constitui uma determinada força inicial, que move em igual medida o aspecto material e espiritual da vida. Em segundo, no outro pólo acha-se a teoria dos espiritualistas, cujos representantes estão relacionados historicamente com a filosofia de Descartes e, por meio dele, com a filosofia medieval cristã. Como se sabe, a teoria cartesiana adota como fundamento o princípio espiritual que pareceria estar em condições de dirigir toda a alma humana e, a partir daí, todo o comportamento do homem.

Em essência, trata-se da teoria cartesiana, que nasceu e continuou se desenvolvendo junto com as teorias espiritualistas da vontade, que no último quarto do século passado predominaram na psicologia idealista. Tal é, por exemplo, a teoria de James. Já ligamos o sistema de James às mais diversas teorias e tendências. James, um pragmático, tentou evitar qualquer explicação espiritualista e metafísica em todos os problemas, com exceção da vontade. Criou então uma teoria da vontade que denominou com a palavra latina fiat, tomada da Bíblia, que significa "faça-se!", com a ajuda da qual Deus criou o mundo. Na opinião de James, em cada ato volitivo está presente uma certa partícula de uma força volitiva que, com frequência, dá preferência ao mais fraco dos processos psíquicos. Quando um paciente na mesa de operações, apesar de experimentar terríveis dores e ter desejos de gritar, permanece completamente tranquilo e deixa o médico fazer o que for necessário, encontramos, diz James, diante de um claro exemplo da vontade, do comportamento voluntário.

Surge a pergunta: o que representa essa pessoa que age contra os impulsos imediatos, contra o que a atrai para o modo oposto de agir? Na opinião de James, nesse exemplo manifesta-se toda a inconsistência da teoria afetiva de Wundt, porque, segundo esta, o afeto, mais forte do que a dor, obriga o indiví-

duo a permanecer inerte. Na verdade, diz James, seria evidentemente absurdo pensar que seu desejo de não gritar é maior do que o de gritar. Tem muito mais vontade de gritar do que de ficar calado. Esta desconformidade entre a análise introspectiva e a objetiva do comportamento humano faz pensar que, neste caso, seu comportamento segue a linha de maior resistência, ou seja, que representa uma exceção às leis universais da física. Como compreender, então, a relação entre os fenômenos espirituais e físicos?

Na opinião de James, estes fatos são inexplicáveis, já que se nos mantivermos neste ponto de vista deveríamos reconhecer que, se esta pessoa permanece, não obstante, deitada sobre a mesa, evidentemente sua organização física se acha excitada e segue a linha de menor resistência, o que significa que, em termos físicos, não nos encontramos ante exceções da física, mas diante de uma confirmação de suas regras. No entanto, se tentarmos responder à pergunta de como isso é possível, teremos de admitir que estamos em presença do fluxo de uma certa energia espiritual que, ao se unir ao impulso mais fraco, é capaz de garantir a vitória sobre um fator mais forte. Segundo a metafórica expressão de James numa carta a Stumpf¹, todo ato volitivo lembra a luta de Davi e Golias e a vitória conseguida por Davi diante do gigante Golias, com a ajuda do Senhor. Aqui intervém, no curso do processo, tergiversando-o, uma partícula do princípio criador, a energia espiritual.

Em outras teorias, particularmente na de Bergson, parte-se do que determina a essência do método intuitivo, a denominada "análise dos dados imediatos da consciência". A demonstração da liberdade da vontade, de sua independência, de sua origem primária, Bergson extrai da análise das sensações imediatas. Assim como James, Bergson consegue demonstrar, na verdade, o fato bem conhecido de que no sistema das sensações sabemos distinguir uma ação que sentimos como não-livre das ações que sentimos como livres ou independentes.

Por conseguinte, temos dois tipos polarizados de teorias voluntaristas, um em que a vontade é considerada uma força universal inicial, encarnada em tal ou qual pessoa, e outros nos quais é considerada um princípio espiritual, que inclui processos materiais e nervosos e garante a vitória do mais fraco dentre eles. O que têm em comum essas teorias? Ambas reconhecem que a vontade é algo primário, que não faz parte da série de processos psíquicos principais, que constitui uma rara exceção a todos os demais processos da psique humana e que não admite explicação determinista, causal.

Em particular, pela primeira vez, no que diz respeito aos atos volitivos, junto com a psicologia causal, surge a idéia da psicologia teleológica, que explicava o ato volitivo não com base na identificação das causas, mas do ponto de vista dos objetivos que movem esse ato. (1)

Cabe dizer que, geralmente, essas teorias voluntaristas, que eram extraordinariamente retrógradas na história do desenvolvimento das idéias científicas sobre a vontade, continham, no entanto, um momento positivo quando centravam a todo instante a atenção dos psicólogos nos fenômenos peculiares da vontade, quando contrapunham a todo instante sua doutrina às concepções que procuravam, em geral, excluir os processos volitivos. Desempenharam também um segundo papel: foram as primeiras a fragmentar a psicologia em duas tendências separadas, a causal, científico-natural, e a teleológica.

Tentaremos agora extrair uma conclusão dessa análise e determinar quais são as principais dificuldades que deparam todos os pesquisadores atuais na resolução do problema da vontade, qual o enigma proposto aos pesquisadores de nossa geração, independentemente da corrente a que pertençam. A principal dificuldade, o principal enigma, consiste, por um lado, em explicar o curso determinado, causal, condicionado, o curso natural, por assim dizer, do processo volitivo, em dar um conceito científico a esse processo sem recorrer a uma ex-

plicação religiosa e, por outro, utilizando semelhante enfoque científico para explicar o processo volitivo, conservar na vontade o que lhe é próprio, precisamente o que se costuma denominar voluntariedade, arbitrariedade do ato volitivo, ou seja, aquilo que, em certas condições converte a ação determinada, causal, condicionada, em ação livre. Dito de outro modo, o problema da sensação do processo volitivo livre – o que distingue o ato volitivo dos outros – é a questão principal com que deparam os pesquisadores de diferentes tendências.

Mais algumas observações relativas à esfera das atuais pesquisas experimentais sobre a vontade. Uma tentativa extraordinariamente interessante de separar de forma experimental os atos intelectuais dos volitivos foi levada a cabo por Koffka, pertencente à escola berlinense. Koffka diz: os atos racionais não são ainda, por si sós, atos volitivos; nem no aspecto teleológico, nem no das sensações, nem no estrutural, nem no funcional, estes atos são volitivos, ao passo que antes se pensava que todos os atos, tanto os impulsivos, automáticos, quanto os voluntários, eram volitivos. Repetindo, em parte, os experimentos de Köhler e, em parte, realizando outros novos com animais e pessoas, Koffka conseguiu mostrar que alguns dos atos que o homem realiza não são, quanto à sua estrutura, volitivos, no sentido próprio da palavra. Em outro exemplo conseguiu mostrar o contrário, que existem na verdade atos volitivos puros que podem conter momentos intelectuais manifestados de forma extremamente confusa. Por conseguinte, o trabalho de Koffka parece ter separado os atos racionais dos volitivos e permitiu, por um lado, estreitar o círculo dos atos volitivos e, por outro, ampliar a variedade dos diferentes tipos de ações do homem.

Um trabalho análogo foi realizado por Lewin em relação aos processos afetivos volitivos. Como se sabe, este trabalho consiste em estudar a estrutura dos atos afetivo-volitivos, e procura demonstrar que as atividades afetiva e volitiva do homem baseiam-se fundamentalmente no mesmo. Mas, logo em

HÁ UMA
CONVER-
SÃO
(...)

não
é
visência
(???)

NOME
NOVO



seguida, Lewin descobre outros fatos, que generaliza da seguinte maneira. Verifica-se que, em si, as ações afetivas ainda não são de modo algum volitivas, que uma série de ações, que em psicologia sempre foram consideradas tipicamente volitivas, na verdade não manifestam a natureza das ações realmente volitivas, mas estão apenas próximas delas.

O primeiro trabalho de pesquisa de Lewin neste sentido foi o estudo da modificação dos experimentos de Ach, típicos da velha psicologia aplicada à ação elaborada experimentalmente, ou seja, à resposta a um sinal convencional; ampliou-o depois ao estudo de uma série de ações, particularmente ações baseadas em intenções. O principal do trabalho de Lewin foi a indicação de que inclusive uma série de ações referidas ao futuro, ações relacionadas com a intenção, ocorrem, em essência, segundo o tipo de ações afetivas voluntárias; dito de outro modo, estão relacionadas com as particularidades do estado que Lewin denomina tensão (Spannung). ★★★

De experimentos análogos Lewin também extrai a seguinte conclusão: se escrevi uma carta e depois de colocá-la no bolso do casaco tinha a intenção de pô-la na caixa do correio, esta ação em si é automática e se realiza involuntariamente, apesar de remeter, por sua estrutura externa, àquela que levamos a cabo segundo um plano previamente estabelecido, ou seja, o ato volitivo.

Aqui, da mesma forma que nos experimentos de Koffka, alguns atos volitivos são atribuídos a uma série de ações afetivas e involuntárias, próximos em sua estrutura aos volitivos, mas que não constituem atos volitivos específicos. Somente depois Lewin mostra a variedade de formas de ações humanas que apresentam as mesmas regularidades.

Lewin aproxima-se muito dos problemas da vontade, embora o faça a partir de seu aspecto negativo. Ao realizar experimentos análogos com crianças e adultos, detém-se num mo-

VONTADE
SEM
INTENÇÃO

mento muito curioso: enquanto o adulto pode tentar qualquer coisa, inclusive algo sem sentido, a criança é impotente diante disso. Nas primeiras etapas de desenvolvimento da vontade, a criança é incapaz de ter uma intenção. Cada situação determina o círculo de suas possíveis intenções. Trata-se, como diz metaforicamente Lewin, de um germe de intenção, mas não de uma intenção nascida sem sentido. Lewin estudou, em primeiro lugar, a criação de qualquer intenção, inclusive a sem sentido, e a voluntariedade de sua formação, embora este último fator deva ser considerado de modo convencional. Os adultos tampouco podem formar voluntariamente qualquer intenção sem sentido, como as que se opõem a nossas principais atitudes ou a nossos conceitos morais. Se tomarmos um amplo grupo de atos que não entram em conflito com nossas atitudes, somente em relação a eles formaremos qualquer intenção; é isto que distinguirá a vontade desenvolvida do adulto da pouco desenvolvida da criança.

O segundo fator consiste em Lewin ter esclarecido a estrutura do ato volitivo. Demonstrou que, em suas formas principais, este adquire modos extraordinariamente peculiares de manifestação, posteriormente estudados por Goldstein e Gelb, que tentaram dar a eles a correspondente explicação neurológica.

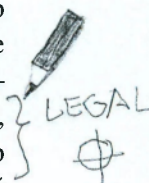
a vontade
da
criança
↓
sem intenção

Lewin chega à conclusão de que com a ajuda de um mecanismo específico, nos experimentos em que se produz uma situação sem sentido, o indivíduo pareceria buscar um ponto de apoio externo, através do qual determinar de algum modo o próprio comportamento. Por exemplo, numa dessas séries, o experimentador demorava muito em voltar até o lugar onde estava a pessoa que realizava o teste, mas de outra sala observava o que esta fazia. Esta costumava esperar entre dez e vinte minutos até que finalmente parava de compreender o que tinha de fazer e permanecia muito tempo vacilante, perplexa, indecisa. Quase todos os adultos que participavam dos experimentos de Lewin agiam, em semelhante situação,

↓
⊕ ACHO QUE HOJE ISSO NÃO PODE

de diferentes formas, mas exibiam um traço comum que consistia em buscar um ponto de apoio para suas ações no exterior. Um exemplo típico disso pode ser o de uma mulher que determina suas ações em função do ponteiro do relógio. Olhando o relógio, pensava: "Quando o ponteiro ficar perpendicular, vou embora." Não obstante, alterava a situação: suponhamos que ela espere até as duas e meia e que então vá embora; neste caso, a ação já se desenrola automaticamente: "vou embora". Com isso, essa pessoa, ao modificar o campo psicológico, como se expressa Lewin, ou criando para si mesma uma situação nova nesse campo, transformava seu estado, carente de sentido, em um que parecia com sentido. Durante a estada de Koffka em Moscou, tive a oportunidade de escutar relatos de experimentos análogos, realizados por Dembo² com atos sem sentido. Pede-se à pessoa que realiza a prova que efetue uma série de atos sem sentido e analisa-se como reage. É interessante a tendência que se descobre, durante a execução dos mencionados atos, de atribuir-lhes sentido seja como for, criando uma situação nova, introduzindo mudanças em seu campo psicológico, no qual seria desejável um ato com sentido e não um sem nenhum sentido.

Permitam-me indicar de forma muito breve, omitindo uma série de detalhes, um mecanismo original, mencionado por Goldstein, de extraordinária importância no desenvolvimento da função volitiva da criança. Nos experimentos com doentes nervosos, Goldstein deteve-se no curioso mecanismo que qualquer psicólogo pode deparar: a ação que o paciente não consegue realizar com a ajuda de algumas instruções verbais, consegue-o com outras. Propõe-se a ele fechar os olhos, mas ele não os fecha. Pede-se então a ele: "mostre-me como faz para dormir". O doente mostra e fecha os olhos. E isto é suficiente para que, da próxima vez, ao executar o pedido que lhe fizeram de fechar os olhos, seja capaz de cumpri-lo. A ação simples torna-se possível com algumas instruções e irrealizável com outras.



LEGAL
⊕

Goldstein explica isso recorrendo a momentos puramente estruturais. Diz que nos doentes que experimentam dificuldades de movimento em consequência de uma encefalite epidêmica manifestam-se mudanças na estrutura da consciência, em decorrência das quais torna-se-lhes impossível executar determinadas ações. Resumindo, na opinião do velho neurologista, a excitação "feche os olhos", ao chegar a um certo centro cerebral, não encontra os caminhos de transmissão até os centros de movimento dos olhos. O paciente compreende o que significa "feche os olhos" e quer fazê-lo, sabe fechá-los, mas em consequência da doença foram alteradas as correspondentes possibilidades e não existe conexão entre estes dois centros. O neuropatologista atual diz que se trata de uma complicadíssima estrutura surgida a partir de uma determinada situação, e que se torna impossível criar qualquer estrutura semelhante, realizar uma ação qualquer não provocada pela situação. Quando se pede a um doente que mostre como faz para dormir, este não se encontra diante de uma ação isolada, que deve introduzir numa estrutura nova, mas de uma situação mais ou menos integral.

Goldstein considera que o típico da estrutura neurológica de um ato volitivo normal é a presença de tais condições quando, entre dois pontos do córtex, se forma não uma conexão direta, mas uma estrutura que só de forma mediata conduz à conclusão do ato. O ponto inicial deste processo dá lugar a uma complicada estrutura interna nova, que pode resolver a estrutura anterior criando uma auxiliar. Somente nestes casos estaremos diante de um processo volitivo. Além dos caminhos fixados entre dois pontos cabe uma conexão mediatizada complexa entre estruturas isoladas. Essa conexão pode ter o caráter de complicadas formações estruturais mediatizantes, que adotam um estado dinâmico nos casos em que dois pontos não podem estabelecer conexão direta entre si.

Graças a isso torna-se possível o aparecimento de uma determinada estrutura nova, na qual os três momentos estejam

Então isso
é de Goldstein
↓

Ordem
do
sempre
é mediata
to...

unidos entre si. Na opinião de Goldstein, é esse mecanismo que a pessoa submetida ao teste estabelece quando decide ir embora ao sinal do ponteiro do relógio. O novo introduzido por Goldstein na análise desse fato é o seguinte: ele dá uma extraordinária importância à linguagem externa, considerando infundado o ponto de vista predominante na velha psicofisiologia de que, quanto mais complicado for o controle do desenvolvimento de qualquer atividade, de forma mais imediata se produzirá a ação. Ao que tudo indica, deparamos-nos com essas estruturas quando o homem ao falar se escuta a si mesmo e executa suas próprias instruções.

Gostaria de terminar indicando em que medida o desenvolvimento da vontade infantil, começando por movimentos primitivos voluntários, que se realizam a princípio segundo instruções verbais e terminam mediante atos volitivos complicados, é função da atividade coletiva da criança. Em que medida as formas primitivas da atividade volitiva infantil representam o emprego, por parte da própria criança, com relação a si mesma, dos procedimentos que o adulto com ela utiliza? Em que medida o comportamento volitivo da criança se manifesta como uma forma peculiar de seu comportamento social com respeito a si mesma?

Se obrigarmos uma criança a realizar com frequência algo no ritmo do “um, dois, três”, depois ela mesma se acostumará a fazer exatamente da mesma maneira, como fazemos, por exemplo, ao nos jogarmos na água. Com frequência, sabemos que temos de fazer algo como, recorrendo ao exemplo de James, levantar-nos da cama, mas não temos vontade de fazê-lo e não conseguimos encontrar o estímulo que nos sirva de impulso para obrigar-nos a fazê-lo. Nesses momentos, a proposição que fazemos a nós mesmos, de fora, ajuda-nos a levantar e, como diz James, sem nos darmos conta encontramos-nos de pé. Seria de grande importância unir esses dados, seguir-los segundo as idades e determinar os estádios ou graus específicos, através dos quais se desenvolve a vontade infantil.

Omitirei isto agora e terminarei indicando que, nesse campo, tropeçamos em casos relativamente estranhos, em que as pesquisas da psicologia patológica, interpretadas teoricamente no plano tanto da psicologia neurológica quanto genética, coincidem uma com a outra e oferecem a possibilidade de enfocar de um modo novo a resolução das questões mais importantes da psicologia.

7
(Bom dia, L. S. V.)
ao amigo
L. S. Vigotski

Notas

Conferência 1

1. Trata-se da transcrição taquigráfica das conferências pronunciadas por L. S. Vigotski em março e abril de 1932, no Instituto Pedagógico Superior de Leningrado. A Conferência 4 (*As emoções e seu desenvolvimento na infância*) foi publicada na revista *Problemas de Psicologia* (1959, nº 3). Todas elas foram publicadas no livro *O desenvolvimento das funções psíquicas superiores* (Moscou, 1960). Na presente edição, tomou-se como base a publicação de 1960, cotejada com o texto taquigráfico das conferências, conservado no arquivo do Instituto Pedagógico Estatal de Leningrado "Herzen". As conferências, que constituem um curso completo, podem ser consideradas uma breve exposição dos principais pontos de vista de Vigotski e dos resultados obtidos por ele e por seus colaboradores dentro do marco da teoria histórico-cultural.

2. *Psicologia da Gestalt* (gestaltismo, psicologia estrutural). O termo foi introduzido por Ch. von Ehrenfels. Trata-se de uma escola dentro da psicologia geral, surgida na Alemanha no começo do século XX. Centrou seu trabalho de análise dos fenômenos psíquicos no conceito de totalidade (*Gestalt*). Sua origem está relacionada com a análise dos processos da percepção, nos quais se descobriu e se explicou, a partir dessas posições, uma série de fenômenos novos (M. Wertheimer). Posteriormente, tentou-se estender os esquemas explicativos da psicologia gestaltista aos processos da

resolução de problemas (K. Dunker), à filogênese (W. Köhler) e à ontogênese (K. Koffka) do pensamento, à análise da psicologia da personalidade, à esfera das motivações (K. Lewin), etc. Na década de 30, depois da chegada dos nazistas ao poder na Alemanha, os mais destacados representantes dessa escola emigraram. Isso constituiu o impulso externo para a desintegração da mesma no final dos anos 30. A psicologia gestaltista foi, ao que tudo indica, a que mais influenciou (junto com a escola francesa) Vigotski. Para ele, o mais atrativo era que os estudos dessa escola procuravam enfocar todos os fenômenos psíquicos a partir de posições integrais. Mas, diferentemente dos psicólogos gestaltistas, para Vigotski a totalidade vinha sempre em combinação (ou, pelo menos, conforme suas idéias, devia se combinar) com o historicismo na análise da mente.

3. *Kurt Gottschald* (1902-?). Psicólogo alemão. Especialista em psicopatologia infantil.

4. *Hermann Helmholtz* (1821-1894). Fisiólogo, anatomista e psicólogo alemão. Autor de teorias da visão e da audição.

5. *Ewald Hering* (1834-1918). Foi um dos fundadores da psicologia fisiológica experimental. Autor de teorias da visão e da audição contrárias às de Helmholtz. Descobriu a ilusão óptica ("ilusão de Hering").

6. *Hermann Rorschach* (1884-1922). Psicólogo e psiquiatra suíço. Autor do conhecido teste, denominado método das manchas de tinta ou teste de Rorschach (1921).

7. *Alfred Binet* (1857-1911). Psicólogo francês. Foi um dos pioneiros da pesquisa experimental das funções psíquicas superiores, concretamente do pensamento e da memória. Seus últimos trabalhos foram de grande importância para Vigotski (veja-se "O problema do desenvolvimento cultural da criança", *Revista de Paidologia*, 1928, 1). Especialista em testes, particularmente para a avaliação do desenvolvimento mental.

8. *Jean Demor* (1867-1941). Médico e pedagogo belga. Especialista em educação e no ensino de crianças deficientes mentais.

Conferência 2

1. *Hugo Münsterberg* (1863-1916). Psicólogo alemão, posteriormente naturalizado norte-americano. Foi um dos criadores da

psicologia do trabalho e da psicotecnia. Metodólogo de psicologia. O princípio metodológico de Münsterberg (“A psicologia é chamada a confirmar na prática a veracidade do próprio pensamento”) foi especialmente importante para Vigotski (vide “O significado histórico da crise da psicologia”, em *Teoria e método em psicologia*). Em filosofia era idealista objetivo.

2. *Bliuma Vúlfovna Zeigárnik* (1901-?). Psicóloga soviética. Discípula de Lewin e de Vigotski. Na década de 20, quando trabalhava sob a direção de Lewin, descobriu o chamado efeito de Zeigárnik, fenômeno que consiste em recordar melhor uma ação inacabada do que uma acabada. Posteriormente, especializa-se em psicopatologia. Utilizou nas pesquisas da psicologia da esquizofrenia os princípios metodológicos de Vigotski e Leontiev.

3. *Leonid Vladímirovitch Zankov* (1901-1977). Psicólogo soviético, discípulo de Vigotski, acadêmico da Academia de Ciências Pedagógicas da URSS. Especialista em psicologia da memória, defectologia e psicologia da instrução.

Conferência 3

1. *Hermann Ebbinghaus* (1850-1909). Psicólogo alemão. Partidário do associacionismo. Começou o estudo experimental das funções psíquicas superiores. Para estudar a memória “livre de cultura”, introduziu o método das sílabas sem sentido. Descreveu a perda da memória como função do tempo (“curva de Ebbinghaus”).

2. Em relação a isto veja-se: K. Bühler: *Handbuch der Psychologie*. Jena, 1922; K. Koffka: *The Growth of the Mind: an Introduction to Child Psychology*. Nova York, 1925. Estes são os livros que L. S. Vigotski provavelmente levou em consideração.

Conferência 4

1. *Herbert Spencer* (1820-1903). Filósofo e sociólogo inglês, foi um dos fundadores do positivismo. Especialista no estudo das culturas primitivas.

2. *Théodule Ribot* (1839-1916). Psicólogo francês. Especialista em psicologia patológica e geral. Trabalhou no campo da psicologia da memória, da atenção arbitrária, etc.

3. *Nikolái Nicoláevitch Langue* (1858-1921). Psicólogo russo. Ocupou-se de questões de metodologia da psicologia, de psicologia geral, psicologia da atenção, etc. Próximo de Vigotski por sua orientação antidualista (vide "O significado histórico da crise da psicologia").

4. *Walter Cannon* (1871-1945). Fisiólogo norte-americano. Especialista nos mecanismos do comportamento emocional, afirmou o princípio da unidade da regulação humoral nervosa.

5. *Borís Mikháilovitch Zavadovski* (1895-1951). Biólogo soviético, membro da Academia de Ciências Agrônomas V. I. Lênin (1935). Especialista em darwinismo, em metodologia da biologia e em fisiologia das glândulas de secreção interna.

6. *Vladímir Leonídovitch Dúrov* (1863-1934). Artista de circo, palhaço e domador de feras russo. Criador da nova escola russa de adestramento. Especialista prático em zoopsicologia.

7. *Alfred Adler* (1870-1937). Médico e psicólogo alemão, criador do sistema da psicologia individual. Próximo de Freud na interpretação do papel da atração na vida psíquica. O papel central em seu sistema psicológico cabe ao problema da compensação, interpretada como o mecanismo universal da atividade psíquica do homem.

8. *Paul Broca* (1824-1880). Anatomista francês. Foi um dos criadores da antropologia contemporânea. Descreveu os transtornos da linguagem, relacionados com a lesão de determinada zona do cérebro (campo de Broca).

9. *Karl Wernike* (1843-1905). Psicólogo, psiquiatra, neuropatólogo e neuroanatomista alemão. Criou a teoria clássica das afasias. Descreveu a síndrome da alucinação alcoólica.

Conferência 6

1. *Karl Stumpf* (1848-1936). Filósofo e musicólogo alemão. Representante da fenomenologia, próximo dos psicólogos gestaltistas. Vigotski, para demonstrar a interpretação da consciência na psicologia tradicional, recorreu à carta de Stumpf a James, na qual o primeiro denomina a consciência de "proprietário geral das funções

psíquicas" (vide L. S. Vigotski: "O problema da consciência", no livro *Psicologia da gramática*, Moscou, 1968).

2. *Tamara Dembo* (1907-?). Psicóloga alemã, posteriormente norte-americana. Sob a direção de K. Lewin realizou, na década de 30, conhecidos experimentos sobre a descoberta da frustração na resolução de tarefas.

Prólogo à versão russa do livro de E. Thorndike
Princípios de ensino baseados na psicologia

1. Os cadetes constituíam o partido constitucional-democrata, também denominado "partido da liberdade popular", principal partido da burguesia monárquico-liberal na Rússia no período 1905-1917, que durante a Revolução de Outubro de 1917 e depois dela adotou posições abertamente contra-revolucionárias, sendo finalmente proibido pelo governo soviético. (N.T.E.)

Introdução à versão russa do livro de K. Bühler
Ensaio sobre o desenvolvimento espiritual da criança

1. Estevãozinho, o estabanado. Título de uma coleção de contos humorísticos e edificantes para crianças muito difundida no século XIX, e nome do herói de um dos contos. (N.T.E.)

2. No texto diz-se literalmente "cromatina". (N.E.E.)

Prólogo à edição russa do livro de W. Köhler
Pesquisas sobre a inteligência dos macacos antropomorfos

1. A tradução da obra de Köhler foi realizada por L. V. Zankov e I. M. Soloviov e supervisionada pelo próprio Vigotski, que foi o principal responsável pela versão russa da obra (Editora da Academia Comunista, 1930). A tradução corresponde à segunda edição alemã do livro de Köhler, publicada em 1921, com o título de *Intelligenzprüfungen an Menschenaffen*, literalmente *Provas de inteligência aplicadas a macacos antropóides*. O livro fora previa-

mente traduzido para o inglês com o título de *The Mentality of Apes* (*A mentalidade dos macacos*), que é como a maioria das pessoas o conhece. A tradução espanhola, publicada em Editorial Debate, adota o título de *Experimentos sobre la inteligencia de los chimpancés*. Tanto a versão inglesa quanto a espanhola também foram realizadas sobre a segunda edição alemã, mas, diferentes da edição russa, incluem um amplo apêndice intitulado “Sobre la psicología del chimpancé” (Köhler, 1921b), com observações diversas de Köhler sobre a conduta desses animais. O prólogo escrito por Vigotski só se refere, por conseguinte, a uma parte do texto da edição espanhola (pp. 39-289). (N.R.E.)

Köhler, W. (1921a). *Intelligenzprüfungen an Menschenaffen*. Berlim: Springer Verlag.

Köhler, W. (1921b). “Zur Psychologie des Schimpansen.” *Psychologische Forschung* 1: 2-46.

Köhler, W. (1924). *The Mentality of Apes*. Londres: Kegan Paul.

Köhler, W. (1989). *Experimentos sobre la inteligencia de los chimpancés*. Madri: Debate.

2. Em alemão no original. *Einsicht* é o termo que Köhler utiliza em seu livro para se referir às condutas “inteligentes”. *Ideation* é a palavra inglesa que Yerkes empregou para se referir ao mesmo fenômeno em suas próprias pesquisas. (N.R.E.)